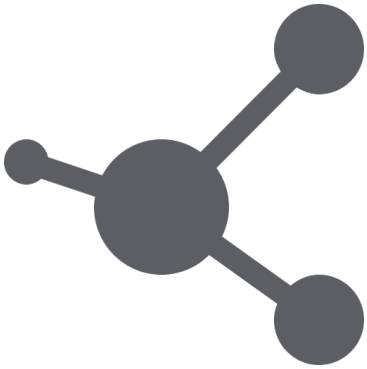
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO DE COESÃO DA CIDADE



Trabalho de projeto apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura

Por

Ricardo Jorge Oliveira Costa

Novembro 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ESPAÇO PÚBLICO COMO ELEMENTO DE COESÃO DA CIDADE

Trabalho de projeto apresentado à Universidade Católica Portuguesa para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura

Orientador: Arquiteto António da Silva Ferreira de Carvalho

Coorientador: Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne

Por

Ricardo Jorge Oliveira Costa

Agradecimentos

"Se consegui ver mais longe é porque estava aos ombros de gigantes".
(Newton 1676)

Não quero com esta referencia a Newton dizer que vi mais longe, mas sim que tive gigantes ao longo de todo este processo que embora seja individual recebi apoio de diversas naturezas.

Sempre com base em confiança e estimulo constante, á prossecução deste meu propósito.

Desta forma é meu desejo dedicar este espaço para expressar sinceros agradecimentos:

Começo assim por agradecer ao professor Doutor António da Silva Ferreira de Carvalho, que na qualidade de orientador foi fundamental no apoio prestado ao longo deste processo. Bem como os seus conselhos, ideias e encorajamento na melhoria do trabalho proposto.

Ao professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne, pela coorientação enriquecedora e pela troca de ideias que em muito contribuíram para melhorar o meu trabalho.

Um agradecimento especial á professora Doutora Carina Gomes, pela ajuda, pelas disponibilidade, pelo apoio incansável em pormenores técnicos de organização e estruturação deste trabalho.

Á Professora doutora Ana Pinho, por ter-me ensinado a esforçar-me até ás ultimas capacidade físicas e emocionais para atingir um objectivo, desde que justo. E por ter-me ampliado a minha área de aprendizagem com a Iniciativa Terra Amada.

Gostaria de agradecer também a todos os restantes professores que de uma forma ou outra me ajudaram e foram um exemplo.

Um obrigado a todos os meus colegas de curso, este foi um caminho longo cheio de altos e baixos mas de uma forma ou de outra fizemos este caminho juntos.

Aos meus amigos, do qual seria inevitável um agradecimento a uma das pessoas que é uma das minhas referencias de vida á JU. E a todos os outros que se demonstraram fantásticos , compreensivos e que sempre me encorajaram e me apoiaram, mesmo quando não lhes podia dar a atenção que mereciam, Tiago, Carlos, Filipinha, Ireneu, Bruno, Né e Inês.

Á minha família um muito obrigado, principalmente ao Tio Neves e Tia Isabel.

Á minha irmã, pela força e por ser de um forma tão natural importante em tudo que faço.

E por fim os grandes gigantes da minha vida os meus pais, agradeço-lhe tudo, obrigada por acreditarem sempre em mim e naquilo que faço e por todos os ensinamentos de vida. Espero que esta etapa, que agora termino, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todo o carinho, apoio e dedicação que, constantemente, me ofereceram.

.

Resumo

O Espaço Público pode ser considerado um elemento vital no que se considera ser uma cidade, pois tem a capacidade se unir ao espaço privado e de se oferecer aos seus utilizadores como palco das atividades em comunidade.

Seguindo esta premissa, o Espaço Público deve ser pensado para fomentar o seu uso, originando heterogeneidade, dinâmica e sustentabilidade. A diversidade criadora de dinamismo é um dos elementos fundamentais do processo, pelo que se torna inevitável estudar os seus geradores.

O trabalho de projeto desenvolveu-se num terreno considerado vazio urbano na cidade de Viseu, uma área que apresentava diversas carências sociais, físicas e económicas. Tendo em conta as problemáticas da procura de uma sociedade diversificada e, ao mesmo tempo, cumpridora de igualdade de direitos para todos os cidadãos, mais concretamente no que diz respeito às acessibilidades, com o presente trabalho pretendeu-se contribuir para encontrar soluções espacialmente mais adequadas para o território de intervenção .

O projeto que se detalha em seguida procurou dotar a cidade de um novo espaço atrativo e capaz de dinamizar a envolvente, um catalisador do desenvolvimento económico que tem no seu centro uma Praça que assume especial destaque. A proposta contém, ainda, uma vertente de reabilitação urbana, criando novo edificado passível de diferentes usos: habitação, serviços e comércio.

Palavras chave: Arquitetura, Acessibilidade, Centralidade, Coesão, Diversidade, Dinamismo, Espaço Público, Elemento, Habitação, Heterogeneidade, Viseu

Abstract

Public Spaces are vital elements inside a city, once they have the ability to be associated with private spaces and also to be assumed as stages for community activities.

Being so, Public Spaces must be planned in order to encourage their use and create heterogeneity, dynamics and sustainability. The diversity behind dynamics is a significant element of such process, thus making inevitable studying its generators.

The project was developed in an area that was considered to be an urban gap inside the city of Viseu, a place that has several social, economic and physical needs. Taking into account the search for a diversified society that can assure equality of rights for all citizens, especially on what concerns to accessibility, the project intents to contribute to the search of more adequate special answers for the intervention area.

The present project aims to offer the city a new and appealing space centred on a Square, capable of giving dynamism to the area and its surroundings, and function as an catalyst of economic development. The project also presents suggestions regarding urban requalification, creating new buildings prepared to be turned into houses, public services or shops.

Key-words: Architecture, Accessibility, Centre, Cohesion, Diversity, Dynamism, Public Space, Element, House, Heterogeneity, Viseu

ÍNDÍCE

- Introdução 15

I . Contextualização Teórica **19**

- Cidade e o Espaço público 21
  - Dinamismo e diversidade 23
  - Geradores de diversidade 25
- Elementos morfológicos do Espaço Público: 29
  - Rua 33
  - Espaços verdes 35
  - Praça 37
- Cidade e sociedade 41
  - Modos de vida nas cidades 45
  - A sociedade em mudança 47
  - Envelhecimento da população e acessibilidades 49
  - Heterogeneidade social e arquitetura 53
- Habitação 55

II. Estratégica Metodológica 58

III. Contextualização e Analise 60

- Viseu 61
  - Programa 62
  - Análise 68
    - Matriz 70
    - Pontos 72
    - Relações Sociais | Comunidade 75
    - Fluxos 76
    - Acessos e circulação 80
    - Estado de conservação da envolvente 81

82

- Vias . Estado de conservação
- Estacionamento 85
- Pavimentos 85
- PDM 87
- Espaços verdes 87

IV. Proposta: 89

- Ponto de partida 92
- Compromisso com o espaço envolvente 93
- Envolvente como ferramenta de intervenção 94
- Elementos da proposta 99
  - Parque / Traseiras da rua João Mendes 101
  - Praça 105
  - Relação com o bairro da misericórdia 109
  - Relação com a circunvalação 111
- Articulação de Elementos 113
- Arquitetura e Forma 114
  - Tempo e Espaço – Relação dentro / fora 127
  - Estudo de caso 130
- Materiais e Ambientes 133

V. Conclusão 138

VI. Bibliografia 140

VII. Índice de figuras 142

VIII. Índice de esquemas 143

IX. Índice de fotos 143

X. Anexos 146

Introdução

O que é o espaço público? Como surgiu e se foi transformando? Quais os seus objetivos? De que forma é que os elementos que o constituem têm a capacidade de dar forma à cidade? Estas são perguntas que já obtiveram respostas por parte de inúmeros pensadores. O seu leque de abrangência é tal que se multiplicam as áreas de reflexão não se podendo encarar o espaço público apenas como um elemento físico arquitetonicamente construído. É preciso decompor em elementos o que hoje se considera constituintes físicos do espaço público e retirar daí conhecimento sobre o seu funcionamento individual e a forma como influenciam o desenvolvimento e a dinâmica da cidade, quer social quer economicamente.

Este trabalho é uma proposta de compreensão da forma como as Ruas ou Vias, os Parques, Jardins e/ou as Praças podem ser elementos de coesão social, económica e física da cidade. É, ainda, uma análise das características específicas de cada um dos elementos previamente mencionados e do seu papel no desenvolvimento citadino, tendo em conta as áreas já referidas. Em suma, mencionar-se-ão alguns elementos morfológicos do espaço público, como Ruas, Praças e Espaços verdes, e de que forma eles formam cidade, como condicionam a vivência nesta, retendo noções das suas mais valias e capacidades como espaços de uso coletivo.

Pretende, de igual forma, refletir sobre a Arquitetura e a Sociedade, aferir qual o papel da primeira, partindo do pressuposto que os valores da mesma evoluíram ao longo do tempo e que, atualmente, não se procura apenas dar resposta às necessidades de utilização de um espaço, mas sim a características intelectuais e emocionais. Hoje em dia reconhece-se que a Arquitectura é um legado de evolução da Humanidade com um valor sensorial e identitário. Assim se compreende o Espaço Público como algo extremamente relevante para a caracterização dos modos de vida na cidade, assumindo que problemas morfológicos podem condicionar o seu uso e transmitir insegurança, simplesmente pelo facto de não apresentarem qualquer elemento fomente a dinâmica económica e social do local.

Ao longo do tempo a sociedade sofreu uma evolução no que diz respeito à forma como se faz uso do espaço público, existindo atualmente uma maior tendência para a *atitude blasé*, isto é, modos de vida individualista que potenciam o anonimato e a falta de relações de vizinhança. Há, assim, a necessidade de procurar formas de inverter esta tendência que está também relacionada com o envelhecimento da população. A solução passa por perceber quais são as barreiras existentes que levam os indivíduos a não serem utilizadores regulares de um

determinado Espaço Público. Neste sentido, o presente trabalho assume também um papel social relevante, uma vez que contribui para a consciencialização da existência de barreiras que violam direitos humanos fundamentais, tais como a acessibilidade e o livre arbítrio. Este é um problema social emergente, que requer uma resolução rápida e eficaz. A consciencialização potenciará uma evolução no processo de procura para derrubar essas barreiras, permitindo igual acessibilidade, a todos os indivíduos, da mesma forma, a um determinado lugar, independentemente das suas condicionantes físicas, étnicas, culturais, religiosas, entre outras, e garantindo a realização bem sucedida de um objetivo específico.

Numa cidade que se quer igual para todos os cidadãos, importa ainda compreender de que forma se poderá considerar as questões relacionadas com a acessibilidade como sendo elementos de diversidade no espaço público e, ao mesmo tempo, aferir o contributo de tal diversidade para o dinamismo na cidade. O que são geradores de diversidade e como podem estes contribuir para uma cidade segura, social e economicamente harmoniosa, são questões que este trabalho pretende esclarecer.

É ainda sua pretensão abordar a necessidade básica da Humanidade à obtenção de Habitação, um espaço privado, um lugar onde estabelece relações mais fortes a nível afetivo. A habitação é um dos maiores esforços da Humanidade na procura de dominar o espaço e torná-lo íntimo, um abrigo, o seu porto seguro.

Ainda antes da apresentação da Proposta, faz-se uma breve apresentação da cidade de Viseu, para que melhor se possa perceber o enquadramento social e a dinâmica desta. É ainda feita referência à demografia da cidade, à flora e ao tipo de elementos do solo.

O ponto de partida de todo este projeto baseia-se no trabalho final de curso cujo tema é "Viseu – Access City Award 2014". A área de intervenção constante da proposta é um vazio urbano, com varias carências, mas com grande potencial. Assim, o grande objetivo é apresentar um plano de reabilitação urbana e, posteriormente, de intervenção a nível de habitação, serviços e comércio. Antes de se partir para a proposta, foi necessário levar a cabo uma análise intensiva do local de intervenção, com a finalidade de reter o máximo de informação que possibilitasse a elaboração duma resposta adequada. Essa análise guiou-se por vários pontos chave, que serão detalhados em momento oportuno do presente trabalho, mas que se sumariam agora: Matriz, Pontos, Relações Sociais/Comunidade, Fluxos, Acesso e Circulação, Estado de Conservação dos Edifícios e das Vias, Estacionamento e Pavimentos, PDM e Espaços Verdes. Todos os dados recolhidos pelos elementos da turma foram alvo de um tratamento detalhado e cuidado. Como resultado disso, o proposto é uma efetiva tentativa de resolução de todas as carências do local.

Contextualização Teórica

Cidade e o Espaço público

Cidade e o Espaço público

"O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder–se–á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade". (Indovina, 2002, p. 119).

O espaço público pode ser pensado desta forma, como Indovina descreve, assumindo ser a própria cidade. No entanto, um olhar sobre a mesma não é isso que constata. A cidade é a máquina mais complexa que o indivíduo já criou, por aglomerar todas as necessidades básicas dos indivíduos enquanto seres capazes de viver em comunidade.

Encarando o espaço público de um outro ponto de vista, pode considerar-se que este nasce por oposição ao espaço privado e almeja ser um elemento de união de ambos os espaços. Tal perspetiva permite concluir que, ao longo do tempo, o indivíduo se tornou consciente da sua potencialidade para estabelecer ligações sócias, económicas e físicas. Assim, o espaço público assume um papel indispensável e estruturante da cidade, na sua essência, ligando-se ao espaço privado e resultando no conjunto de toda a atividade social e económica que nela acontece.

Corroborando tal ponto de vista, uma pesquisa publicada pela DGTDU afirma que "É o espaço público que é fundador da forma urbana, o espaço entre edifícios que configura o domínio da socialização e da vivência comum, como bem colectivo da comunidade." (Brandão, 2008, p18). De facto, as interações sociais ocorrem nos espaços públicos, que se "…constituem como elementos estruturantes e organizativos da forma urbana, permitem um funcionamento equilibrado do sistema urbano, apresentam um papel integrador ao permitir a ligação e continuidade territorial e funcional da cidade, criam e consolidam laços sociais ao se constituírem palcos de manifestações várias (como as sociais) que contribuem para a qualidade de vida, individualizam-se como marcos de identidade da cidade, denotam simbolismo (político e cultural), ostentam funções variadas e usos específicos e acolhem utilizadores de grupos sociais diferentes (moradores, visitantes, turistas, e demais utilizadores sob forma individual e/ou colectiva) que apresentam expectativas diferenciadas." (Francisco, 2008, p 1)

Assim, os espaços públicos classificam-se indubitavelmente como elementos qualificadores

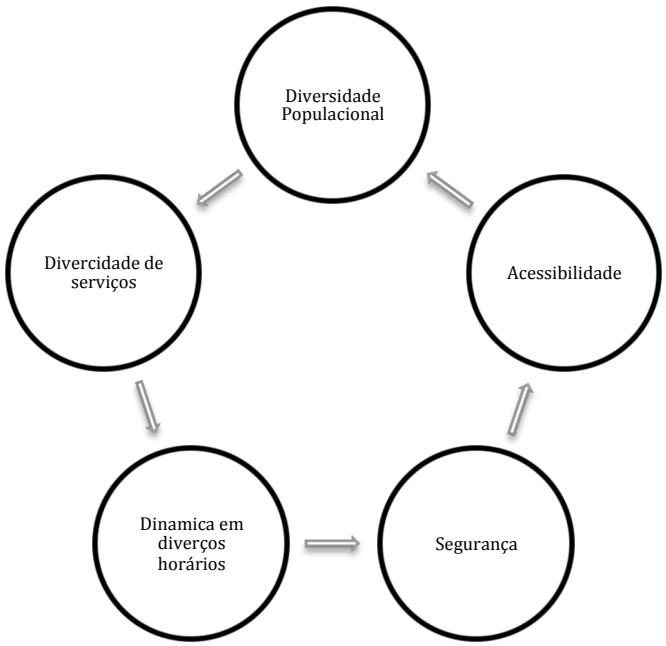
da colectividade e condicionantes da vivência urbana, tanto em termos materiais (urbanísticos, ocupação física) como em termos imateriais (históricos, culturais, sociais, de identidade). Multiplicam ainda a sua funcionalidade à medida que a sociedade se transforma e complexifica. Hoje em dia são encarados como elementos fundamentais na coesão e igualdade social, na acessibilidade física para todos de igual forma. Assiste-se, assim, a uma evolução na mentalidade social e a um enriquecimento humanístico.

Dinamismo e diversidade

Como já referido, os indivíduos são a fonte de energia de uma cidade, isto porque são eles que permitem criar dinamismo económico, social e cultural, a essência para o crescimento de uma cidade. Contudo, outras premissas poderão ser acrescentadas a este argumento, nomeadamente a da autoria de Jacobs, que estabelece uma associação entre as listas telefónicas e a cidade "As listas telefónicas classificadas relevam-nos uma grande verdade a respeito das cidades: o imenso número de elementos. A diversidade é natural às grandes cidades" (Jacobs, 2009, p.157). Esta é uma ligação relevante se se pensar que a melhor estratégia para manter a dinâmica de uma cidade é a diversidade.

Mas quando se menciona diversidade, ao que nos referimos? A diversidade populacional é uma das mais importantes fomentadoras da atividade da cidade, tanto a nível social como cultural e funciona, ainda, como elemento diferenciador das características económicas dos habitantes. Contudo, a população está inserida num círculo em que não se assume como o único elemento de diversidade na cidade, e também não o poderia ser, porque a diversidade populacional não vive apenas de si própria. Ainda assim, a população é um elemento chave deste círculo, pois numa cidade em que resida uma população multicultural, extremamente distinta nos campos da capacidade económica, faixa etária, género, gostos, não é expectável que essa mesma cidade se ofereça de igual forma a todos os indivíduos. Este raciocínio permite concluir que, numa cidade que apresente necessidades diversificadas, os serviços que oferece devem ser multifacetados. Se assim não for, enfrenta-se um problema de monotonia e ausência de diversidade. J. Jacobs destaca que "Se tivermos como meta que a mistura de usos seja suficientemente complexa para promover a segurança urbana, o contacto do público e a interação de usos, ela precisa de uma quantidade enorme de componentes" (Jacobs, 2009, p. 158). Refere ainda que a ausência de comodidade, de vida, de segurança e de atractivos culturais são elementos criadores de monotonia no espaço da cidade.

O Esquema 1representa o círculo de elementos geradores de diversidade numa cidade.



Esquema 1 - Círculo de elementos geradores de diversidade
Fonte: elaboração Própria

A variedade de serviços que a cidade tem para oferecer, os horários alargados desses mesmos serviços, a segurança que deverá ser sentida pelos habitantes e a acessibilidade de todos a qualquer lugar, são potenciadores e estimuladores de diversidade. Dependem uns dos outros para gerar uma dinâmica atrativa e apoiam-se mutuamente. Qualquer cidade deverá atender às especificidades, necessidades e carências de cada um dos seus habitantes e diligenciar no sentido de as suprir ou preencher, pois é a diversidade populacional que impulsiona a cidade e potencia a sua dinâmica.

Geradores de diversidade

Aprofundando a questão dos geradores de diversidade, importa referir que esta pressupõe regras e valências para que seja bem sucedida, uma vez que raramente surge naturalmente.

Um dos principais elementos criadores de diversidade reside na combinação de usos e serviços de uma determinada área, assumindo a diversidade económica um papel fulcral para assegurar a existência de todos os outros elementos já referidos e contemplados no Esquema 1.

Tomemos como exemplo um bairro habitacional de uma determinada cidade. Assumamos que esse bairro, em termos de diversidade comercial, apenas oferece duas lojas de roupa, uma sapataria e um restaurante. O horário de funcionamento dessas lojas resumir-se-ia a 8/9 horas diárias e, provavelmente, o número de cliente seria reduzido. Por sua vez, o restaurante, embora tendo teoricamente o mesmo horário de funcionamento das lojas, criaria dinâmica real apenas durante 2/3 horas, correspondentes ao horário das refeições. As consequências de tal falta de variedade de serviços serão fáceis de adivinhar: o bairro habitacional cairá em monotonia, o espaço tornar-se-á vazio e isso originará insegurança nos utilizadores e habitantes do mesmo.

Atentemos agora num exemplo concreto e totalmente oposto ao anteriormente mencionado: o Centro Histórico de Viseu. Trata-se de um local que oferece variados serviços, tais como museus, restaurantes, hotéis, bares noturnos, discotecas, sedes políticas, atrativos culturais e religiosos, comércio tradicional, Teatro, escolas de música, entre outros. Neste caso, esta zona está ativa 24 horas por dia e isso resulta numa excelente diversidade social e de usos, associadas ao consequente sentimento de segurança por parte de quem frequenta esse espaço público.

Servem estes exemplos para ilustrar que a diversidade de serviços permite que o local possa ser ativo e seguro por muito mais tempo ao longo do dia. Contudo, torna-se necessário que todos os serviços existentes se ajudem mutuamente e lutem pela sua sobrevivência. Para que tal aconteça, será essencial identificar usos principais, ou seja, os que se autossustentam, e usos secundários, aqueles que dependem dos outros para garantir a sua sobrevivência. A presença do Teatro de Viriato no centro Histórico proporciona a criação de algumas academias periféricas, bem como hotéis e um ponto de serviço de táxis. Será, assim, considerado um uso principal,

uma vez que fomenta e sustenta outros usos. Ainda que o uso principal possa sobreviver autonomamente, o ideal seria que este se aglomerasse a outros usos, também principais, pois isso multiplicaria a diversidade social e potenciaria a instalação de novos serviços na zona, na tentativa de responder a todas as necessidades e a garantir a realização dos objetivos da totalidade dos frequentadores. Esta ideia vai ao encontro do defendido por Jacobs (2009), pois assume que um uso principal isolado é relativamente ineficiente em termos de diversidade urbana. Porém, "…quando um uso principal é efetivamente associado a outro, que traga as pessoas para as ruas em horários diferentes, aí o resultado pode ser economicamente estimulante: um ambiente fértil para a diversidade derivada[1]" (Jacobs, 2009). A autora é ainda da opinião que os usos principais não deverão ser espalhados de forma aleatória pela cidade, pois aumentariam a dispersão social e inibiriam o seu sucesso.

Ainda no campo dos geradores de diversidade, importa referir a morfologia do local e compreender até que ponto esta é atrativa e permite a instalação dos diferentes usos. A este respeito, os centros históricos geralmente apresentam condições favoráveis para a criação de uma grande diversidade de serviços, pois as suas ruas são relativamente curtas e com uma escala que propicia a circulação pedonal. Corre-se, porém, o risco de concentrar os usos apenas em determinadas ruas, segregando outras, que ficariam assim expostas aos problemas já apontados neste capítulo.

Por sua vez, se se pensar num bairro habitacional situado na periferia e com uma malha mais ortogonal, compreende-se que as regras inerentes aos centros históricos, e fundamentadas na necessidade de circulação pedonal, perdem o sentido. Nestes centros habitacionais, a escala é superior, devido à circulação automóvel e a regras de salubridade e conforto. Não obstante, o problema pode residir exactamente nesse excesso de escala. Pensemos numa rua longa que trespassa um bairro habitacional e em que, em ambos os lados, apresenta edifícios habitacionais com espaços preparados para instalações comerciais. A sua morfologia levaria a que os comércios se instalassem nas suas extremidades, deixando os espaços dos pisos térreos pertencentes aos edifícios do interior do bairro vazios. Tal realidade contribuiria para a criação de um ambiente de insegurança e monotonia no bairro. A opinião de Jacobs (2009) atesta esta afirmação, ao mencionar que as ruas longas inibem a incubação e experimentação de variados empreendimentos por necessitarem de uma área pedestre mais ampla que possa atrair clientes. A solução óbvia e mais natural para este problema passará pela criação de ruas mais curtas,

[1]Diversidade derivada é um termo que se aplica aos empreendimentos que surgem em consequência da presença de usos principais, a fim de servir as pessoas atraídas por estes.

interligadas entre si, criando assim percursos diferentes e com uma escala mais apelativa à diversidade comercial e de pessoas.

Na área dos geradores de diversidade, destaca-se ainda a morfologia dos edifícios, bem como a sua idade e o seu estado de conservação. Também aqui assumem papel relevante os centros históricos, por apresentarem edifícios com volumetrias distintas, diferentes épocas de construção, revestimentos de cores variadas, diferentes estados de conservação, entre outros, originando dinâmica e diversidade espacial e quebrando a monotonia.

Por último, importa ainda salientar o papel das pessoas como geradoras de diversidade. Com efeito, tudo o que vem sendo referido é resultado da procura de satisfazer as necessidades e tornar a vida das pessoas mais agradável nos espaços que habitualmente frequentam. A presença e permanência de pessoas na rua, nos mais variados horários, e em maior número possível, criariam maior segurança no espaço público e os indivíduos, inconscientemente, estariam a cumprir a sua função no círculo de geradores de diversidade.

Contextualização Teórica

Elementos morfológicos da cidade

Elementos morfológicos da cidade

"O espaço público de uma cidade é formado pelo sistema de espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e pelos elementos morfológicos que são visíveis a partir destes espaços. Engloba, por um lado, aquilo a que chamamos paisagem urbana e, por outro, as fachadas que formam uma interface entre espaço público e privado" (Remesar,2005.p. 22).

De um modo geral, podemos definir o espaço público como o espaço resultante do vazio entre os edifícios (Gehl, 2006). Este espaço é, deste modo, constituído por elementos físicos, nomeadamente, a rua, a praça, avenidas, jardins, entre outros. As vivências nestes elementos constituintes do espaço público são diversas e variadas, de natureza individual ou coletiva, onde predomina o peão e que incluem exigências de mobilidade.

Na Idade Média, as cidades nasceram essencialmente para usufruto do indivíduo enquanto peão ou utilizador do espaço público exterior e eram caracterizadas pela sua continuidade, densidade urbana elevada, multifuncionalidade e diversidade de espaços e vivências. As ruas eram moldadas aos pedestres e as praças eram desenhadas a pensar nos vários usos que poderiam ter, tais como, mercados, desfiles, procissões, inúmeros tipos de atividades ao ar livre. Estas tipologias eram consideradas os elementos estruturantes de um espaço público e da identidade morfológica do tecido urbano. As cidades desta época foram evoluindo progressiva e lentamente, adaptando-se às exigências e favorecendo o aparecimento de espaços públicos que, ainda hoje, oferecem condições ideais para deles se usufruir, tendo como referência todos os tipos de atividades pedestres. A título de exemplo, olhemos para a cidade de Veneza, considerada uma cidade medieval que continua a funcionar de forma tradicional, devido às suas condições naturais que inviabilizam o automóvel como modo de deslocação. A escala desta cidade está em harmonia com os usos e os vários tipos de movimentos, favorecendo os pedestres. Esta harmonia encontra-se tanto na dimensão das ruas como na distribuição dos usos ao longo

das ruas e praças, e nos edifícios, em relação à escala e ao detalhe (Gehl e Gemzoe, 2002).

Vias / Ruas

"Uma rua é uma via no interior de um aglomerado que serve especificamente, ou simultaneamente, para atravessar uma zona deste aglomerado, ter acesso a lugares situados ao longo ou proximidade imediata desta via e para produzir um espaço colectivo utilizável por diversos tipos de atividades" (Ascher, 2001).

Uma rua é, com efeito, um elemento indispensável para a compreensão e definição do espaço público. Fisicamente, possibilita que a cidade se uniformize, ao unir todos os elementos que a constituem, conferindo-lhe forma e coesão.

Assim, a rua transforma-se num palco onde se desenrolam múltiplas atividades, sejam elas sociais ou económicas (serviços). De acordo com Ascher (2001), uma rua tem, pelo menos, três funções: trânsito, serviços e acolhimento.

Independentemente destas considerações, a coexistência das suas funções tem gerado alguns problemas, especialmente relacionados com o trânsito, e compreensíveis pela importância crescente que este meio de transporte assumiu durante o último século e pela sua soberania sobre o espaço público. De igual forma, o aumento do fluxo de pessoas e de mercadorias, resulta num consequente aumento da circulação no interior das cidades e sublinha a relevância da criação de uma nova política de transportes dentro da cidade.

Essa nova política deverá ter em conta as premissas de Ascher (2001), que considera que as cidades se estruturam em função dos fluídos, ou seja, partem dos grandes eixos estruturantes, seguindo para os secundários e terciários até que as pessoas e bens tenham chegado ao seu destino final.

Mas quais são os grandes eixos estruturantes de uma cidade? O tráfego automóvel é, sem dúvida, um elemento indispensável nas economias contemporâneas e assume, não raras vezes, um papel de organizador da cidade. Porém, se os projetistas sobrevalorizarem este aspeto, enfrentarão problemas vários.

Veja-se que, para se tornar uma cidade acessível, poderá ser necessário recorrer ao planeamento de infraestruturas viárias que contemplam uma percentagem considerável de trajetos subterrâneos, por forma a rentabilizar o solo. Tal projeto acarreta custos económicos extremamente elevados. Ademais, o desagrado dos habitantes da cidade, que se sentem

incomodados com o aumento de tráfego automóvel, bem como a preocupação social com a eventual destruição do património, são fatores que também condicionam o trabalho dos projetistas.

Por sua vez, e tendo em conta os comerciantes e a consciência de que estes querem ver aumentada a atratividade das ruas pedonais onde estão estabelecidos e trazer mais visitantes e eventuais clientes, deverá ser preocupação do projetista rearticular a atividade comercial com o trânsito e com os fluxos de atravessamento.

Por último, deve-se ainda ter em mente que o urbanismo idealizado pelos indivíduos contempla a adequação dos espaços aos seus usos, pressupõe a procura de um lugar onda possa estabelecer ligações com outros indivíduos, fazer compras, passear, assistir a espetáculos de rua, sentir que, tal como François Ascher descreve, eles próprios são a rua.

Tendo em conta todas as especificidades acima mencionadas, compreende-se que a melhor forma de conseguir esta ampla interação, num espaço em que o automóvel é o elemento dominador, será criar estruturas viárias subterrâneas e circuitos de meios de transporte públicos capazes de corresponderem às necessidades dos utilizadores da cidade. Só assim o espaço físico da superfície fica livre para que as relações humanas sejam possíveis. Contudo, é ao projetista que cabe analisar e perceber a dinâmica do local quando projeta uma rua, isto é, aferir se essa rua será monofuncional ou multifuncional e, de acordo com o perfil desta, estudar a resposta mais adequada e ajustada ao espaço em questão, uma vez que as necessidades inerentes a um e a outro tipo de espaços são totalmente diversas.

Espaços verdes

A morfologia das cidades pressupõe, de igual forma, a existência de espaços verdes públicos, uma vez que estes estruturam e organizam a malha urbana. Não só assumem um carácter de continuidade ecológica e cultural, como também são fulcrais para a sustentabilidade ambiental na cidade.

Assim, torna-se essencial definir corredores ecológicos (linhas de água, parques e jardins, sebes de compartimentação, manchas florestais, entre outros elementos) que se relacionem com o património construído e natural integrado nessa malha urbana e semiurbana, pois os espaços verdes unem o edificado e a malha urbana, atribuem-lhe uma lógica funcional e transmitem conforto ao indivíduo.

As funções dos espaços verdes podem dividir-se em quatro grandes grupos: ambientais, ecológicas, socioculturais (percursos, recreio e lazer, protecção/enquadramento, pedagogia e estética) e económicas.

No que diz respeito à função ecológica, os espaços verdes promovem o aumento da biodiversidade na cidade, criam oportunidades e constituem o habitat de várias espécies, assim como promovem o equilíbrio ecológico, na medida em que muitos deles são permeáveis e com coberto vegetal, proporcionam um eficaz escoamento das águas pluviais pela infiltração no solo. Em termos de conforto ambiental, os espaços verdes desempenham uma das funções mais importantes para a sobrevivência do ser humano: a purificação da atmosfera. A vegetação tem a capacidade de reter impurezas do ar que são, posteriormente e através das chuvas, levadas para o solo; tem ainda a capacidade de absorver CO2 e criar O2, diminuindo a poluição. Contribui, de igual forma, para a diminuição da "ilha de calor" através do ensombramento, controlo da nebulosidade e dos raios solares, controlo da humidade, redução da evaporação da água do solo, devolvendo vapor à atmosfera da transpiração. A proteção contra o ruído consiste noutra função ambiental e, pode dizer-se também social, dos espaços verdes urbanos: quando se pretende criar espaços urbanos mais calmos na cidade, criam-se barreiras de vegetação, pela sua grande capacidade de absorção de ondas sonoras.

Relativamente às funções socioculturais, os espaços verdes urbanos são normalmente de carácter estético, de recreio ou lazer, ou até de contacto com a natureza. Mas, dada esta proximidade com a cidade, eles apresentam também um papel pedagógico, uma vez que proporcionam a observação da passagem das estações, aprendizagem sobre a flora e fauna e os processos biológicos de descanso e descompressão. Estes espaços têm capacidades terapêuticas, que promovem a redução do *stress* e a melhoria da saúde mental e fomentam as relações sociais e a reinserção de grupos espaciais. A vegetação é ainda útil para a valorização e conservação do património podendo, ela mesma, assumir-se como um elemento de valor cultural e patrimonial da sociedade.

As funções económicas dos espaços verdes urbanos assentam na oferta de condições de excelência para o desenvolvimento de atividades turísticas, e consequente promoção de empregabilidade; na associação de espaços verdes urbanos a atividades produtivas (produção agrícola e florestal); e na valorização dos terrenos envolventes a estes espaços.

Praças

A morfologia da cidade pode ainda integrar espaços designados por Praças. Embora a definição do termo não seja ainda consensual, é incontestável que estes espaços públicos urbanos sejam caracterizados como locais de celebração da convivência e lazer dos habitantes urbanos, e por excelência, um lugar de trocas culturais ricas. Contudo, para se perceber a sua ampla função coesiva da cidade, a nível físico, social e económico, torna-se indispensável acompanhar a sua evolução histórica.

É na Grécia antiga que a "Praça" começa a ganhar forma física: as *ágoras gregas*. Na Grécia, a cidade dividia-se em duas partes: a *Acrópole*, lugar dos templos dos Deuses, e a *Astu* (ágoras), lugar onde se desenvolviam os comércios e as relações civis, e onde está localizada a Praça. Já aqui a Praça assume uma presença significativa na malha da cidade e comtempla duas funções básicas: a de comércio e mercado, e a de local de reunião pública, para discutir política, ouvir decisões e deliberações dos chefes, e ainda de convivência entre os cidadãos Gregos.

Já na Roma antiga, a Praça mantém as mesmas funções anteriormente referidas, existindo apenas uma alteração de nomenclatura: *Fórum*.

Contudo, só na Idade Média é que o conceito de Praça se assume, morfologicamente e em termos de nomenclatura, como os espaços que conhecemos hoje. Inicialmente, a Praça nascia dos espaços vazios da estrutura urbana, em aberturas ou geometrias irregulares. No entanto, ainda preservava as funções contidas nas *Ágoras* Gregas ou *Fóruns* Romanos: o comércio e o espaço, por excelência, de reunião social. Nesta época, as praças nasciam com formas orgânicas limitadas pelo edificado que, por si só, também crescia arbitrariamente, tendo como critério dar resposta às necessidades da época. Eram também um local de convergência de múltiplas ruas que permitiam um grande fluxo de diversas partes da cidade.

É no período do Renascimento que as praças atingem o seu auge, com o aparecimento dos novos planos e das novas cidades ideais Renascentistas, com os quais surgem, paralelamente, as praças ideais. Aqui diferem de todos os outros períodos anteriores: a Praça não é apenas mais um vazio no espaço urbano, é mas sim um lugar especial e de destaque no traçado, projetada por arquitetos, segundo os ideais de simetria e regularidade, característicos do

movimento Renascentista. Este espaço possui, no Renascimento, uma simbologia especial: ela é concebida sempre em conjunto com alguma escultura ou obra arquitectónica, com a função de destacar o monumento. Resumindo, a Praça faz parte de um todo, unificando o espaço público com a arquitetura e o urbanismo.

No pós-Renascimento, a Praça assume-se como um elemento urbanístico importante, mas liberta de algumas funções como o comércio. É então que surgem as praças de convergência de vias, servindo de exemplo o plano de Haussmam para Paris, do século XIX. Contudo, apesar da sua utilização como arranjo urbanístico, as praças são pensadas de maneira peculiar. O projeto de Ildefons Cerdá, em Barcelona, no século XIX, contempla vegetação para estes espaços e coloca-as entre os quarteirões modulares, conferindo-lhes um carácter de lugar para encontro dos cidadãos locais, de descanso, entre outros.

O movimento Modernista surge com um novo ideal e uma nova conceção de espaço urbano, uma proposta de total rutura com o passado Clássico que atinge também a tipologia e a morfologia da Praça. Os principais pontos definidores do planeamento e urbanismo moderno foram deliberados pela Carta de Atenas. A praça pós-Moderna absorve o programa e a tipologia Modernista de utilização do espaço para lazer e divertimento. Os percursos de caminhadas e os equipamentos são também caracterizadores deste espaço. A principal mudança é o regresso do mercado e do comércio, que se integram novamente no espaço da Praça. Outra mudança prende-se com o estilo de vida acelerado, baseado no intenso capitalismo, fazendo com que a praça se torne um espaço de fluxo contínuo de pessoas e que contempla equipamentos públicos, por se considerar um espaço "seguro" no meio ao trânsito intenso das metrópoles contemporâneas. A Praça aqui configura-se, também, como um espaço multifuncional e adaptável, podendo apresentar os mais variados usos.

Contextualização Teórica

Arquitetura e sociedade

Arquitetura e sociedade

"A Sociedade é geradora de Arquitectura. A ordem de necessidades práticas é naquela determinante; o útil, em Arquitectura, supõe a habitabilidade individual, familiar, tribal, mas também, a do grupo organizado, escalonado, interveniente política, cultural e civilmente, identificado com relações programadas, serviços recíprocos e interdependências múltiplas, conjunto este que designamos por cidade." (Rodrigues, 2002. p.33)

Tal como referido pelo autor, a Arquitetura é gerada com um objectivo base: dar resposta às necessidades do indivíduo que, por consequência, é gerador da cidade. A Arquitetura necessita, de facto, do conceito *útil para* a sua criação mas, desde muito cedo, que ultrapassa o nível do utilitarismo. Esta evolução no processo de projetar deixa o utilitarismo como ferramenta exclusiva e passa a dar valor a outros critérios, tais como as interligações mentais, intelectuais ou afetivas, confessionais ou religiosas. Há obras que conseguem dar corpo a uma série de critérios que, para além da vantagem material e da conveniência prática, cumprem a tarefa de contribuir para uma identificação universal do ser, provocam uma emoção que eleva os sujeitos a níveis mais altos de afetividade, comunicam ao exprimir uma visão do Mundo através da consciência estética e motivam um sentimento de harmonia de reconhecido valor.

É através da Arquitetura que se permite estabelecer espacialidade criadora de dinâmica, rotinas numa determinada comunidade, capazes de oferecer aos indivíduos sensações múltiplas no espaço, que podem variar dependendo do observador e do seu percurso de vida, isto é, um turista que visita uma cidade observá-la-á de uma forma diferente de um habitante, a cidade apresentar-se-á de forma distinta e despertará também sentimentos diferenciados. Tal processo está ainda dependente de outros fatores, que serão detalhados no capítulo Heterogeneidade Social.

De qualquer das formas, a sociedade em si é também criadora da cidade, embora não se possa afirmar que o faça de uma forma direta. Se pensarmos a Arquitetura como obra de arte, percebemos que é um elemento individual, pelo menos no que respeita à conceção. Porém, o artista vive em sociedade, é a esta que se dirige e é esta que lhe

fornece, conscientemente, meios financeiros, técnicos, explicitações de necessidades práticas, aspirações e desejos. Na relação com a sociedade a tarefa do arquiteto será desenhar/criar espaços coletivos que pressupõem o individual e vice versa. A obra não poderá ser apenas uma derivação do que se faz, mas sim uma resposta às necessidades sociais, ou seja, um testemunho interpretativo do anseio social. É obrigatório que tal dependência dos deveres sociais seja visível, pois o papel do arquiteto e do urbanista não é apenas medição e desenho técnico, mas antes compromisso com a evolvente e a sociedade. A exigência técnica da Arquitetura é insuficiente para revelar toda a extensão do fenómeno arquitectónico; a Arquitetura ultrapassa o utilitarismo e converte-se, através da imaginação simbólica e por intuição intelectual, em testemunho social.

Modos de Vida nas cidades

A cidade, como já exposto anteriormente, é uma máquina multifacetada, não podendo ser reduzida apenas à sua dimensão física. Ela é também o palco da sociedade, o local onde os indivíduos e as suas relações se desenvolvem e assumem um papel tão ou mais importante do que o constituinte físico ou imóvel. Lynch (2009) defende que os utilizadores das cidades não são meros observadores da paisagem, mas sim parte ativa e integrante desta, por isso se torna particularmente relevante ter em consideração os elementos físicos, sociais e simbólicos.

Não obstante, outros teóricos sustentam que, ao contrário do que acontece nos meios rurais, as cidades modernas são frequentemente sinónimo de distanciamento entre os indivíduos. As razões para tal baseiam-se no crescimento complexo e contínuo dos aglomerados urbanos, que gerou espaços sem continuidade, fortes oposições sociais e urbanísticas, isolamento, anonimato e sentido de indiferença.

Simmel e Wirthe (2001), reconhecem que os espaços urbanos permitem maior liberdade individual mas que, em contrapartida, são criadores de insegurança, instabilidade, individualismo, egoísmo e sensação de solidão. Os indivíduos estabelecem relações mais impessoais e a vida social é mais fragmentada e segmentada. Ainda de acordo com Simmel (2001), a vida nas grandes cidades modernas é também caracterizada pelo espírito calculista, reserva mental e pelo desenvolvimento da *atitude blasé*. Peixoto (1990), é um seguidor das teorias de Simmel e procura sintetizar as características dos modos de vida na cidade: " …a vida em meio urbano dá origem a um modo de vida ou a uma cultura própria". Esse modo de vida ou cultura própria baseia-se no anonimato, na superficialidade das relações humanas, na ausência de relações de vizinhança próximas, na falta de conhecimento pessoal dos habitantes e na aleatoriedade de relacionamentos.

Ideias opostas às anteriores são assumidas por Rémy e Voyé (1994). Os autores entendem que não se pode recorrer a uma caracterização uniforme ou homogénea dos modos de vida nas cidades, pois estes são locais, por excelência, de encontro, coexistência e troca de variados e distintos grupos, de possibilidades múltiplas de partilha legítima de um mesmo território, facilitando os contactos programados e multiplicando os aleatórios. Estes autores reconhecem que as cidades são marcadas pela existência de relações sociais distantes mas, ao mesmo tempo, pela existência de redes de solidariedade, relações próximas de vizinhança e

conhecimento mútuo. Ou seja, como lugares de diversidade que são, as cidades modernas apresentam estilos de sociedade também diversos.

Esta problemática leva alguns urbanistas a questionarem a pertinência da existência de espaços públicos, devido aos modos de vida tão individualistas. Porém, importa pensar na cidade como um organismo colectivo, seguindo uma linha de pensamento e planeamento que rompa com o anonimato e tenha a capacidade de promover a concentração e a proximidade de pessoas, transformando a sociedade em redes de relações e trocas.

A sociedade em mudança

Nas últimas décadas, a sociedade ocidental tem enfrentado um processo evolutivo e de mudança. A estrutura social tem sofrido profundas alterações e tal facto põe em causa a forma como a cidade deve ser pensada.

Hoje em dia, a maioria dos jovens termina o ensino secundário (duplicando o número de estudantes), a estrutura demográfica evoluiu velozmente, a esperança de vida aumentou, a dimensão média das famílias diminuiu, cada vez existem mais famílias a se recomporem e o número de divórcios multiplica a cada ano, surgem novos modelos de família, e cada vez mais existem pessoas a viver sozinhas. Mais de 60% das famílias tem em casa um computador pessoal, 50 % tem acesso à Internet e mais de 80% possui um telemóvel. O trabalho continua a ser o modo de integração social dominante, mas o tempo que lhe é dedicado não representa mais do que 12% da vida acordada dos indivíduos. O tempo livre aumentou, aproximadamente, 20% nos últimos 15 anos. O audiovisual ocupou um lugar de primazia no quotidiano da maioria da população.(Ascher, 2009. pp.100 101)

A habitação individual estende-se por periferias cada vez mais longínquas, as distâncias percorridas diariamente pelos habitantes da cidade têm sofrido um aumento e a maior parte das deslocações locais é feita utilizando um veículo automóvel. A par de todas estas mudanças, regista-se ainda uma diminuição da prática de rituais religiosos e uma maior diversidade de ideologias políticas.

De acordo com Ascher (2009), transformações como estas geram diferenças sociais capazes de se tornarem autossustentáveis e de difícil resolução, pois as desigualdades e a distância entre os extremos sociais são mais vincadas. Intrinsecamente ligado à "modernização", este processo evolutivo resulta da acção combinada de várias dinâmicas. A primeira, de carácter duplo, contempla a individualização e a socialização: os indivíduos desejam mais autonomia mas, ao mesmo tempo, inscrevem-se em redes sociais complexas e dependem de grandes sistemas técnico-económicos. Esta individualização transforma as estruturas familiares e profissionais, inserindo os indivíduos em redes que propiciam o estabelecimento uma grande diversidade de laços sociais fracos e de relações menos intensas.

A segunda assenta no afastamento social e na rearticulação mais individual, tendendo cada indivíduo a diferenciar os seus comportamentos e projetos nas diversas esferas da vida social, tais como o emprego, família e vizinhança, entre outros.

A busca pela racionalização, numa sociedade de conhecimento, constitui outra dinâmica de mudança e evolução, pois coloca em segundo plano as tradições, costumes e rotinas para dar lugar às ciências e à investigação.

Por último, surge a mercantilização, acompanhada por uma regularização: a economia ganha importância, aumenta o seu campo de relações comerciais e inventa novas mercadorias, mas o seu desenvolvimento torna necessário o reforço da regularização pública, como forma de promover, garantir ou corrigir alguns dos seus efeitos.

Sob o ponto de vista de Ascher (2009), esta dinâmica de modernização gera uma sociedade cada vez mais complexa, com os indivíduos a viver e a modificar os seus estilos de vida frequentemente, reagindo a estímulos heterogéneos aos mais variados níveis.

Envelhecimento da população e acessibilidades

Hanson(2004) refere que as pessoas são a principal economia da cidade e esta não é pensada para indivíduos portadores de deficiências, o que acaba por ser contraproducente pois estes cidadãos são também geradores de atividade económica.

Ao longo da história da Humanidade, tem vindo a impor-se a questão da acessibilidade igualitária, a necessidade de oferecer a todos os indivíduos a opção de alcançar um determinado objetivo. Ainda assim, esta consciência crescente tem sido insuficiente para suprir as necessidades de todos. Neste sentido, a autora alerta para os índices de envelhecimento na sociedade ocidental, que têm vindo a aumentar a cada ano e que reforçam a ideia de ser emergente tomar medidas a curto prazo, para prevenir carências futuras.

De facto, e de acordo com dados do INE (2012), o envelhecimento da população portuguesa assumiu, na última década, um carácter alarmante. A nível nacional, o índice de envelhecimento passou de 102.2 Nº por local de residência, em 2001, para 128.6, em 2011. Só no concelho de Viseu, na última década, o índice de envelhecimento alterou de 89.5, em 2001, para 122,7, em 2011. Também o Nº de idosos dependentes, por residência, aumentou: em 2001, a taxa era de 22,2 e, em 2011, de 28,4. Estes valores sublinham a efetiva necessidade de intervir socialmente para derrubar barreiras existentes e evitar a criação de novos obstáculos.

A variedade cultural das cidades e a presença frequente de cidadãos com mobilidade condicionada, podem assumir um papel de sensibilização da população em geral e agilizar o desenvolvimento de ações facilitadoras da acessibilidade igualitária. Não obstante, o caminho para quebrar barreiras sociais, económicas, políticas e físicas parece ser ainda longo, uma vez que estas não raramente restringem as pessoas com mobilidade condicionada a determinadas partes da cidade, "obrigando-as" a viver em pequenos sectores que, não raras vezes também, não se encontram equipados com todas as valências necessárias a um modo de vida autónomo.

Embora a questão da acessibilidade igualitária esteja maioritariamente associada a indivíduos portadores de deficiências físicas ou mentais, e sejam estes os que mais sofrem com a existência de barreiras, a verdade é que qualquer indivíduo, em determinada ocasião da sua vida, poderá ser vítima das referidas barreiras.

Tomemos como exemplos um casal que necessita de transportar o seu filho recém-nascido num carrinho de bebé ou um indivíduo que acidentalmente fraturou uma perna e se vê obrigado a deslocar-se numa cadeira de rodas durante um determinado tempo da sua vida. Ambas as situações, à partida simples, expõem a real gravidade do problema e desmistificam a ideia de que as barreiras apenas condicionam o modo de vida daqueles que são portadores de uma deficiência física ou mental permanente.

Ascher (2001), aborda o tema referindo que "A acessibilidade da cidade para todos é um grande desafio num contexto urbano onde há necessidade de se deslocar e utilizar um meio de transporte para aceder ao seu trabalho, para fazer compras, para beneficiar da maior parte dos equipamentos colectivo, para ir a casa dos amigos, etc. A acessibilidade é, contudo, um desafio ainda maior para as pessoas que sofrem de uma diminuição física."

De uma forma mais ampla, e talvez até menos direta, poder-se-á considerar o próprio conceito de acessibilidade como sendo, por si, um elemento de coesão nas mais diversas áreas, quer sejam sociais, económicas ou físicas. E de que forma isto é possível? Pensemos num caso prático: temos uma família constituída por dois indivíduos, em que um deles tem a sua mobilidade condicionada por necessitar de cadeira de rodas para se deslocar, e vive num edifício localizado no extremo de uma rua. Por sua vez, todo o comércio próximo da sua habitação é separado desta por uma escadaria. A escada desempenha o seu papel na perfeição, pois é um elemento que, de uma maneira simples, permite a circulação e acessibilidade da generalidade dos indivíduos. Contudo, não possibilita a acessibilidade deste indivíduo, em particular, e de todos os outros com mobilidade reduzida, que pretendam aceder a um qualquer estabelecimento comercial existente na rua. Os vizinhos e a companheira do indivíduo, conscientes de que este problema o desrespeitava e discriminava, reúnem-se para exigir, junto das entidades responsáveis, a criação de uma rampa de acesso que possibilite a circulação a quem tenha dificuldades motoras. Poucos meses depois, a rampa é uma realidade e o indivíduo em cadeira de rodas já pode agora aceder a qualquer um dos estabelecimentos comerciais que se situam na sua área de residência. Esse indivíduo e todos os outros que anteriormente tinham na escadaria uma barreira intransponível.

Por que é este exemplo ilustrativo do papel da acessibilidade como elemento de coesão?

A nível físico, a coesão dos espaços e a circulação entre eles estava garantida pela existência da escadaria. No entanto, esta construção era limitadora e segregadora, pois impedia que pessoas com mobilidade condiciona pudessem circular de forma segura e autónoma no local. Com a substituição da escada por uma rampa, a ligação física não só se mantém como

amplia as suas valências. Para além disso, a existência da rampa permite que o indivíduo com mobilidade condicionada possa circular numa área mais ampla da cidade e, consequentemente estabelecer contacto com mais pessoas e potenciar a criação de relações sociais. Por sua vez, os estabelecimentos comerciais em questão também poderão aumentar a sua fonte de lucros, pois podem agora receber clientes que, até à data da construção da rampa, estavam impossibilitados de usufruir dos serviços que estes tinham para oferecer.

Embora este seja um caso de sucesso, importa salientar que este tipo de ajustes e quebras de barreiras no espaço público não deveriam ser considerados como pequenos arranjos para um grupo restrito de indivíduos, mas sim pensados por antecipação, na fase embrionária de um determinada projeto. Hoje em dia, é essencial que se desenhe um espaço público ou privado pensando que toda a sociedade, independentemente das suas diferenças ou (in)capacidades, possa usufruir desse espaço de igual forma e que não dependa da ajuda de terceiros para o fazer. Os projetistas assumem, assim, um papel relevante a todos os níveis, apesar de não residir apenas nestes a solução absoluta do problema. Se o projetista contar com a colaboração da sociedade, se for ao encontro das reais necessidades locais, o processo sairá enriquecido, o seu desenho será muito mais adequado e socialmente aceite.

Hanson (2004) acrescenta a este tema a relevância de projetar para os extremos de necessidades. Cria uma pirâmide que divide a sociedade em patamares, partindo do pressuposto que no topo desta se encontra o grupo com mais dificuldades motoras. Este conceito de pirâmide permite ao projetista ter uma mais ampla noção das necessidades e direcionar o seu projeto para o patamar correto e adequado. De acordo com a autora, se o projetista, ao desenhar o espaço, pensar no topo da pirâmide, todos os outros patamares terão as suas capacidades de mobilidade assegurada.

Heterogeneidade social e arquitetura

" Um dos aspectos mais salientes do mundo contemporâneo é, certamente, o da generalização progressiva da cultura europeia a todos os povos da terra; aos antigos e diferentes mundos separados por barreiras físicas e espirituais que pareciam intransponíveis, sucede-se um mundo novo, de escala completamente diversa, animado pela influência de uma cultura comum" (Távora, 2008).

Estas palavras de Távora sublinham que a Humanidade atravessa um processo que tenciona alcançar a homogeneização cultural, processo que se designa por globalização. Tal realidade diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, à forma como o mundo se interliga, tendo em consideração aspetos económicos, sociais, culturais e políticos. Esta homogeneização nunca será total e encontrar-se-á em constante evolução, pois as sociedades são compostas por indivíduos e pelas relações que estabelecem, formando comunidades. Desta forma, os indivíduos assumem-se perante uma sociedade como um elemento integrante da mesma, mas também como seres diferentes, com percursos de vida variados, que se relacionam entre si e se autoinfluenciam, originando comunidades com características completamente distintas.

De acordo com Rémy e Voyé (1994), as diferenças individuais relacionadas com percursos de vida, sentimentos, vontades, costumes, características físicas, personalidade, carácter, entre outros, constituem as dimensões biológicas, psicológicas e sociais de cada indivíduo. São todas estas características que o diferenciam e lhe conferem identidade própria. Simões (2009), reforça esta ideia e acrescenta que a realização plena e autónoma de um indivíduo depende também da interação que este mantém com os seus contextos de vida. Os relacionamentos interpessoais originam fluxos e movimentos físicos e intelectuais, que permitirão o agrupamento de vários indivíduos com características semelhantes, resultando na formação de uma comunidade com identidade própria.

A cidade é, pois, um espaço heterogéneo composto por indivíduos e comunidades com características específicas e, como tal, deverá ser planeada para abarcar um grande número de pessoas com modos de vida distintos, pois a forma e o desenho do espaço físico influenciam e condicionam os seus utilizadores.

Habitação

"A habitação é o símbolo mais proeminente do esforço realizado pelo homem para domesticar o espaço" (Marques, 2012. p.19).

Ao longo dos tempos, a habitação tem evoluído a par com as novas exigências do Homem, embora continue a cumprir os seus objetivos base: a segurança, o conforto contra as intempéries e infestações, um espaço de comunicação privilegiada com os vizinhos e um espaço quotidiano de relações familiares. Não obstante, atualmente a habitação aglomera em si novas funções que lhes são atribuídas pela sociedade quotidiana. Hoje em dia outros valores como a localização, a proximidade do trabalho, da escola dos centros comercias e económicos são pontos fortes na escolha de uma habitação.

O'Sullivan (2007), corrobora esta afirmação, mencionando que atualmente, quando de escolhe uma casa ou apartamento, escolhe-se também o bairro e os serviços que este oferece, tendo em conta as acessibilidades, as oportunidades sociais, bem como a qualidade arquitetónica, urbana e ambiental. Acrescenta ainda que essa escolha envolve também a criação de relações de vizinhança, almejando o acolhimento na rede social do local.

Para além do exposto anteriormente, a procura de habitação pressupõe também delimitar um domínio. Tainha (2006), resume elucidativamente a questão da criação do domínio, referindo que se se pretende isolar uma determinada parcela de terreno, se procede à delimitação da mesma dentro de quatro paredes, que criarão uma fronteira entre o interior e o exterior. Ao construir as paredes, o construtor está, antes de mais, a criar um facto arquitetónico que, por mais elementar que seja, define num território um lugar qualificado, "consagra um lugar". A parede é uma linha divisória entre o interior e exterior, um limite entre uma casa e outra, um espaço de ninguém entre o privado e o público, que abriga e protege ambas as esferas, ao mesmo tempo que as separa. É na esfera privada que as relações mais próximas se estabelecem, as relações familiares, que permitem denominar a habitação de "lar", "…um conceito original da vida comunitária - família, célula base elemento fundador das sociedades humanas" (Marques, 2012, p.41).

Esta conjuntura faz da habitação um espaço privado, um espaço de acesso limitado a alguns indivíduos e interdito a outros. No “lar”, todos os visitantes são intrusos, a menos que tenham sido deliberada e explicitamente convidados a entrar.

Estratégica Metodológica

O presente trabalho tem como objetivo, como já mencionado na Introdução, a reabilitação de um vazio urbano na cidade de Viseu. Algumas das preocupações subjacentes prendiam-se com a continuidade da cidade, uma vez que este projeto estava inserido num programa acordado entre a Universidade Católica Portuguesa e a Câmara Municipal de Viseu em que o tema base era "Viseu – Access City Award 2014". Tal programa pressupunha encontrar soluções para uma área com elevadas carências, não só a nível de acessibilidades, mas também da continuidade da malha urbana e a nível social e económico.

Nos capítulos anteriores, procura-se expor de que forma o espaço público é um elemento coesivo, a nível social morfológico e económico, à luz do defendido por autores com valor reconhecido na área. Refere-se, essencialmente, a diversidade e dinamismo da cidade e os benefícios que tais elementos lhe proporcionam. Procura-se também chamar a atenção para a evolução da sociedade, as novas formas de vida dos habitantes da cidade e o seu papel no bom funcionamento da mesma. O envelhecimento da população e sensibilização para a acessibilidade e igualdade entre utilizadores é outra das problemáticas igualmente expostas.

Sempre que há necessidade de se realizar uma proposta, independentemente da área de intervenção em questão, é essencial que se analise o contexto de intervenção, é indispensável que se pense nas pessoas que poderão viver e utilizar os espaços, deve ter-se sempre em conta o público que irá usufruir dessa proposta e encontrar soluções arquitetónicas que respondam às problemáticas apresentadas.

No caso concreto desta proposta, e com o intuito de alargar e enriquecer os conhecimentos sobre a área de intervenção, a nível físico, social e económico, a anteriormente referida análise envolveu os 17 alunos finalistas do Curso de Arquitetura da Universidade Católica Portuguesa de Viseu. Para além deste processo coletivo, a título individual desenvolveram-se estudos de caso dentro da cidade de Viseu, compararam-se duas Ruas e duas Praças.

A análise comparativa das Ruas João Mendes e do Comércio pretendia encontrar a justificação para uma delas ser bastante movimentada e economicamente ativa e a outra estar desprovida dessas valências. Foi possível perceber que muitas das causas residem no

estado de conservação do edificado e do próprio pavimento da rua, no facto do perfil desta ser bastante mais atrativo quer para o peão que para o automóvel, ainda que o peão tenha mais área de circulação que o automóvel.

A análise comparativa das Praças objetivava a compreensão do relacionamento que estas estabelecem com a cidade, bem como entender se tais elementos reúnem as características adequadas à sua aplicação na cidade de Viseu. Estudou-se uma Praça Renascentista, Praça 2 de maio, com malha regular, e uma Praça Medieval, Praça D. Duarte, com um desenho orgânico. Ambas apresentavam uso e atividade, embora a Praça 2 de maio, por algumas opções do projetista, dificultasse a circulação. Contudo, concluiu-se que Viseu considera as praças centros dinamizadores e de lazer.

Seguindo esta linha de problematização, delineou-se a investigação, cruzaram-se os dados resultantes das análises e chegou-se a opções gerais de intervenção. Foram feitas várias visitas ao local, estabelecidas conversas com os habitantes e indivíduos de outras áreas da cidade, para que se obtivesse sempre uma informação mais abrangente que ajudaria na tentativa de resolução dos problemas reais.

No âmbito do Plano Curricular da cadeira de Gestão Urbana desenvolveu-se uma outra análise, também detalhada, da Rua das Bocas e do Bairro da Misericórdia, tendo sido feitas entrevistas aos diferentes utilizadores dos espaços.

Partindo de todos os dados recolhidos, iniciou-se a 1º fase de projeto, o desenho, as primeiras ideias ritmadas, com deslocações frequentes aos locais em questão. Primeiramente dedicou-se atenção à reabilitação urbana, tratando o espaço público à luz do que foi exposto anteriormente. Numa segunda fase, a atenção centrou-se na arquitetura do edificado, com proposta de habitação multifamiliar, comércio e serviços, na tentativa de criar uma zona coerente que estabelecesse uma harmoniosa relação com a envolvente. Ao longo de todo o processo, trocou-se opiniões e ideias, aceitou-se sugestões e conselhos dos Arquitetos António Carvalho e Gonçalo Byrne.

Contextualização e Análise

Viseu I Programa

Viseu

Viseu é capital de distrito e conta atualmente com uma população aproximada de 100 mil habitantes, sendo que no verão este valor se multiplica podendo chegar por vezes aos 300 mil. Nos últimos 7 anos, Viseu já foi distinguida duas vezes, por estudos desenvolvidos pela DECO, como sendo a melhor cidade de Portugal para se viver e uma das melhores entre cidades da Europa.

Em termos de relevo, o município caracteriza-se por uma superfície irregular, com altitudes compreendidas entre os 400 e os 700 metros. Situado numa zona de transição, o concelho apresenta um conjunto de microclimas. A Serra do Caramulo, localizada a oeste de Viseu, assume um papel de relevo em termos climáticos, ao atenuar as influências das massas de ar de oeste. Assim, o clima de Viseu caracteriza-se pela existência de elevadas amplitudes térmicas, com invernos rigorosos e húmidos e verões quentes e secos. Em grande parte da sua extensão, o município é composto por granitos, a principal rocha responsável pela formação dos solos existentes. Em relação à flora, Viseu está rodeada de imensos pinheirais, embora subsistam extensas manchas de vegetação autóctone, especialmente soutos de castanheiros e carvalhos negral. Em núcleos restritos, como a Mata do Fontelo, o Parque Aquilino Ribeiro ou a Quinta da Cruz, existem espécies vegetais exóticas.

Economicamente, Viseu apresenta características de um centro administrativo, de comércio e de serviços. O setor agrícola ocupa apenas 2% da população ativa.

O terreno de intervenção está inserido numa primeira linha periférica do Centro Histórico da cidade, a oeste do mesmo. Trata-se de um terreno com aproximadamente de 3 ha de área, com edificado de várias épocas, que se enquadra entre o século XVII e os dias de hoje.
(Figura 1 e 2)

Programa

O trabalho final de curso tinha como tema base "Viseu- Access City Award 2014", visando encontrar soluções adequadas para uma área com elevadas carências, nomeadamente em termos de acessibilidade.

A zona proposta para intervenção situa-se na cidade de Viseu, trata-se de um vazio urbano com varias carências mas com grande potencial, como se constatar através de algumas imagens do local (Figura 2) e da análise que se apresentará em capítulos subsequentes deste trabalho.

O objetivo primordial era apresentar um plano de reabilitação urbana para a zona, tendo em conta as dinâmicas da cidade e a envolvente, a nível de edificado, comércio e dinâmicas sociais. Pretender-se-ia, assim, consolidar a malha urbana e assumir o local de intervenção como um espaço de evolução da cidade. Em suma, necessitar-se-ia de propor traçados urbanos de consolidação desta zona expetante da cidade, equacionados "em termos de século XXI", sob a forma de ocupações mistas de habitação intergeracional, comércio, serviços e outros, equilibrados por espaços verdes e equipamentos públicos, globalmente pensados em termos da realidade portuguesa de uma sociedade em acelerado envelhecimento.

Numa segunda fase, e já tendo em conta o trabalho e análise desenvolvidos na primeira, dever-se-ia projetar - tipologia de edifícios e espaços públicos. Para que este processo fosse mais específico e detalhado, dever-se-ia selecionar uma parte da proposta urbana para trabalhar em termos de projeto de edifícios e espaços públicos envolventes, preferencialmente na zona confinante com a capela. Dado que o Plano Diretor Municipal de Viseu determina, para esta área da cidade, uma ocupação mista, de habitação com comércio e serviços de apoio, deveria a intervenção propor criativas soluções habitacionais e edificatórias, cumprindo as diretivas do PDM de Viseu, mas com uma visão integrada dos novos modos de habitar os edifícios e a cidade em pleno século XXI — atentando no ponto de vista do cidadão idoso e focando a noção de que ninguém deve viver isolado em sociedade.


Avenida dos Namorados
Rua do Formigueiro
Rua da Fonte
Rua de São Vicente de Paulo
Monte Salvado
Avenida Cidade de Aveiro
1
Vil de Moinhos
Rua do Monte Belo
Santarinho
Rua dos Olivais
M598
Rua da Igreja
Avenida de São Salvador
Rua Chão do Paço
Estrada da Circunvalação
N2


Avenida da Bélgica
N2
Rua de São Pedro
Rua Principal
Estrada de São João da Carreira
N229
Forum Viseu
Rua Serpa Pinto
1
Parque Florestal do Fontelo
Rua Cónego Antón
Rua Cerrado
Avenida 25 de Abril
Cemitério de Coração de Jesus
Estrada da Circunvalação
IPV-Esc. Sup. Saúde de Viseu
Hospital São Teotónio
Professor Egas Moniz

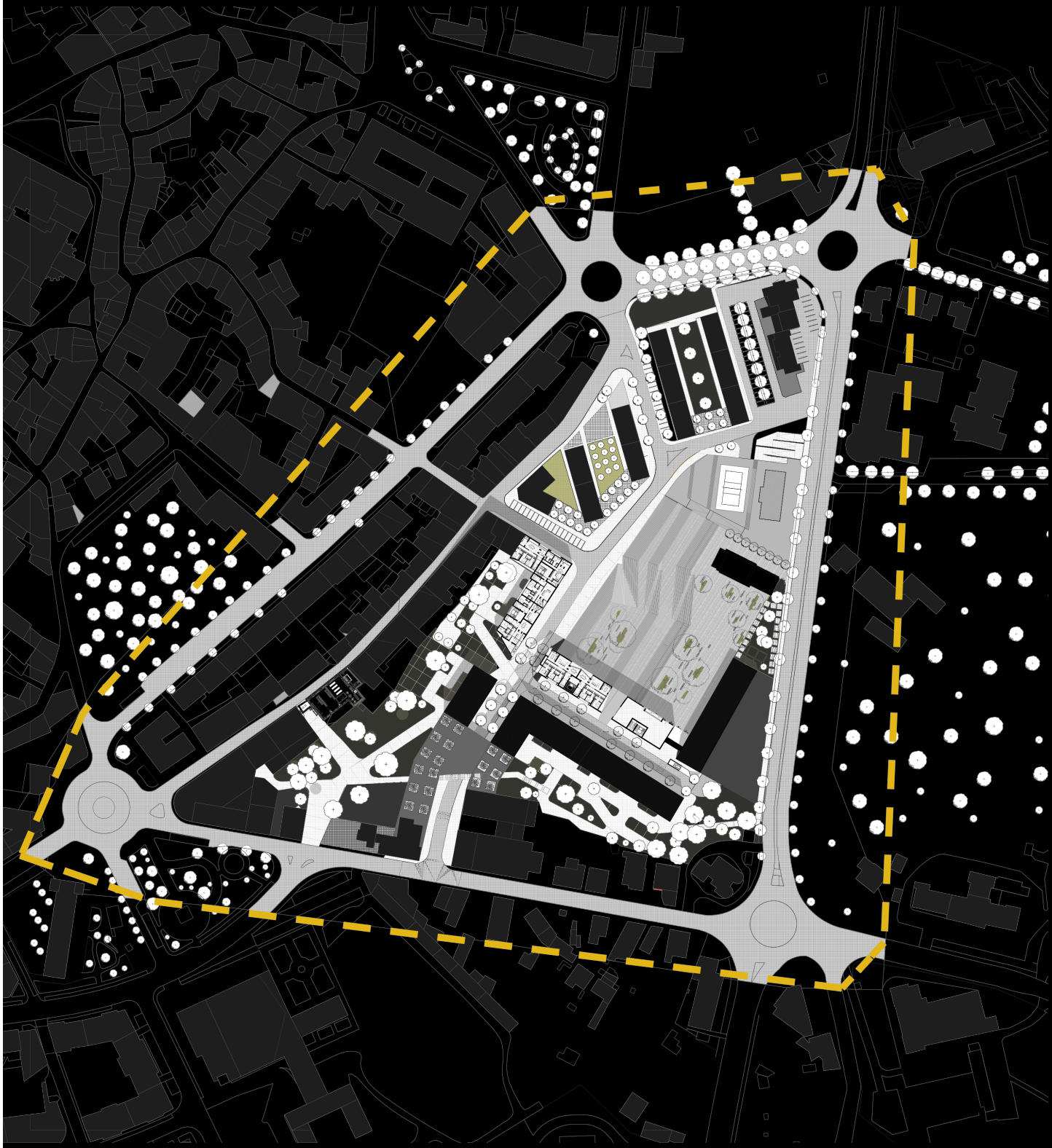


Figura 2 : Limite da área de Intervenção
Fonte: Elaboração Própria

Contextualização e Análise

Análise

Matriz

Viseu surgiu como um castro envolvido por outros menores, sendo a acrópole a atual Sé. Na época Romana, por volta do século II a.C., dá-se a edificação de grandes vias principais, o "cardus" e o "decumanus", que permitia à população expandir-se para outras terras. (Figura 3)

Por volta dos séculos XV e XVI, com a evolução e o aumento do número de habitantes, a cidade ultrapassa o limite das muralhas, ampliando-se através de ligações a aglomerados que se formaram ao seu redor. Os aglomerados urbanos refletiam a topologia, encontrando-se a Sé no ponto mais alto da cidade. A Cava de Viriato teria maior expressão física que o Centro Histórico, e o Rio Pavia assumia um carácter significativo na cidade. (figuras 3 e 5)

Desde meados do século XVII até meados do século XIX, a cidade preencheu, sobretudo, os espaços criados na sua lenta urbanização. Nesta época, procurou-se estabelecer uma maior racionalização nas ligações entre os diversos pontos da cidade, visível na rigidez dos traçados das novas ruas, contrastando com o traçado sinuoso das ruas da zona da Sé.

Desde o século XII até meados do século XIX, foram planeadas novas zonas de expansão da cidade, apoiadas nas vias de ligações a Mangualde. Foi nesse período temporal que se planeou a avenida que liga a estação ao Rossio, à atual Rua António José de Almeida.

No século XX, a expansão da cidade fez-se segundo um esquema radioconcêntrico, não obedecendo a nenhum modelo em específico. O traçado apoiou-se numa nova circunvalação que serviria, na época, como limite da cidade.

Hoje em dia, a cidade aparece como uma malha densa e orgânica. As zonas mais recentes apresentam um desenvolvimento aberto e racional. Constata-se ainda um enorme crescimento das periferias.

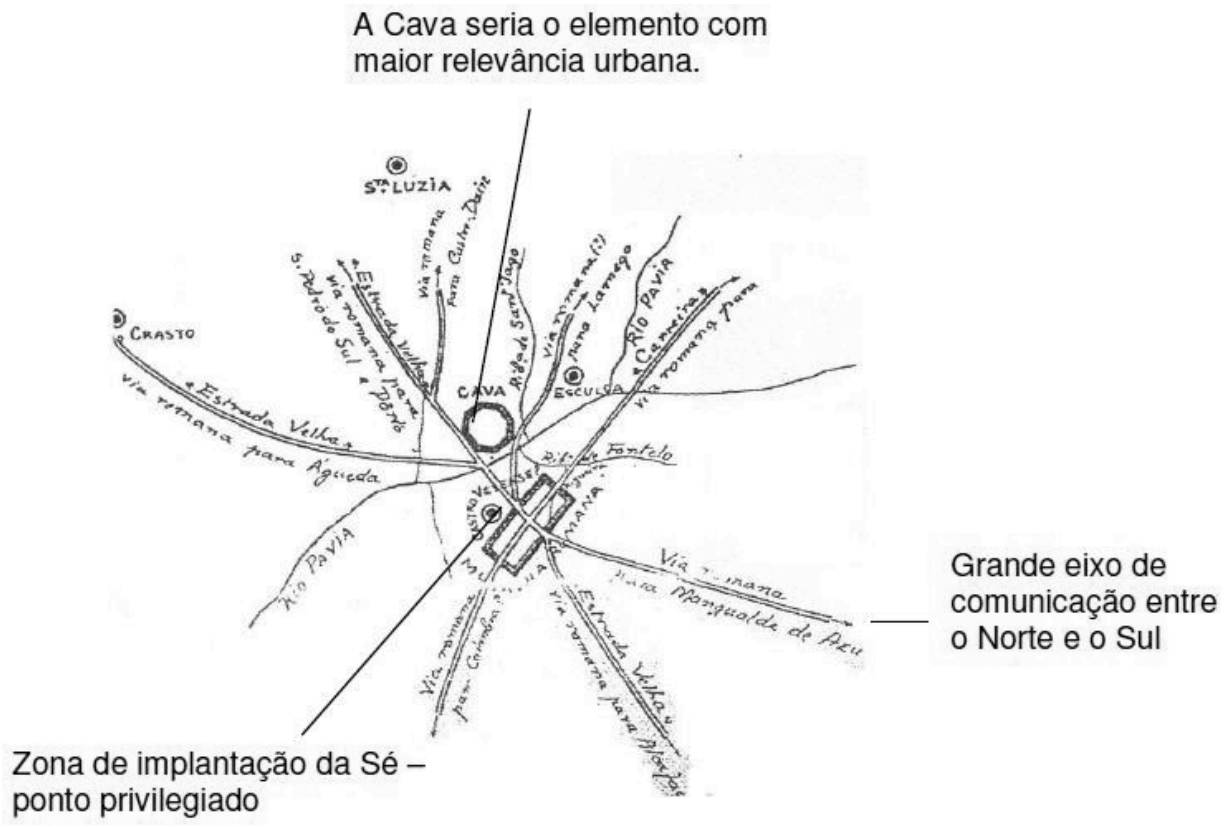


Figura 3 : Esquema Viário II a. C.
Fonte: Grupo C (Ana Catarina, João Almeida, Ricardo Afonso, Ricardo Costa)

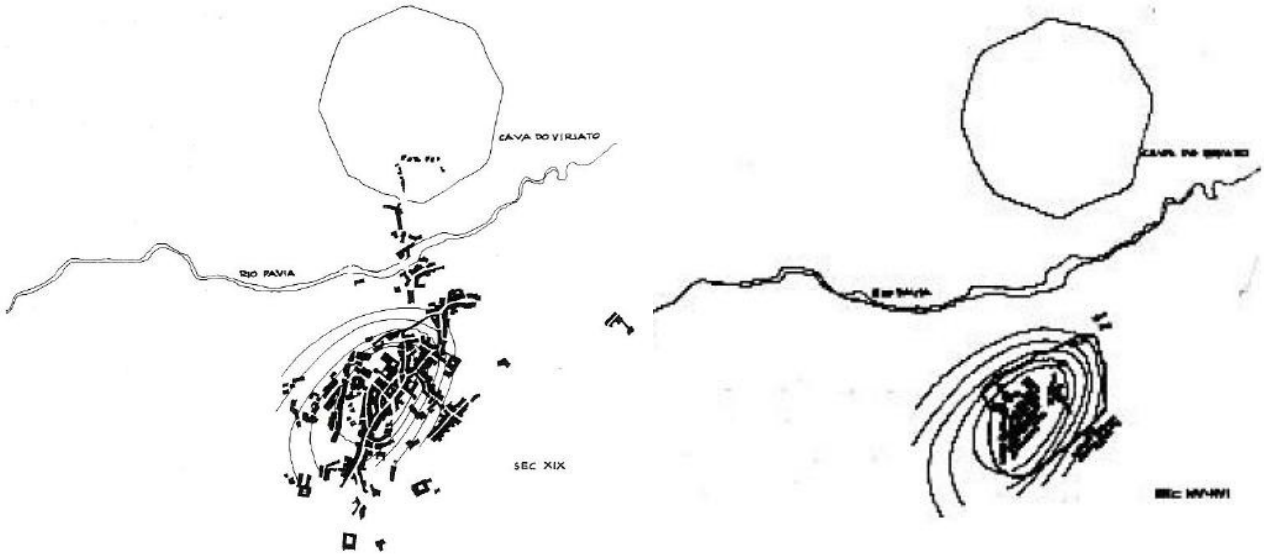


Figura 4 e 5 : Evolução de Viseu.
Fonte: Grupo C (Ana Catarina, João Almeida, Ricardo Afonso, Ricardo Costa)

Pontos

Pontos referem-se a locais ou características do local com interesse ou que, de alguma forma, o enriquecem ou complexificam. Na área de intervenção, existem alguns pontos importantes a ter em conta numa proposta futura.

Em primeiro lugar, os eixos visuais, pois trata-se de uma zona com uma vista privilegiada sobre a cidade e sobre o planalto onde a cidade está inserida, assumindo a Serra da Santa Luzia especial destaque. Para além disso, considere-se ainda os pontos de grande afluência de indivíduos e com forte dinâmica na envolvente do terreno, como é o caso da Rua Capitão Silva Pereira, o Fontelo, algumas escolas, desde o Jardim de Infância até a Institutos Superiores de Ensino, o Hospital, ruas e nós com forte dinâmica comercial, nomeadamente a Rua Formosa. O terreno está também localizado na zona de transição entre o que é a cidade consolidada e a cidade em expansão, tendo um forte poder coesivo na malha desta. A inexistência de um espaço público unificador de todos os pontos anteriormente elencados, apesar de ser uma fragilidade, poder-se-á considerar uma potencialidade em termos de proposta de intervenção na área.

Com efeito, existem poucos espaços públicos que permitam a permanência e a interação entre indivíduos; a maior parte deles são apenas locais de passagem onde poucos transeuntes permanecem mais do que alguns minutos.

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT®





Fotografia 2: Rua 5 de Outubro
Fonte:Elaboração própria





Fotografia 4: Rua 5 de Outubro
Fonte:Elaboração própria



Fotografia 1: Bairro da Misericórdia
Fonte:Elaboração própria





Fotografia 3: Terreno de intervenção
Fonte:Elaboração própria



Relações Sociais / Comunidade

Como vem sendo referido ao longo deste trabalho, a diversidade e heterogeneidade social são elementos fundamentais no dinamismo da cidade, principalmente no sector económico.

A zona de intervenção está inserida num contexto social que apresenta graves fragilidades. Uma das principais é a Rua João Mendes, ou a Rua das Bocas como é comummente conhecida em Viseu, por ser o local onde se situam os principais clubes noturnos da cidade e onde a atividade de prostituição assume um papel de relevo. Sendo esta atividade ainda hoje tendencialmente considerada socialmente desrespeitosa e ofensiva, intensifica uma rejeição por parte dos habitantes e comerciantes, que a apontaram como sendo a principal causa segregadora da rua. Uma vez que os referidos clubes funcionam durante o período noturno, a rua ganha mais dinamismo durante a noite do que durante o dia, uma vez que a atividade comercial e económica com horário de funcionamento diurno muito menos procurada e cada vez mais enfraquecida devido à opinião negativa que os habitantes da cidade têm da dessa rua. Estes factores despertam uma sensação de insegurança na população face à zona, pois sendo um local de lazer noturno, facilita a circulação de dinheiro e o consumo de álcool e/ou drogas, e é propício a ser o cenário de episódios de agressividade.

Na zona em análise situa-se ainda o Bairro da Misericórdia, um bairro social que se mantém relativamente dinâmico, com relações de vizinhança promovidas pelo espaço público que oferece locais com qualidade e com capacidade para juntar alguns indivíduos durante um substancialmente longo período temporal.

Localizada mais no centro da cidade, a Rua Capitão Silva Pereira apresenta uma dinâmica completamente diferente. Trata-se de uma rua comercial com bastante variedade de serviços e com um perfil viário muito mais favorável à sua utilização.

O grande objetivo será quebrar a segregação supramencionada, criando um novo centro capaz de dinamizar e equipar a zona, para que a Rua das Bocas e o Bairro da Misericórdia possam deixar de estar marginalizados e passar a estar envolvidos na cidade.

Fluxos

O terreno de intervenção é rematado por 4 eixos viários: a Sul, pela Rua 5 de outubro; a oeste, pela Rua João Mendes; a Norte, pela Rua Simões Dias; e a Este, pela circunvalação, sem ligação viária. Saliente-se, na Rua João Mendes, a ausência de passeios e de lugares de estacionamento em grande parte do seu comprimento, existindo apenas junto ao Arquivo de Viseu e após o cruzamento com a Rua Simões Dias. O Bairro da Misericórdia apresenta alguns lugares de estacionamento público, devido à atividade comercial existente no rés do chão de um dos lotes. O estacionamento nas principais ruas é controlado, normalmente, por parquímetros ou resulta de ocupação por apropriação, caso dos parques improvisados nas Ruas Capitão Silva Pereira, 5 de outubro e Simões Dias, facto que põe em causa, por vezes, a utilização destas ruas.

Em termos de fluxos pedonais nas ruas que influenciam diretamente a área de intervenção, a que tem maior afluência e dinamismo é a Rua Capitão Silva Pereira, sendo que o nó que estabelece com a rotunda é o principal local de permanência de pessoas. A razão para tal reside em vários fatores: a existência, no local, de comércio que movimenta um grande número de clientes (e.g., pastelarias, centro de cópias…); a existência de um ponto de autocarro que cobre cerca de 30% das linhas de rede de transportes urbanos de Viseu; o facto da Escola Secundária Emídio Navarro se situar apenas a cerca de 200 metros do local.

As figuras 9 e 10 apresentam os dados relativos ao levantamento feito na zona de intervenção em dois horários distintos, com o objetivo de compreender os fluxos pedonais existentes: um horário diurno, das 9h às 20h, e um noturno, das 22h às 4h. Uma observação atenta das figuras anteriormente referidas permite corroborar que, de facto, a Rua Capitão Silva Pereira, é aquela que apresenta mais movimento no horário diurno. Já no que diz respeito ao horário noturno, destaca-se a Rua João Mendes, certamente pela existência de forte atividade noturna na zona.

Os restantes fluxos são semelhantes, devendo destacar-se a afluência ao Centro Histórico da cidade que durante o dia é menos intensa do que no horário noturno. A Rua Formosa, uma das

principais ruas comerciais da cidade, também regista uma elevada afluência pedonal e o Parque do Fontelo atrai, durante o dia, alguns fluxos, ainda que dispersos.

Foi igualmente realizado um levantamento similar em relação aos fluxos automóveis.(Figura 7 e 8) Uma vez mais, através de uma análise das figuras apresentadas, percebe-se que, à semelhança do que acontecia com os fluxos pedonais, também a Rua Capitão Silva Pereira assume papel preponderante, em horário diurno, no que concerne à circulação automóvel. De igual forma, e em horário noturno, a Rua João Mendes, continua a apresentar elevados níveis de afluência, principalmente nos pontos de cruzamento com outras vias. A Rua 5 de outubro e o seu cruzamento com outras vias também apresentam maior atividade durante o dia. Quanto à estrada da circunvalação, pelo seu perfil que permite rápida fluidez do trânsito, não apresenta variação de fluxos, registando níveis altos de afluência tanto em horário diurno como noturno.

A Figura 6 permite, de forma mais pormenorizada, analisar a dinâmica da cidade em termos de horas/fluxos, quer pedonais quer viários.

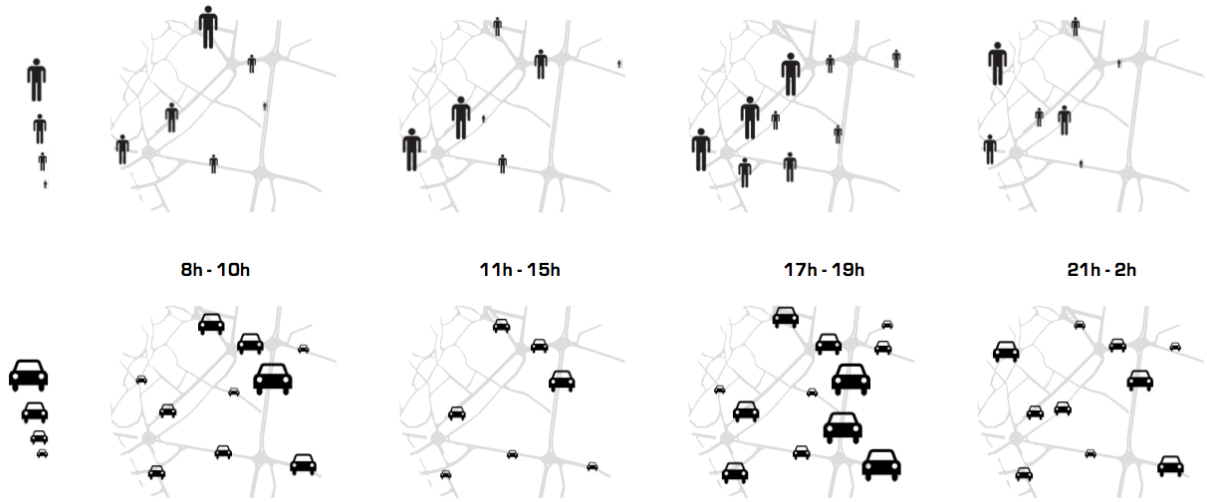


Figura 6 : Fluxos automóvel e pedonais em diferentes horários
FONTE: Grupo A (Aleksandra Siemaszko, Benjamim Pereira, Nuno Abrunhosa, Márcio Cancela, Victor Justino)

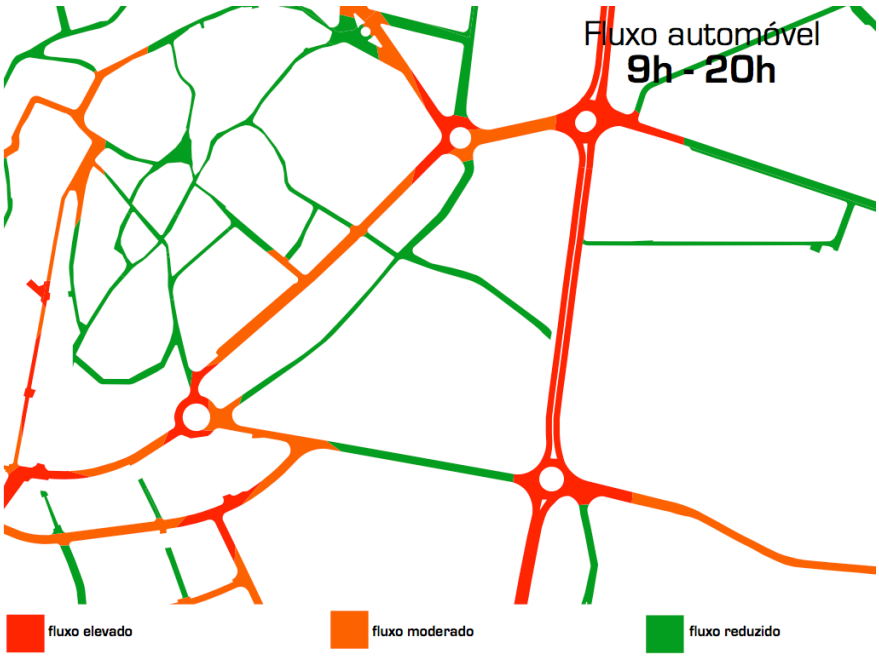


Figura 7 : Fluxos automóvel das 9h – 20h
FONTE: Grupo A (Aleksandra Siemaszko, Benjamim Pereira, Nuno Abrunhosa, Márcio Cancela, Victor Justino)

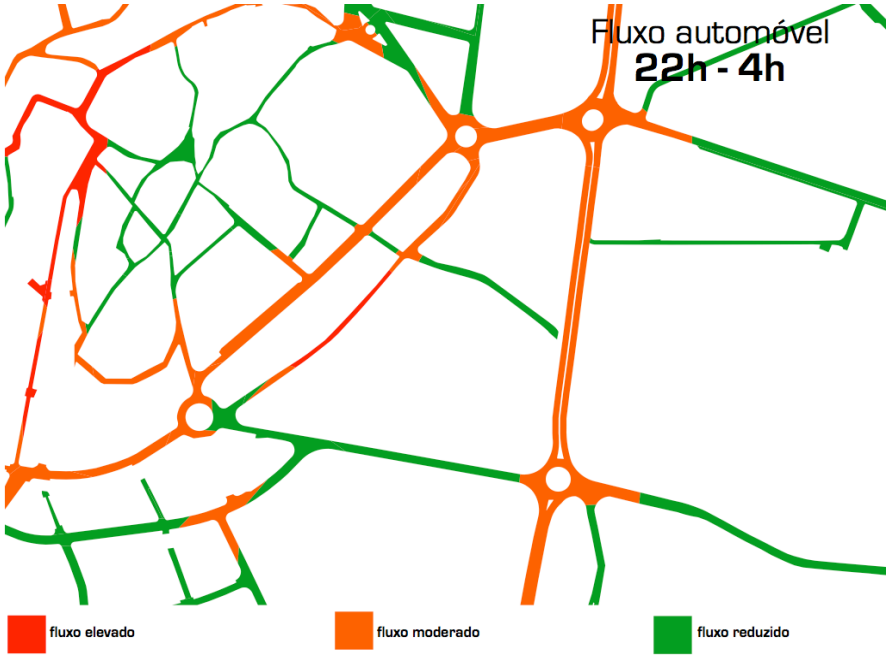


Figura 8: Fluxos automóvel das 22h – 4h
FONTE: Grupo A (Aleksandra Siemaszko, Benjamim Pereira, Nuno Abrunhosa, Márcio Cancela, Victor Justino)

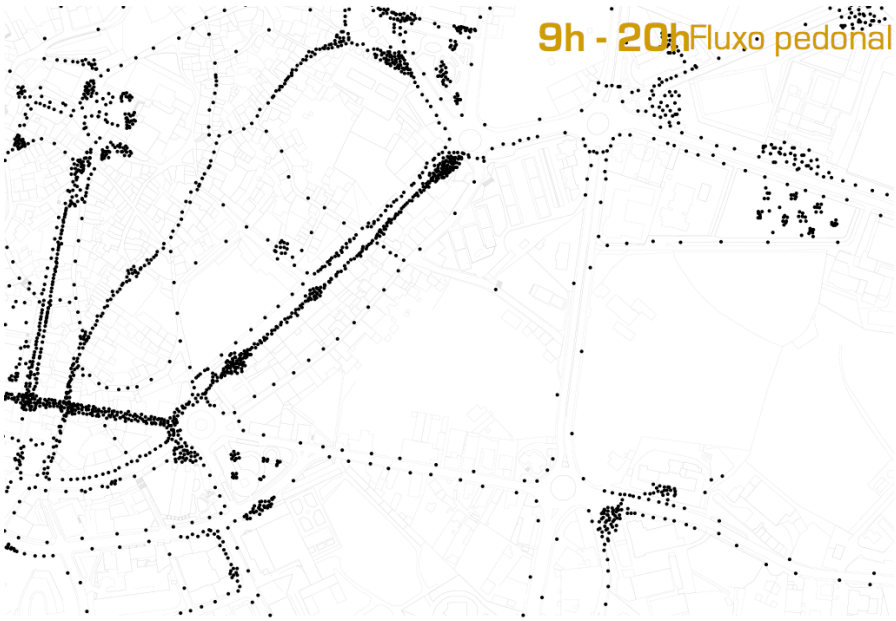


FIGURA 9: Fluxos pedonal das 9h – 20h
FONTE: Grupo A (Aleksandra Siemaszko, Benjamim Pereira, Nuno Abrunhosa, Márcio Cancela, Victor Justino)

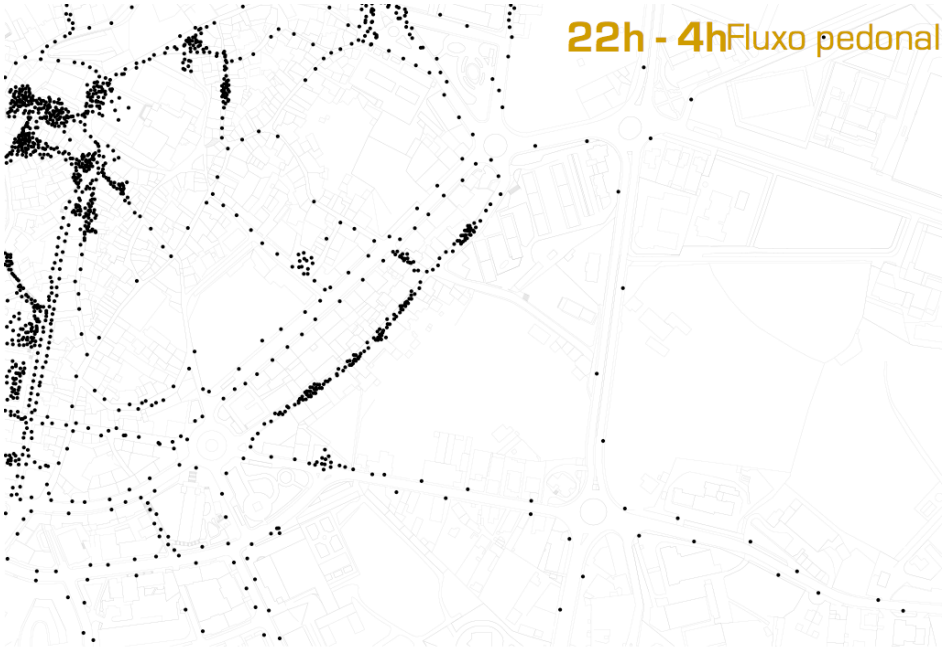


FIGURA 10: Fluxos pedonal das 9h – 20h
FONTE: Grupo A (Aleksandra Siemaszko, Benjamim Pereira, Nuno Abrunhosa, Márcio Cancela, Victor Justino)

Acesso e circulação

A zona de intervenção está enquadrada na rede viária de Viseu pelo que, com relativa facilidade, se obtêm as mais diversas direções pretendidas. A figura 11, representa esquematicamente a rede viária da cidade e, a laranja, o quadrado que delimita a área de análise de zona de intervenção. As linhas vermelhas marcam as saídas da cidade que dão acesso a auto estradas ou estradas nacionais. A preto assinala-se a circunvalação, parte da qual à margem da zona de intervenção. Nas proximidades desta, situa-se também uma das principais ligações à cidade e que permite o acesso à autoestrada A24 (Aveiro – Guarda).

Em termos globais, a circulação viária em Viseu é simples, não morosa nem em grande parte do tempo.

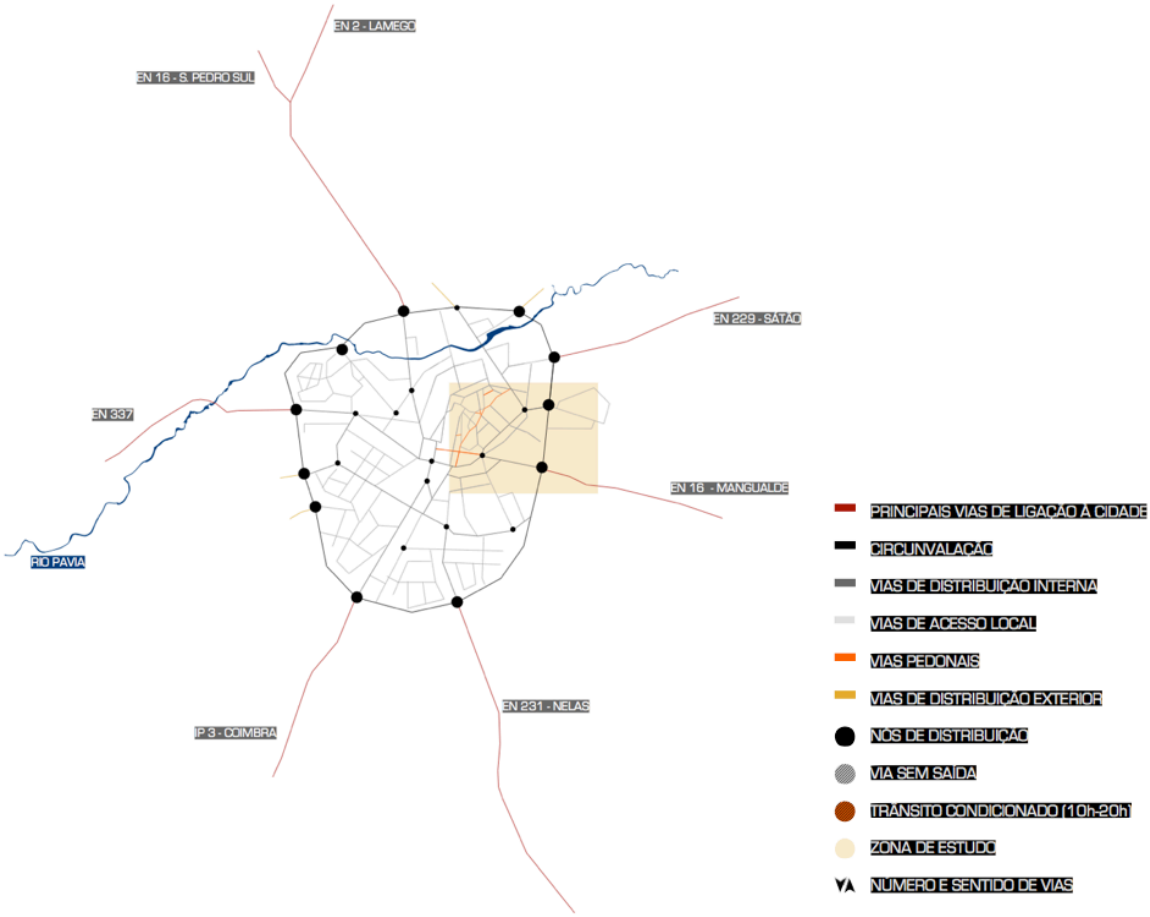


Figura 11: Rede Viária
FONTE: Grupo A (Aleksandra Siemaszko, Benjamim Pereira, Nuno Abrunhosa, Márcio Cancela, Victor Justino)

Estado de conservação da envolvente

Na procura de uma classificação mais aproximada da realidade dividiu-se as classificações na seguinte escala:

- MUITO BOM - Todos os edifícios que apresentam um estado de conservação bastante bom não necessitando de qualquer tipo de intervenção;
- BOM - Os edifícios que pontualmente necessitam de alguma intervenção que não exige grande mão-de-obra nem custos avultados;
- SATISFATÓRIO - os edifícios que apresentam pontualmente sinais de degradação, exigindo intervenções de recuperação dispendiosas e morosas;
- MAU - Edifícios em estado bastante degradado que, não raramente, põem parte em a segurança pública. Exigem intervenções quase totais, morosas e dispendiosas.

Através deste levantamento no terreno, sintetizado na figura 12, foi possível concluir que a maioria do edificado apresenta sinais de degradação, necessitando de intervenções. Mais de 70% dos edifícios encontra-se em BOM e SATISFATÓRIO estado de conservação. Porém, apenas cerca de 13,5% dos edifícios apresenta plenas condições de segurança e conforto, sendo o seu estado de conservação MUITO BOM.

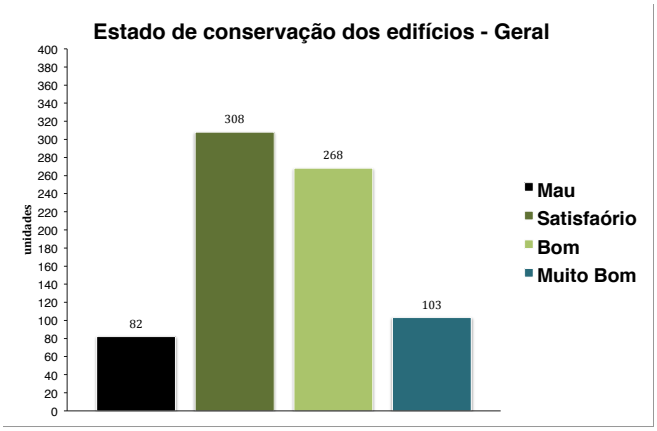


Figura 12: Análise do estado de conservação do edificado envolvente.
FONTE: elaboração Própria

Uma análise mais detalhada permite concluir que existe um paralelismo entre o estado de conservação e a exposição solar dos edifícios. A Rua João Mendes (Ruas das Bocas) é a que melhor exemplifica esta situação. Ao percorrer-se a rua no sentido Santa Cristina – Rua Simões Dias, é visível que o edificado existente na margem esquerda apresenta um estado de conservação mais degradado. A incidência solar nessa parte do percurso é menor, facto que condiciona não só o estado de conservação dos edifícios mas também a sua venda, desvalorizando e envelhecendo os imóveis, não lhes dando oportunidade de sofrer obras de recuperação ou de uso.

Vias - Estado de Conservação

Relativamente ao estado de conservação das vias, e após análise feita no local, constatou-se que as Ruas João Mendes e Simões Dias são as que se encontram em pior estado de conservação. Foram classificadas como MAU, uma vez que o seu estado condiciona a sua utilização. Em ambos os casos, o estado de degradação do pavimento em asfalto, na Rua Simões Dias, e os abatimentos dos paralelos, na Rua João Mendes, tornam a circulação automóvel mais lenta e bastante desconfortável. Estas vias devem ser alvo de intervenção pois, para além do exposto anteriormente, evidenciam limpeza pouco satisfatória, criando um ambiente de degradação que torna pouco convidativa a sua utilização. Assim, julgou-se pertinente assumir esta intervenção como um dos pontos alvo da proposta que se apresenta, e que será detalhada em capítulo oportuno deste trabalho.

Em estado SATISFATÓRIO encontram-se as ruas 5 de outubro, da Regueira, da Árvore, Chantre, Prebenda, Escura, dos Capitães e todo o espaço envolvente do Bairro da Misericórdia e da Avenida Emídio Navarro. Apesar de se terem registado algumas anomalias, abatimentos característicos e localizados do pavimento em paralelo, tais não comprometem a sua utilização.

De um modo genérico, todos os passeios da cidade, com exceção do da Rua Simões Dias, se encontram em BOM estado de conservação. A preocupação com as pessoas que têm a sua mobilidade condicionada é notável. Também as Ruas Capitão Silva Pereira e do Gonçalinho apresentam um BOM estado de conservação, registando-se apenas pequenas anomalias localizadas.

Em MUITO BOM estado de conservação encontra-se a Rua Direita, que foi alvo de intervenção há poucos anos. Para tal contribuem também os factos de a circulação automóvel ser condicionada e a rua ser, essencialmente, pedonal. Também as Avenidas José Relvas e Emídio Navarro, a estrada da circunvalação e a Rua Dr. António Alves Martins, se encontram em MUITO BOM estado, devido ao seu pavimento mais resistente em asfalto que vai ao encontro das exigências dos seus utilizadores.

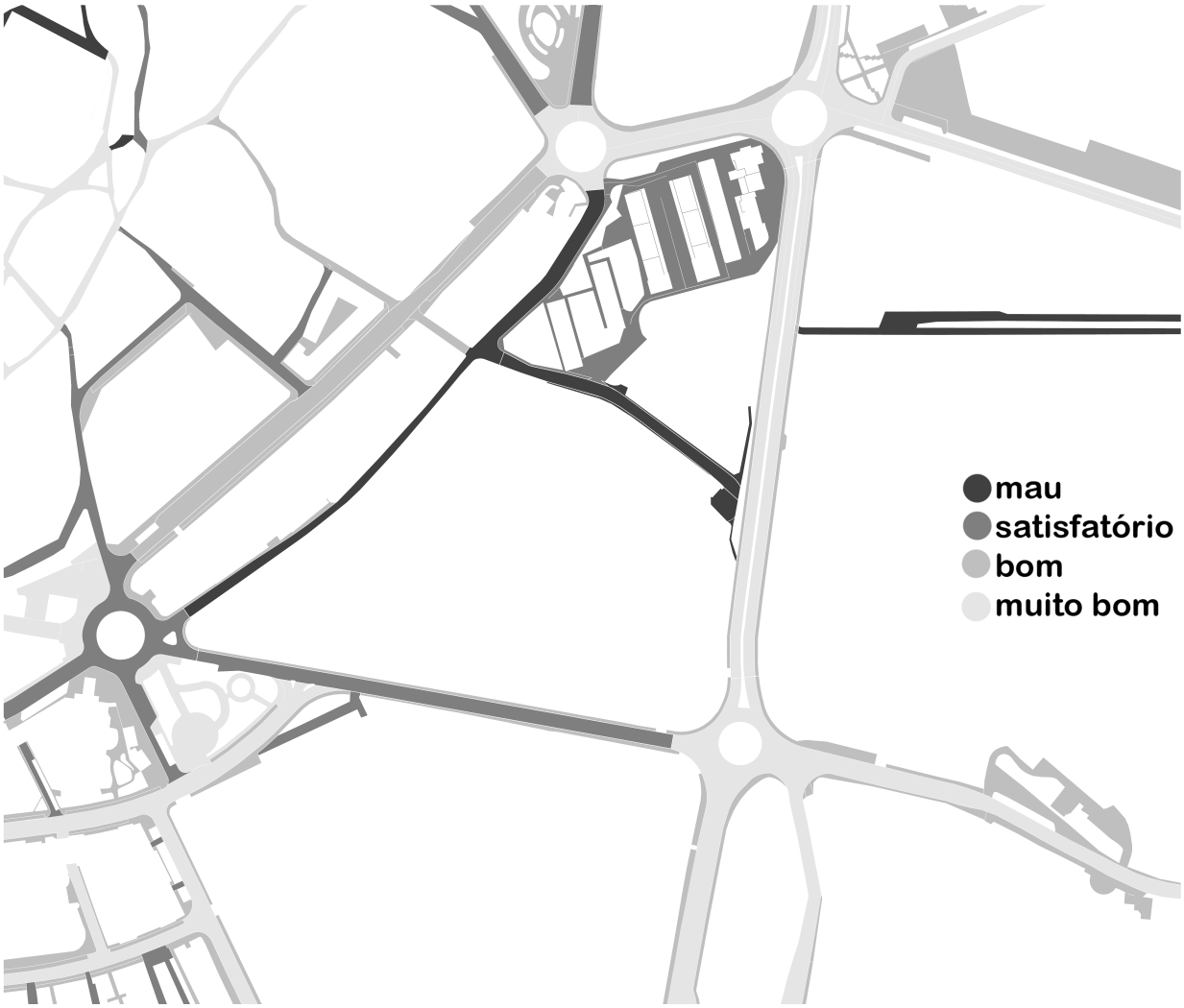


Figura 13 : Estado de conservação das vias
Fonte: Grupo C (Ana Catarina, João Almeida, Ricardo Afonso, Ricardo Costa)

Estacionamento

No que concerne ao estacionamento nas principais ruas, este é geralmente controlado por parquímetros projetados para o efeito. O estacionamento por apropriação, como é o caso do parque na Rua Capitão Silva Pereira e nas Ruas 5 de outubro e Simões Dias, põe em causa a utilização simultânea das mesmas pelos peões e veículos automóveis.

O Adro da Sé é um dos locais que funciona também como um parque de estacionamento, embora o acesso a este esteja condicionado em alguns dias. Existe também um estacionamento subterrâneo na rotunda de Santa Cristina, situado perto de um principal eixo pedonal que vai direto ao centro da cidade - Rossio. A Rua Dr. Perdigão é, igualmente, outro dos pontos mais procurados para estacionamento de veículos. Em qualquer um dos casos mencionados, o estacionamento é de longa duração, ou seja, normalmente corresponde ao número de horas do período laboral.

O Bairro da Misericórdia apresenta um claro défice de estacionamento face as necessidades existentes. Com esta nova proposta, pretender-se-á regularizar e rentabilizar o espaço de forma a criar os mais do que necessários lugares de estacionamento.

Pavimentos

A planta de pavimentos permite concluir que existe uma continuidade nas vias e, quando cruzada com a do estado de conservação, afere-se a durabilidade dos materiais de pavimentação. Os paralelos em granito são muito utilizados nas vias da área de intervenção, assim como a calçada portuguesa o é em quase todos os passeios. Tal permite a referida continuidade, nomeadamente entre a Rua do Gonçalinho e a Rua Simões Dias que, no passado, foi um dos eixos principais da cidade medieval.

Outra característica relacionada com a pavimentação prende-se com o facto de, em todas as passadeiras, existirem rampas de acesso e mudança de pavimento (particularmente no centro da cidade), o que facilita a deslocação e a orientação dos pedestres invisuais.



Figura 14 : PDM – Viseu (Zona de intervenção)
Fonte: Elaboração Própria

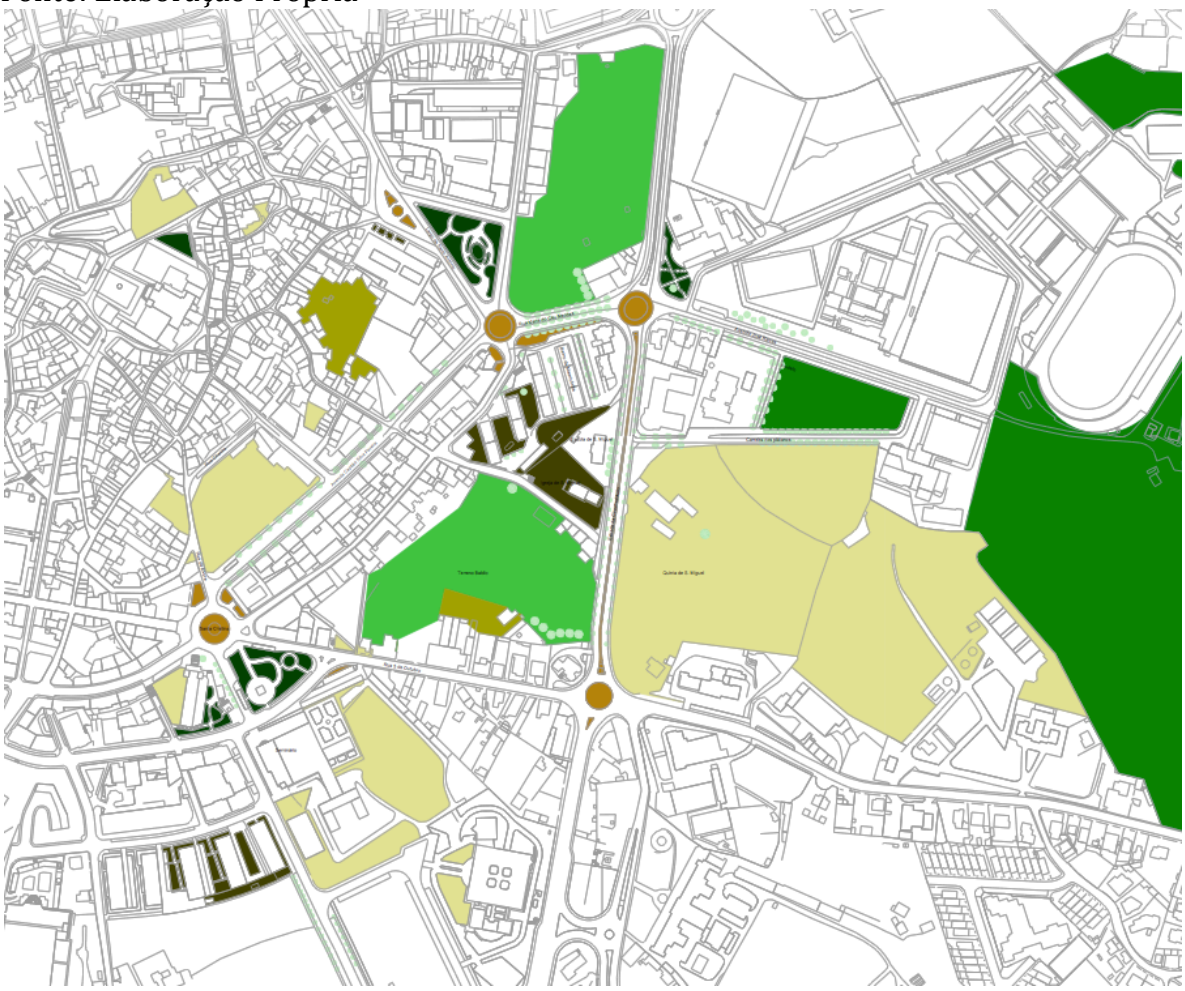


Figura 15 : Espaços verdes
Fonte: Grupo B (Célia Santos, Patrique Augusto, José Massa, Gonçalo Ribeiro)

PDM

O Plano Diretor Municipal de Viseu em vigor, aprovado em Decreto Regulamentar em 1995, pretende o ordenamento e o equilíbrio socioeconómico do território. Por já não ser atual, sabe-se que alterações a este estão a ser estudadas. Porém, não afetarão a área de intervenção, que se encontra em grande parte em zona consolidada (Ec), existindo algumas parcelas em expansão (EU e Ae), zonas verdes (AV) e equipamentos (Eq). (Figura 14)

Espaços verdes

Na zona de intervenção há a destacar a existência de vários jardins, como por exemplo o Jardim de Santo António e o Jardim Alves Martins. São elementos importantes na estrutura da cidade, tendo características que potenciam a proximidade entre as pessoas e o contacto com o meio natural em plena zona central da cidade. Estes espaços estão dotados de mobiliário urbano adequado capazes de incentivar o uso por parte da população.
Um outro elemento importante é o parque do Fontelo, este apresenta características mais naturais. Assim como tem grande atividade de lazer e desportivas. Do lado oposto ao Fontelo a Quinta dos Pessenhas, também impõem a sua presença através de uma mancha verde bastante marcante na zona. Embora seja privada tem um carácter mítico que desperta interesse por quem passa no exterior.

Em relação a vegetação existente no terreno, trata-se de uma vegetação com pouca diversidade de espécies contudo assume uma imponência visualmente pelas suas dimensões. Esta é mais densa junto ao edificado da rua 5 de Outubro. Predominam os castanheiros, carvalhos e oliveiras. (Figura 15)





Ponto de partida

Como fazer cidade? Como pensar e projetar, tendo em conta princípios de acessibilidade e igualdade entre utilizadores? Como fazer com que uma nova intervenção se relacione com a envolvente?

Estas são algumas das questões às quais este trabalho pretende dar resposta. Porém, perceba-se primeiro o contexto do mesmo. A localização da área de intervenção é o ponto de partida mais adequado a essa compreensão. Como já referido anteriormente, a área localiza-se a Este do Centro Histórico, sendo que a sua posição geográfica e a sua topografia a munem de vista privilegiadas sobre o centro da cidade e sobre o planalto que a envolve. Trata-se de um espaço no qual se reconhece dois tipos de paisagens. Uma é a paisagem naturalizada, correspondente à zona a Este do terreno de intervenção, onde se localizam a Quinta de S. Miguel e o Fontelo; a outra, uma paisagem urbanizada, que correspondente à cidade propriamente dita. Viseu tem a sua evolução urbana baseada num crescimento radial, situando-se o terreno de intervenção numa zona de transição entre elementos urbanos e já consolidados e uma área em evolução, mais próxima de uma realidade rural.

Um outro ponto de partida prende-se com as mais valias do terreno, que surgem através da análise e do confronto entre o que realmente prejudicava o local e as suas carências. Estas últimas perpassaram todo o trabalho e foram alvo de uma intensiva procura das respostas mais pertinentes. Também as vistas privilegiadas da área assumem um papel importante na qualidade do local, sendo fulcrais pontos de partida e ferramentas da proposta.

Nos capítulos que se seguem, perceber-se-á detalhadamente como se foi desenvolvendo este trabalho. Porém, e em suma, pretendeu-se devolver o espaço intervencionado à cidade e às suas dinâmicas, estabelecer relações entre o Bairro da Misericórdia e a sua envolvente, garantir melhor acessibilidade à Escola de S. Miguel, criar um espaço comum a todos estes elementos, que fosse catalisador da economia, diversidade e dinamismo, e ainda quebrar a barreira que o vazio urbano correspondente à área de intervenção assume, atualmente, na cidade. Apresenta-se uma proposta clara e simples, capaz de articular elementos e partes, ligar diferentes cotas, integrar social e fisicamente a zona, na sua totalidade, e inseri-la na cidade como um todo uno.

Compromisso com o espaço envolvente

Com o objetivo de assumir um compromisso com a envolvente, realizou-se uma análise, sucintamente descrita anteriormente, que pretendia compreender o local nas mais diversas áreas. Contudo, e para que os resultados fossem mais concretos e fidedignos, alargou-se a zona de análise para outros locais da cidade que, de alguma forma, afetam a área de intervenção. Pretendia-se identificar as mais-valias e as carências da área envolvente e usá-las como ferramenta de trabalho, assumindo sempre um compromisso de respeito e de salvaguarda por tudo o que enriquecesse o local, tanto a nível social como do edificado e da identidade do espaço.

Os resultados da análise permitem constatar que o local de intervenção se encontra desligado do resto da cidade e aparenta ser um espaço excluído, não só pela sua envolvente física, como também pela população. Além disto, compreendeu-se ainda que a área representa um grande vazio na malha da cidade.

Através da intervenção, pretende-se contrariar e resolver esta situação atual e, ao mesmo tempo, alcançar harmonia entre o que é proposto e a sua envolvente, para que ambos funcionem como um conjunto e não separadamente e para que passe a existir uma compreensão imediata do espaço como um todo. A intervenção com o espaço e edifícios envolventes foi realizada a partir da consolidação da mancha urbana, isto é, a proposta implanta-se segundo vários alinhamentos com a envolvente, em relação não só à sua mancha mas também às cérceas mais próximas, adaptando-se ainda à topografia desta área. Assim, a proposta implanta-se como tentativa de criar uma relação com o existente e lhe retirar o seu carácter de resultante, transformando-o e tornando-o útil, agradável, vivo e acessível a todos os tipos de utilizadores.

Envolvente como ferramenta de intervenção

Como não poderia deixar de ser, a envolvente assume um papel fundamental na estruturação e modelação da proposta. E, como referido no tópico anterior, o facto de usar a envolvente como ferramenta de trabalho passou a ser uma constante ao longo da criação da proposta.

Esta surge como resposta às questões levantadas pela localização do lugar, isto é, de forma clara a proposta é uma interpretação da realidade que a rodeia, num carácter semelhante ao ambiente envolvente. Desta forma, procura um equilíbrio através de uma implantação simples e clara, de uma forma não invasiva, respondendo às complexas necessidades que tanto o programa como o lugar exigem. É neste contexto que se definem e articulam as tensões, que permitem à proposta organizar-se, enquanto intervenção coerente em relação às condicionantes do lugar, baseada numa reflexão simples e, simultaneamente, forte.

Foi então necessário compreender a mancha urbana, observar os usos e fluxos existentes em todo o perímetro da intervenção, durante a fase de análise, na tentativa de perceber a estratégia que se deveria adotar, para que os fluxos da cidade penetrassem este local, mas também estudar a forma geométrica da implantação, para que esta se integre e remate o desenho da cidade. (figuras 16). Assim, o novo edificado organiza-se segundo as manchas da cidade, as formas dos edifícios e dos espaços propostos surgem de alinhamentos com o edificado existente e os espaços envolventes. Tal organização reflete-se na planta, nos alçados e nas cérceas (figura 18).

A primeira ferramenta que se teve em conta foi a vista privilegiada sobre o Centro Histórico da cidade, uma vez que é o elemento que melhor caracteriza o local e que enriquece a circunvalação. Esta, por apresentar um perfil demasiado ambicioso para a escala da cidade, perde grandemente a sua relação com ela. Contudo, os eixos visuais do terreno de intervenção conferem à circunvalação uma noção de escala mais citadina. Assumindo um papel de protagonista dos pontos visuais, é importante que eles sejam uma dos elementos principais na modelação e no projeto. (Figura 17)

Um dos eixos tomados como referência foi o que une a Rua do Gonçalinho até à interceção, representando esta último o ponto com maior amplitude visual sobre a cidade. O outro eixo é

paralelo com a Rua João Mendes e é nele que se perde a vista sobre a cidade. Desta forma, é aproveitado para traçar uma nova via que irá abastecer a nova proposta urbana de acessos viários. Unirá a Rua 5 de outubro, passará pelo terreno, dividirá o bairro social em duas partes e terminará na rotunda Emídio Navarro.

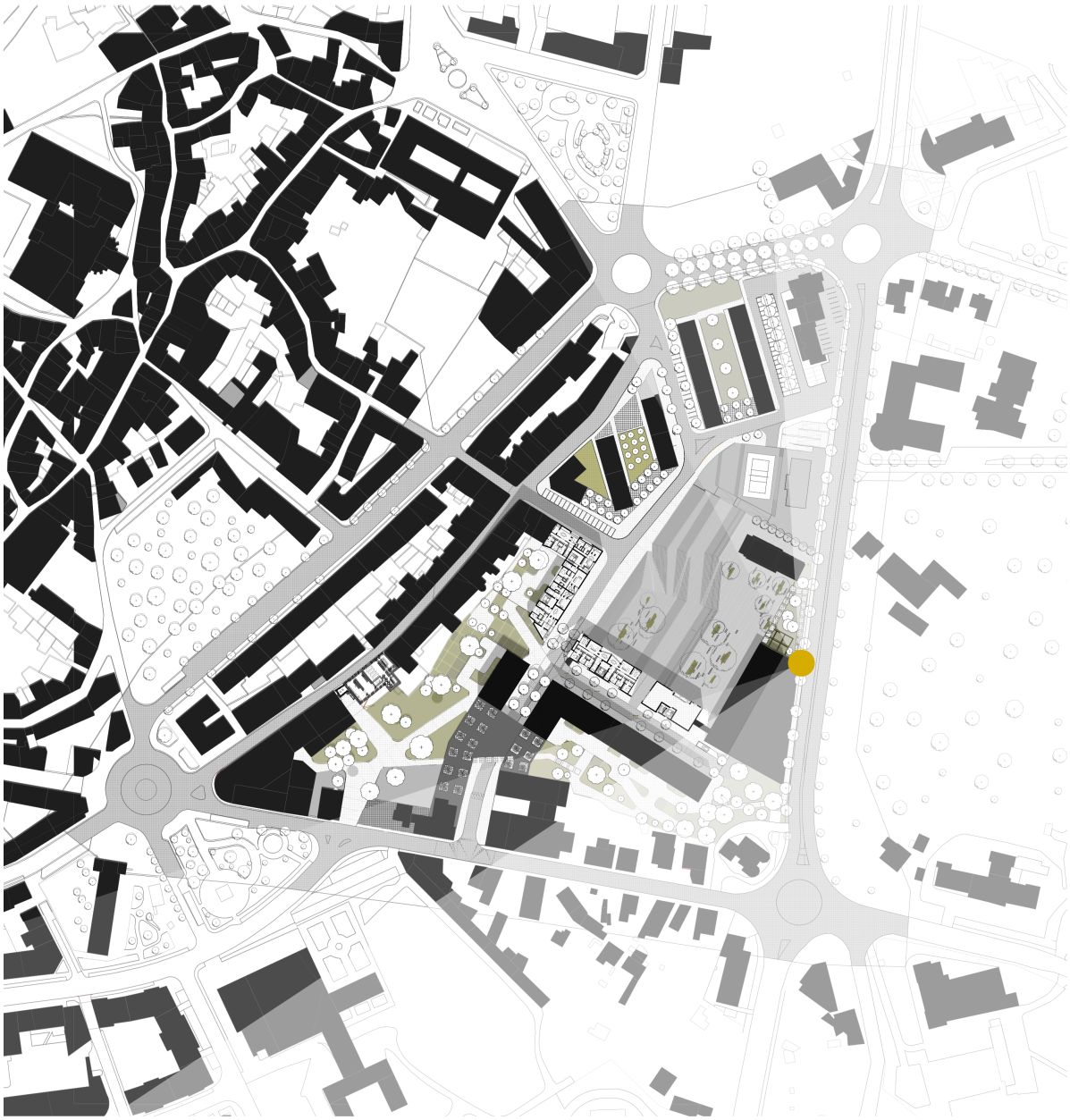
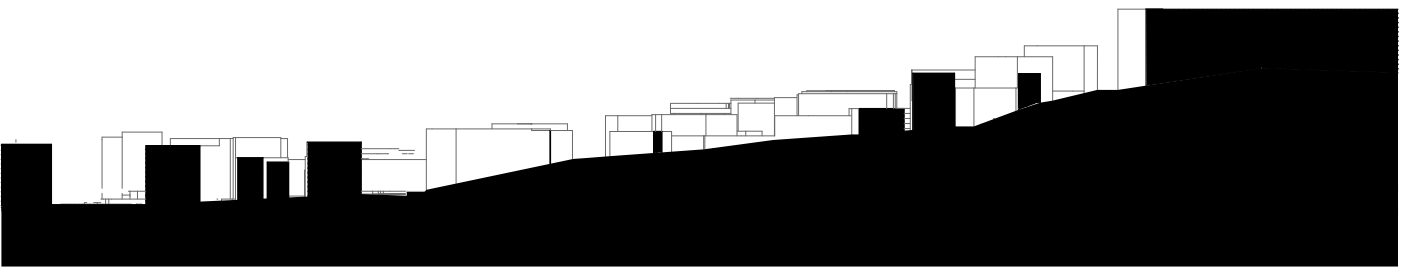


Figura 17 : Ponto de vista com maior amplitude no local de intervenção
Fonte: Elaboração própria



Figura 18: Corte Geral Este|Oeste
Fonte: Elaboração própria



Elementos da proposta

Embora a proposta seja entendível como um todo, é passível de ser analisada em partes, para que se possa pormenorizar alguns aspetos mais salientes.

Desta forma, poder-se-á dividi-la em quatro momentos: um deles estabelece a relação do proposto com e edificado existente, nomeadamente nas traseiras das Ruas 5 de outubro e João Mendes. Um segundo momento, e que assume o papel central da proposta é a Praça e a sua tentativa de dar resposta a algumas carências económicas, morfológicas e sociais da envolvente. A relação com a circunvalação, o papel que este elemento desempenhou na modelação do projeto e as suas vantagens, constituem um terceiro momento do projeto. Por fim, a relação que a intervenção proposta, a nível de espaço público, estabelece com o Bairro da Misericórdia. Saliente-se que um dos outros pontos também constantes da proposta é a intervenção na escola de S. Miguel.

É importante fazer uma reflexão particular sobre cada um destes momentos, para que se consiga chegar a um conjunto capaz de responder, simultaneamente e da melhor forma, às necessidades do local. Esta faz todo o sentido se se tiver em conta que os grandes objetivos do que se propõe serão criar dinâmicas económicas e sociais através de geradores de diversidade, à luz do que foi referido anteriormente na contextualização teórica, desenvolver a zona e torná-la catalisadora de atividade.



Figura 19 : Planta da intervenção – remate com a rua João Mendes e rua 5 de Outubro
Fonte: Elaboração própria

Parque / Traseiras da rua João Mendes

Numa outra fase, houve a necessidade de dar resposta as traseiras que limitam o terreno. Para este efeito a proposta faz uso de novos edifícios este agora habitacionais que fazem o remate com o edificado junto da rua S. Miguel e estendem-se ao longo da nova avenida sempre em paralelo com o edificado da rua João Mendes. O objetivo é fazer este remate como novas traseiras e aproveitar o espaço entre eles para a criação de um parque.

Este parque, seria dotado de percursos pedonais organizados de forma a minimizar espaços propícios a atividades civicamente desaconselháveis , assim como a responder a eixos fortes e capazes de direcionar fluxos.

Uma dos objectivos seria conseguir com estes percursos abrir o parque para a cidade. A solução que foi apresentada, consiste em, abrir varias entradas no parque para a rua 5 de outubro e João Mendes, o pavimento destes percursos invadem os passeios destas ruas de forma a quem passe neles seja convidado de certa forma a entrar e usufruir.

Esta solução é repetida na resolução das traseiras do edificado da rua 5 de Outubro. Desta forma é possível manter as duas principais manchas verdes existentes no terreno e amplia-las de forma que se unissem num corredor verdes que serviria como barreira visual para as traseiras da rua 5 de outubro. Este, permitiria um percurso de união entre a cota superior da circunvalação a cota inferior da rua João Mendes. Mas uma vez que a nova via trespassa este corredor procurou-se uma solução que minimizasse o impacto e que não transmitisse relutância na sua travessia. O primeiro passo foi tornar a via com um perfil reduzido o segundo passo foi criar uma mancha verde envolvente que desse a noção que o parque se sobreponha á via e por fim usar o mesmo material no pavimento na via que se usa nos percursos pedonais.

Contudo havia a necessidade de fazer o remate do edificado proposto com o existente. Esta união teria de ser harmoniosas, permeável visualmente e fisicamente e também arborizada. A solução passa então por criar uma cobertura que unissem o edifício proposto ao terreno e aos edificado existente. Uma vez que o edifico proposto estava a cota de soleira dos edifícios existentes, esta cobertura aparece com uma remate que sai do solo e sobe até a cobertura dos edificado. Para conseguir plantação de árvores nesta zona propõem-se abrir essa cobertura de forma a que árvores pudessem ser plantadas e as suas copas saírem, dando assim a continuidade pretendida na ligação das duas manchar verdes. Este tipo de solução foi levada para o remate dos edifícios no bairro social mas esta vez apenas com as alamedas de árvores . A proposta usa

a mesma vegetação para dar aos edifícios do bairros uma linguagem harmoniosa e aproximada das linhas do novo projeto.

A espécies arvoarias usadas, em toda a proposta são bétulas pendulas e Melia azedarach. Isto porque as Bétulas Pendulas respondem as necessidades principais copas estreitas atingindo um máximo de 4 a 6 metros tem um aspecto inacabado e permeável visualmente e uma vez que é uma árvore caduca transmite a passagem do tempo. As Melia azedarach veem completar com mais algumas características as bétulas. Embora estas também sejam caducas, durante o inverno elas permanecem com uma fruto esférico castanho que permite que as cores do Outono se predominem no Inverno.

Um outros elemento que veio complementar esta relação entre a rua das bocas e o novo espaço verde da proposta foi a Casa das bocas onde foi desenvolvido um projeto de reabilitação da mesma. O projeto consistia na criação de uma escola de conservação e restauro á semelhança das oficinas de conservação e restauro Ricardo Espírito Santo em Lisboa.

A intervenção na casa das casa das bocas é importante na proposta uma vez que é dos edifícios mais conhecidos da cidade e que ao mesmo tempo se encontra e elevado estado de degradação. A intervenção neste edifício não são vinha cativar a atenção da população de Viseu como também iria mobilizar maior fluxo união.

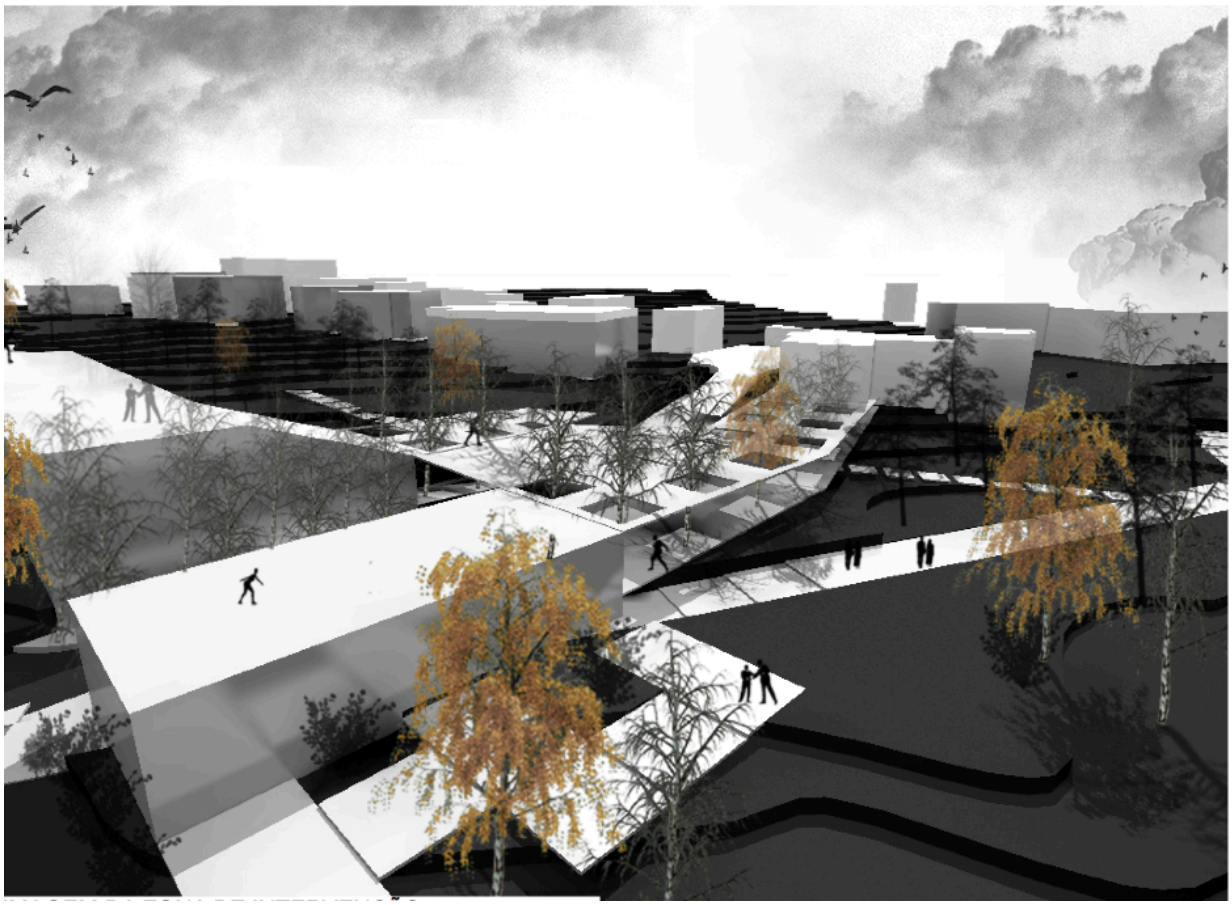


Figura 20 : Imagem do parque proposto
Fonte: Elaboração própria

Este elemento seria usado como elo de união entre os dois espaço assim como um passeio lateram á casa que uniria a rua á rede pedonal da proposta. (figura 21 | consultar anexos)

Basicamente pretendia-se que a casa das Bocas se assumisse como um serviço principal á luz do que foi referido atrás, nos geradores de diversidade.

Assim, com esta intervenção pretender-se-ia que a rua das boca usufrui-se de um serviço dinâmico, capaz de mobilizar um maior numero de indivíduos para a rua e em varias horas do dia. Desta forma conseguir-se-ia combater a insegurança que se faz sentir na rua, fomentar o comercio e romper o estigma de uma rua de prostituição.

No seguimento desta intervenção na casa das bocas percebeu-se que a rua apresentava um prefil viários pouco propicio á utilização quer por parte do automóvel que pelos piões, uma vez que o interesse passava por cativar fluxos não bastaria criar um serviço mas a solução também passaria por dar melhores condições e melhor qualidade de circulação. Esta intervenção passou por uma intervenção ao nível do pavimento, regularização de estacionamento e criação de passeio pedonal.

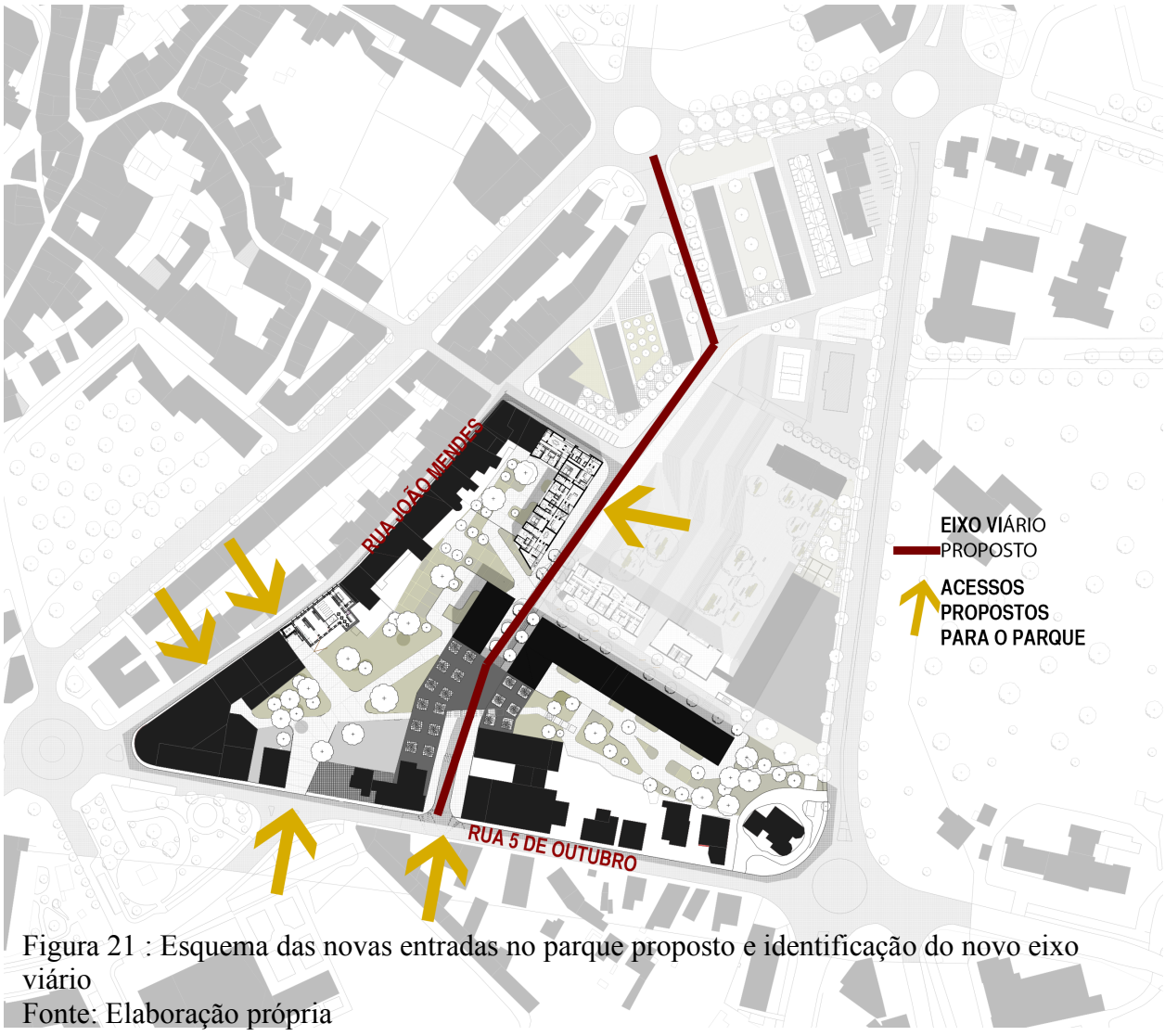


Figura 21 : Esquema das novas entradas no parque proposto e identificação do novo eixo viário
Fonte: Elaboração própria

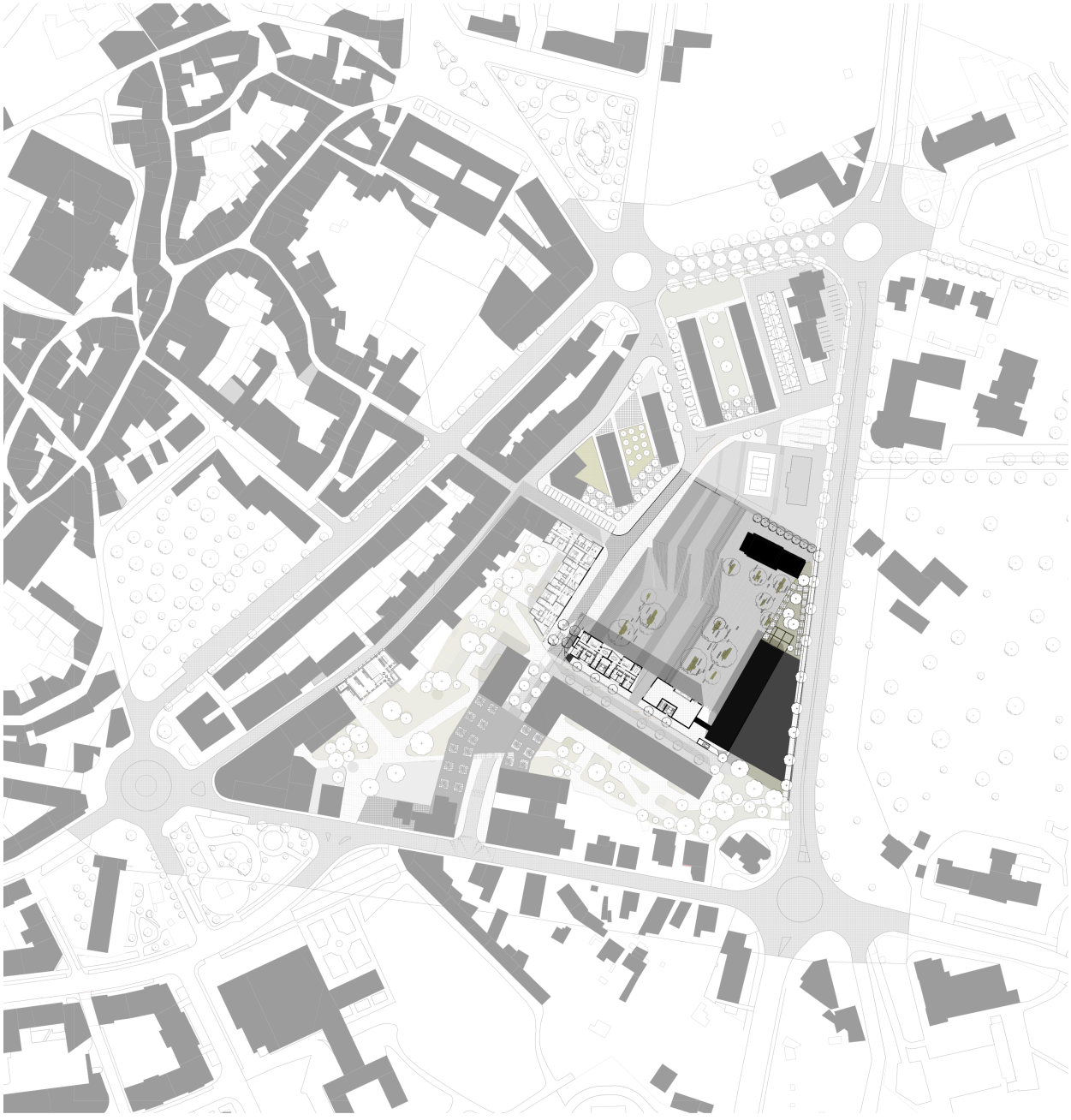


Figura 22 : Planta da intervenção – Praça
Fonte: Elaboração própria

Praça

A Praça é o elemento que assume maior protagonismo na proposta, pela centralidade da sua localização e por ser um dos grandes objetivos desta intervenção.

Morfologicamente, encontra-se dividida em três patamares, separados por escadarias e uma rampa central. No primeiro patamar, a norte, situa-se a Igreja S. Miguel e, a sul, o edifício de habitação proposto. É ainda neste patamar que surge o edifício de serviços e comércio e um jardim com um miradouro, acessível através de uma rampa que une a cota da circunvalação à Praça, também elementos da proposta. Duas zonas de lazer marcam também presença: a zona próxima da Igreja, que aproveita a vantagem das Oliveiras já existentes no terreno; uma segunda zona, paralelamente em frente ao edifício de serviços. Em ambos os casos, os bancos e os espaços verdes estão dispostos para que exista sempre sombra ao longo do dia, possibilitando assim a permanência de indivíduos a qualquer hora.

O segundo patamar é, essencialmente, um eixo de acesso à escola, que liga a Praça à rua proposta na intervenção como se pode ver na figura 23. Para que tal seja possível, este patamar interrompe o edifício proposto, criando assim uma passagem que não só facilita a circulação como também impõe presença, convidando os transeuntes a entrar na praça. Este patamar não apresenta qualquer zona verde ou de lazer, pretendendo-se assim que este se constitua como intermédio, elemento de ligação dos outros dois patamares e ainda local de passagem e de acesso à escola.

O terceiro patamar localiza-se a sul e é limitado pelo edifício de habitação e comércio no piso da Praça. Está equipado com espaços semelhantes aos descritos no primeiro patamar.

Anteriormente, o terreno era desprovido de espaço público coesivo e catalisador de fluxos e dinamismo. O terreno da intervenção era um vazio urbano, onde apenas existia vegetação não cuidada, a capela de S. Miguel, com a qual era importante estabelecer relações, e uma Escola Básica do 1º Ciclo com acessos extremamente inapropriados e desadequados.

Com esta proposta, pretende-se criar um espaço capaz de aglomerar todas essas valências, um espaço comum que seja capaz de estabelecer ligações e acabar com a atual

desfragmentação. Neste sentido, a palavra coesão assume extrema importância, uma vez que a Praça passa a ser uma ferramenta coesiva entre os serviços e consegue alargar o seu uso a um grupo mais heterogéneo de indivíduos que, indubitavelmente, é um dos principais elementos do bom funcionamento e crescimento da cidade.
Esta descrição é exemplificada na Figura 24.

A Praça pretende ainda ser um elemento estratégico na dinâmica desta parte da cidade. Na envolvente da Praça existe um amplo número de serviços que se encontram desprovidos de um espaço centralizador, com comércio, capaz de dar resposta às suas necessidades. Concretamente, existem seis estabelecimentos de ensino próximos do local: dois Jardins de Infância, uma Escola Básica do 1º Ciclo, uma Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, uma Escola Secundária e duas Instituições de Ensino Superior. Para além destas, o local contempla ainda o Hospital, o Instituto Português da Juventude, a área de Desporto Municipal, o Parque do Fontelo e um Lar para a 3ª Idade. Todos estes serviços se localizam a uma distância máxima da praça de 400 metros. Esta proximidade permite criar um espaço de utilização comum sem que os utilizadores dos diferentes estabelecimentos tenham que efetuar deslocações longas. Assim, o espaço proposto poderá ser usado por indivíduos de várias faixas etárias, com diferentes capacidades físicas, diferentes interesses e culturas, e em diferentes horas do dia.

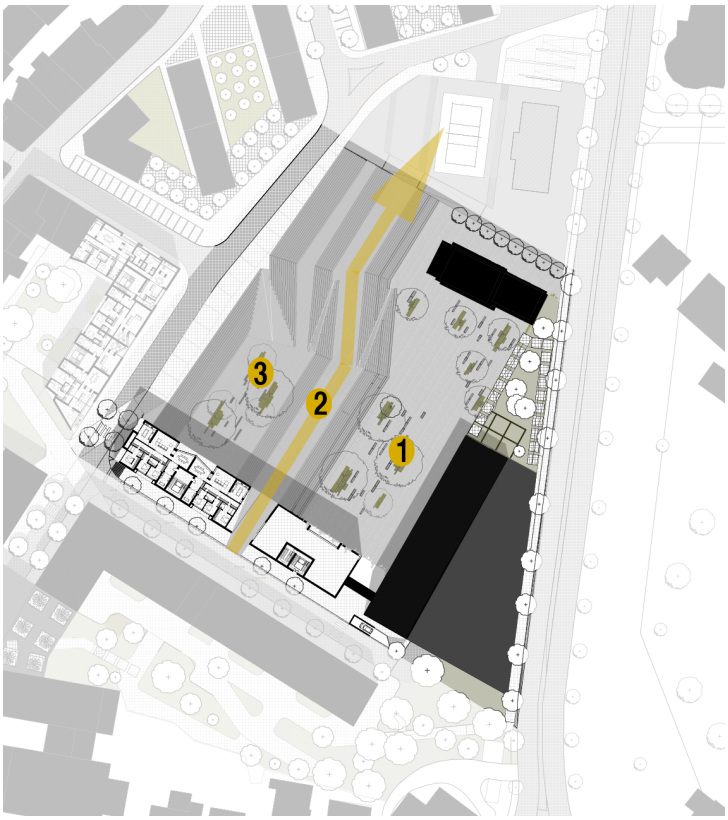


Figura 23 : Planta da intervenção – Patamares e acesso á escola
Fonte: Elaboração própria

A concretização da Praça impulsionará economicamente a zona, romperá o estigma relacionado com a Rua das Bocas e funcionará como um elemento de expansão da cidade.

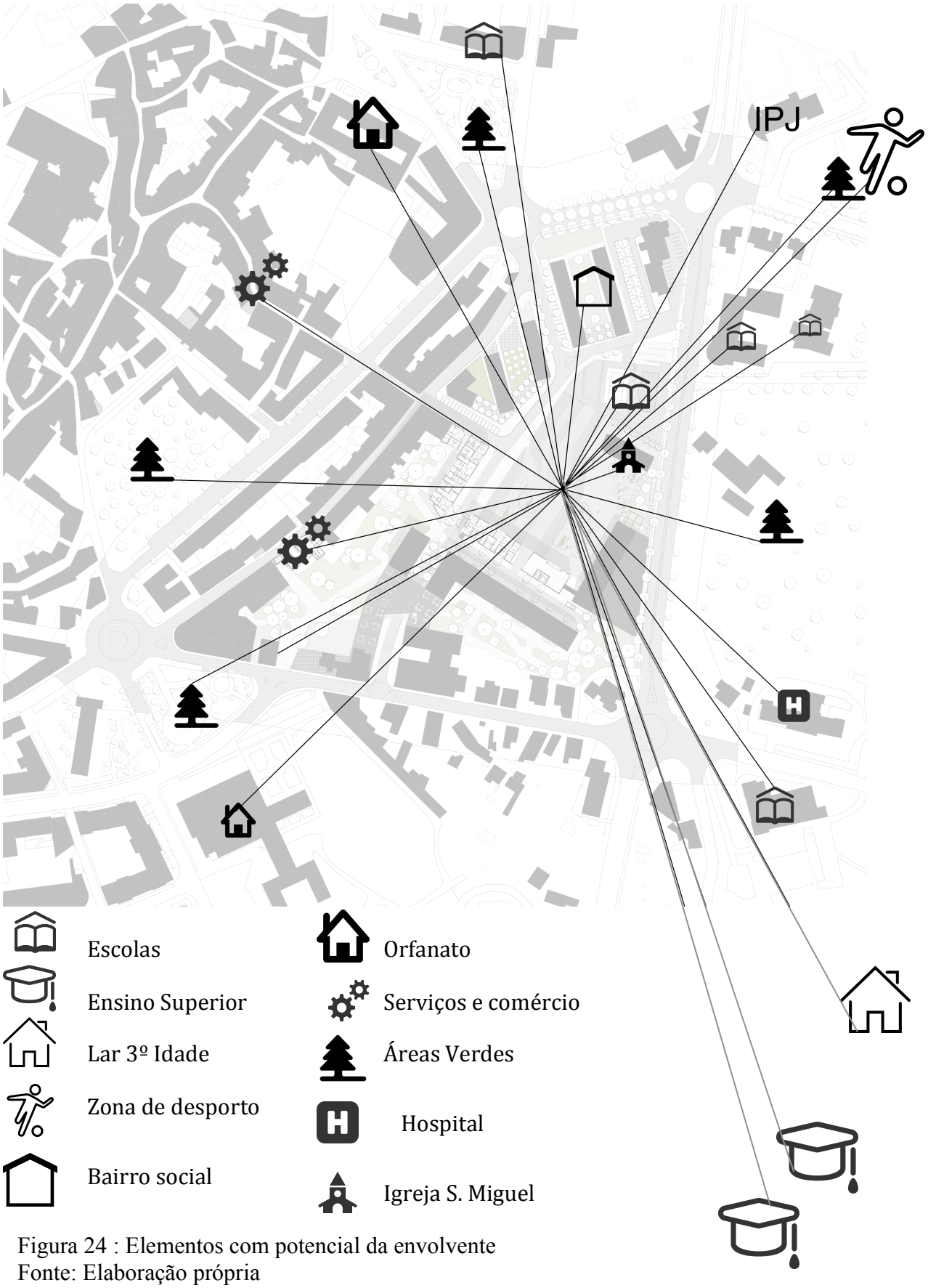


Figura 24 : Elementos com potencial da envolvente
Fonte: Elaboração própria

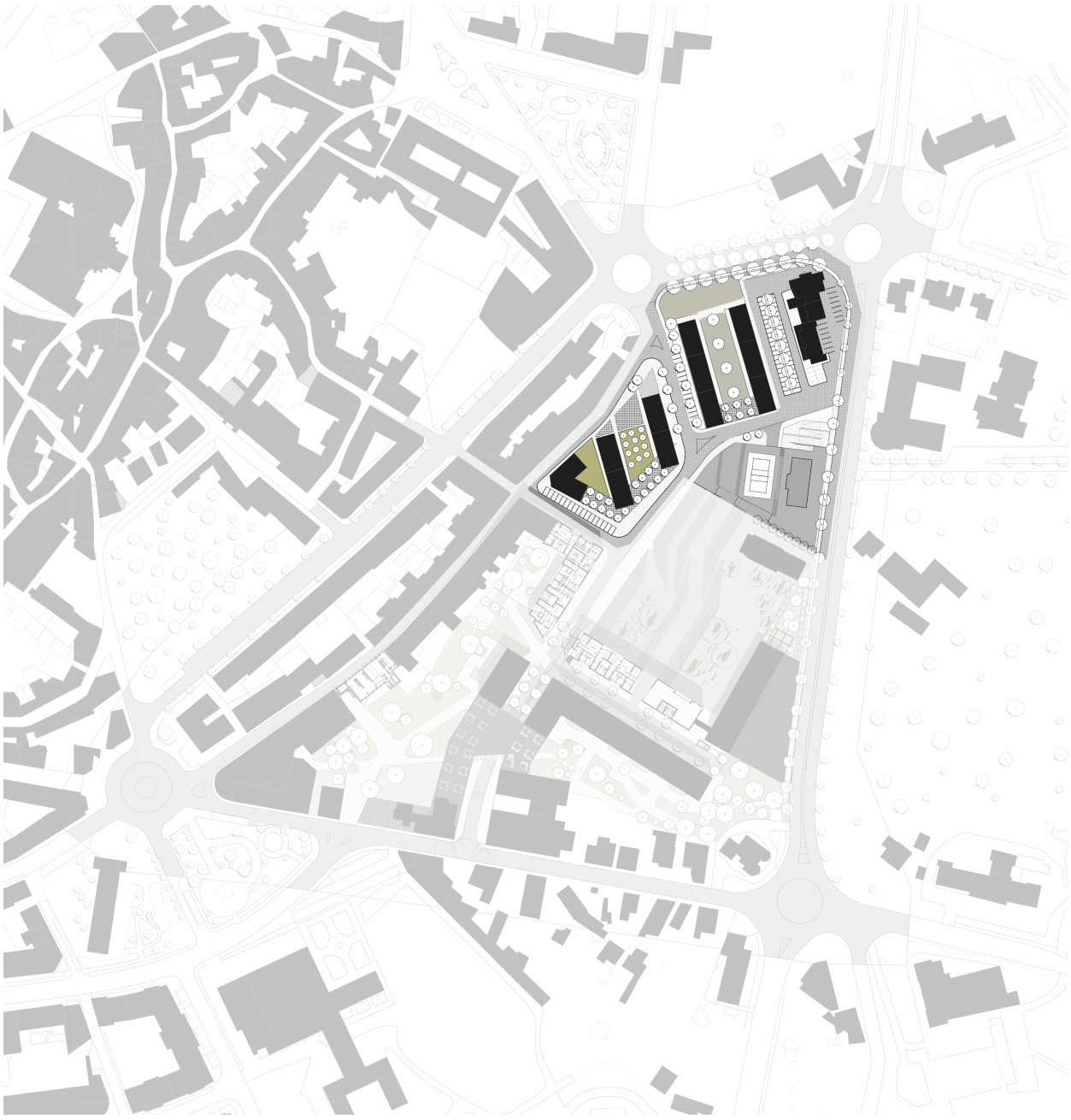


Figura 25 : Planta de intervenção – Bairro da Misericórdia
Fonte: Elaboração própria

Relação com o Bairro da Misericórdia e a Escola S. Miguel

O Bairro da Misericórdia é também parte integrante da proposta, embora a intervenção neste passe apenas por algumas alterações urbanas que pretendiam uniformizar a envolvente, ganhando um espaço mais coeso em relação ao edificado existente e ao projeto apresentado.

Uma das soluções passou pela proposta de abertura de uma estrada que agora divide o Bairro da Misericórdia em dois pequenos núcleos que oferecem um espaço de lazer mais cuidado e atrativo. O bairro é constituído por cinco edifícios, sendo o que o que se localiza mais a sul considerado o remate no canto do terreno. Os restantes são paralelos entre si e obedecem a uma implantação diagonal. Este tipo de implantação faz com que os edifícios tenham a sua fachada mais pequena virada para a Praça proposta, criando visualmente alguma confusão volumétrica e espacial. Na tentativa de uniformizar esta leitura, propõe-se uma alameda de camélias, a vegetação já existente no local, que delimitará o espaço público que liga os edifícios. Desta forma, não só se cria volume arbóreo como também um espaço verde capaz de cativar a sua utilização.

No que diz respeito à relação com a Escola S. Miguel, este bairro passa a aceder diretamente a esta, através de uma rampa pedonal e de um acesso viário, proporcionando à escola mais uma alternativa de acesso seguro e um estacionamento privado. A entrada principal da escola está, atualmente, virada para a circunvalação, para um eixo viário de quatro faixas em que a velocidade de circulação dos automóveis é elevada. Ademais, e sempre que os transportes escolares pretendem deixar e acolher as crianças que frequentam a escola, são obrigados a parar em plena via. Esta situação coloca em risco a segurança das crianças, do condutor e dos utilizadores da circunvalação, tornando prioritário arranjar alternativas de acesso mais seguras e menos caóticas para a escola. A solução para este problema reside em duas propostas distintas: uma está relacionada com a entrada pela praça, como já referido, oferecendo um patamar central que permite que os pais ou os autocarros

possam deixar e acolher as crianças em segurança sem que tenham de parar em eixos viários. Este percurso permite projetar acessos por rampas, escadarias ou acesso direto pelo patamar central. A segunda alternativa, também já avançada para o caso do Bairro da Misericórdia, consiste em equipar o local com uma rampa que dará acesso a um largo onde será possível circular facilmente com viaturas. Assim, a entrada anterior, virada para a circunvalação, deixa de existir e dá lugar a duas alternativas mais seguras e eficazes no que diz respeito ao congestionamento de trânsito.

Ainda no que diz respeito à Escola S. Miguel, trata-se de um edifício da primeira metade do século XX, com arquitetura típica de uma Escola Básica do 1º Ciclo do Estado Novo. O espaço exterior não apresenta quaisquer condições para as crianças usufruírem dos seus intervalos letivos, devido ao pavimento em terra batida e à inexistência de um espaço lúdico ou desportivo. Propõe-se a criação de quatro patamares separados por uma escadaria: no primeiro patamar, permanece o edifício da escola; no segundo, aparece um campo polidesportivo com bancadas embutidas na escadaria; nos dois patamares restantes, criam-se espaços livres.

Outra das carências do local é a ausência de estacionamento privado para os utilizadores da escola. Assim, avança-se com uma proposta de estacionamento subterrâneo, debaixo destes patamares, bem como de uma estrada à mesma cota, conferindo maior segurança e funcionalidade à escola.

Relação com a circunvalação

A circunvalação tem um peso forte na malha da cidade e recebe, da zona de intervenção, vistas privilegiadas sobre o Centro Histórico. Tal pode ser o elemento diferencial capaz de a tornar mais citadina e não apenas um eixo viário principal de quatro faixas de acesso interno, em que a envolvente é menosprezada. O perfil da circunvalação, para além das já mencionadas quatro faixas de rodagem, exibe um separador central ajardinado e dois passeios pedonais de, aproximadamente, um metro e trinta centímetros cada. Importa sublinhar que nesse espaço pedonal se encontram plantadas espécies arbóreas. Um dos problemas que este tipo de eixos apresenta prende-se com a sua escala em relação à cidade, menosprezando e não facilitando o relacionamento dos utilizadores com a envolvente.

Tendo em conta estes aspetos, a proposta de intervenção defende que estes eixos visuais se deverão manter, mas ser valorizados, pelo que não se apresenta qualquer edificado acima da cota da estrada. Como se pode constatar pela observação da figura 26, o edifício de remate da Praça estende-se até ao passeio da circunvalação para que a cobertura crie um miradouro sobre a cidade (Edifício B – Figura 27), valorizando assim os principais eixos visuais. O projeto contempla ainda um percurso pedonal que ligará o parque proposto para as traseiras da Rua das Bocas ao parque das traseiras da rua 5 outubro, e que seguirá paralelo à circunvalação, ampliando os passeios e cativando mais utilizadores. O percurso permitirá, de igual modo, o acesso direto da cota da circunvalação para a Praça, e Bairro da Misericórdia, através de uma rampa.



Figura 26 : Corte Este – Oeste – vista da circunvalação
Fonte: Elaboração própria

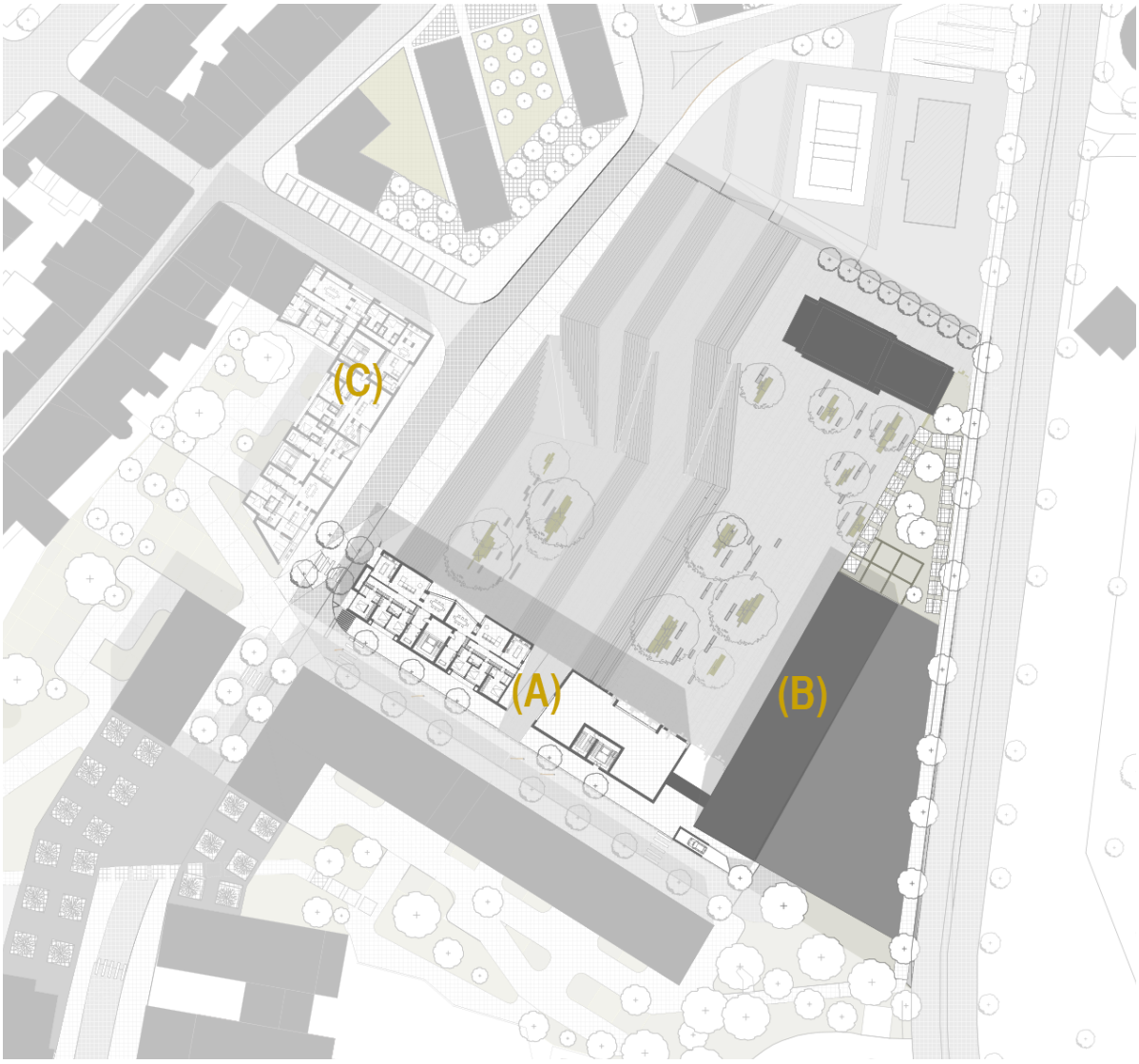


Figura 27 : Planta de intervenção – Edifício A, B e C
Fonte: Elaboração própria

Articulação de Elementos

Relembrando que objetivo da proposta é que os anteriormente mencionados momentos desta funcionem em parceria, a ligação entre estes os quatro espaços é feita através de zonas de circulação e eixos visuais.

Ao longo do processo de análise e, posteriormente, na concretização do desenho da proposta, percebeu-se que havia a necessidade de abrir um novo eixo viário que ligasse a Rua 5 de outubro à rotunda da Emídio Navarro (figura 19). A abertura desse novo eixo permitirá o estabelecimento de uma forte relação entre o existente e o proposto, assim como criará as ligações indispensáveis para responder as novas necessidades da proposta, quer no que se refere ao novo edificado, habitação, comércio e serviços, quer no que diz respeito às condições de acesso à escola. O critério de desenho desta vez baseou-se, uma vez mais, nos eixos visuais, ou seja, durante a fase de análise procedeu-se ao levantamento dos pontos com maior amplitude visual e também daqueles que não ofereciam boa visibilidade sobre o Centro Histórico. Assim, a nova rua proposta trespassa os pontos em que os utilizadores perdiam a vista sobre a cidade, possibilitando que quem circule no novo eixo tenha pontualmente alguma visibilidade sobre o Centro Histórico desta forma, ao mesmo tempo que se dinamiza o uso desta. Morfologicamente, o eixo apresenta um perfil com duas faixas viárias, uma para cada sentido, um passeio de ambos os lados e uma linha entre o passeio o as linhas de árvores, separadas aproximadamente nove metros entre si.

Um outro eixo viário que se propõe, pretende unir o edifício de serviços que limita a Praça, a Este, ao eixo anteriormente descrito. Desta forma possibilita-se a ligação entre a cota superior do terreno de intervenção e a cota mais baixa, abastecendo todo o edificado que a ladeia. Uma vez mais, também esta via tem um enquadramento visual privilegiado sobre o Centro Histórico.

Não obstante, estes são apenas alguns dos elementos que potenciam a interação entre momentos. Outros haverá, tais como a volumetria do edificado proposto, ponto a detalhar em momento oportuno deste trabalho.

Arquitetura e Forma

> " Arquitectura significa, simultaneamente, duas categorias identificadoras. Chamamos arquitectura a um objecto do mundo que oferece valores práticos e valores espirituais: nos valores práticos são compridas funções de protecção e abrigo ; os valores espirituais referem essencialmente qualidades que se dirigem à nossa sensibilidade, e motivadoras de uma emoção *sui generis*, que designamos por emoção estética" (Rodrigues, 2002. p.75)

Na proposta defendida, e no que diz respeito à Arquitetura, o objetivo seria encontrar sempre o maior equilíbrio entre as duas categorias mencionadas por Rodrigues (2002). A forma do edificado proposto vai muito ao encontro da relação possível com a envolvente; os edifícios propostos como limites da Praça também permitem otimizar a relação com o espaço público, uma vez que se decidiu que estes apresentariam grandes vãos e varandas para execução das mais variadas atividades domésticas, na tentativa de levar os utilizadores a fazerem uso destes como se de mais um compartimento das suas habitações se tratasse. Seguindo esta linha, as varandas teriam de se assumir como elementos que cativassem os proprietários das habitações a usufruírem destas, pelo que se privilegiou as vistas sobre a Praça, a Igreja S. Miguel, o Centro Histórico de Viseu e o planalto com a Serra de Santa Luzia como enquadramento.

Ainda no que concerne ao edifício (A), está assente sobre os três patamares da Praça, apresentando no primeiro o mesmo material, como se tratasse de um volume agarrado ao pavimento desse espaço público. À medida que diminui a cota da Praça, o edifício mantém-se horizontal, conferindo ao espaço público um limite mais regular e destacando as habitações do comércio, pela forma que o edifício assume. (Figura 32 e 36). Pretendia-se, de igual forma, que o edifício (A) mantivesse uma cércea superior à do edifício (C), pois só assim se poderia salvaguardar as vistas do primeiro para o Centro Histórico da cidade. No terceiro patamar, o edifício recua certa de 1,5 metros e é revestido apenas com vidro, valorizando o volume em betão representativo da habitação, destacando o facto de este estar assente no

primeiro patamar e de se elevar ao longo dos restantes em direção ao Centro Histórico, como se toda a atenção dos utilizadores se devesse focar nesse ponto.

Como descrito anteriormente, a propósito da Praça, o edifício (A) é interrompido no segundo patamar desta com o objetivo de valorizar o percurso, efetuar uma ligação com a escola e facilitar a entrada e saída de utilizadores desse espaço público sem que, para tal, seja necessário percorrer grandes distâncias. (Figura 31) Procurou-se conferir a todo o edificado proposto uma linguagem coerente e similar, baseada na criação de cheios e vazios (as varandas das habitações) em betão com histerotomia de cofragem de betão.

No que diz respeito ao edifício (B), este pretendia constituir-se como um espaço dedicado apenas a comércio e serviços, tornando a Praça mais atrativa e fomentando a sua dinâmica. A cobertura do edifício encontra-se ao mesmo por se pretender, igualmente, que funcionasse como um miradouro sobre a cidade. Em termos de forma, segue a mesma linguagem dos restantes edifícios, destacando-se pela sua localização independente do outro edificado.

O edifício (C) faz o remate com a malha existente e assume-se como uma solução para as traseiras da Rua João Mendes, permitindo que as habitações possam usufruir das vistas sobre o Centro Histórico. Eleva-se três andares e o rés do chão é aberto para proporcionar a circulação pedonal entre o parque proposto para as traseiras e o restante da proposta, tal como se pode ilustrar através do esquema (Figura 18).

Relativamente ao estacionamento, os edifícios (A) e (C) possuem estacionamento subterrâneo privado, dividido em dois patamares acessíveis entre si através de uma rampa. Destaque-se que o acesso ao estacionamento, no edifício (A), se situa na parte superior, ao nível do primeiro patamar, como assinalado na imagem (PPP). No edifício (B) o estacionamento é público, conseguido através de um silo automóvel localizado nas traseiras do edifício com três andares.



Figura 28 : Cortes pelo edifício no sentido Norte|Sul
Fonte: Elaboração própria

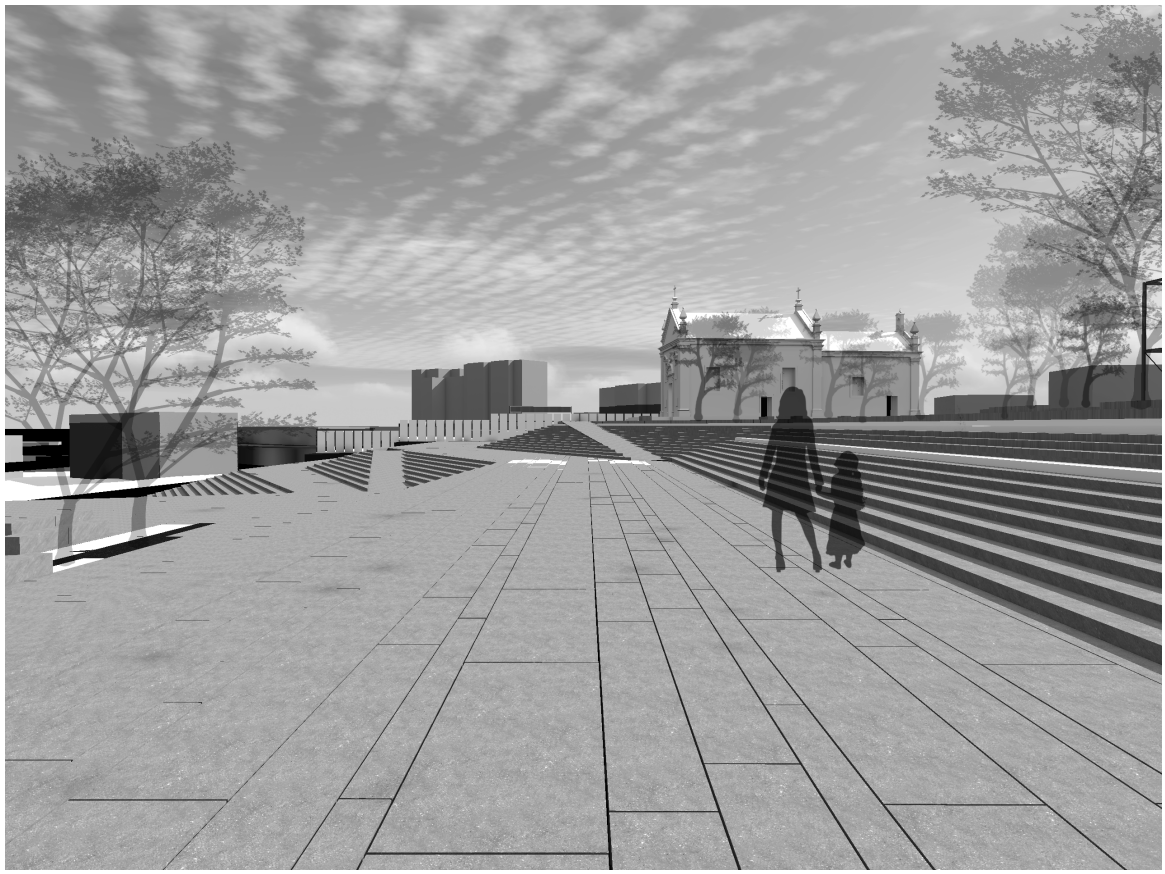


Figura 29 : Imagem sobre a praça
Fonte: Elaboração própria



Figura 30 : Imagem sobre a praça
Fonte: Elaboração própria

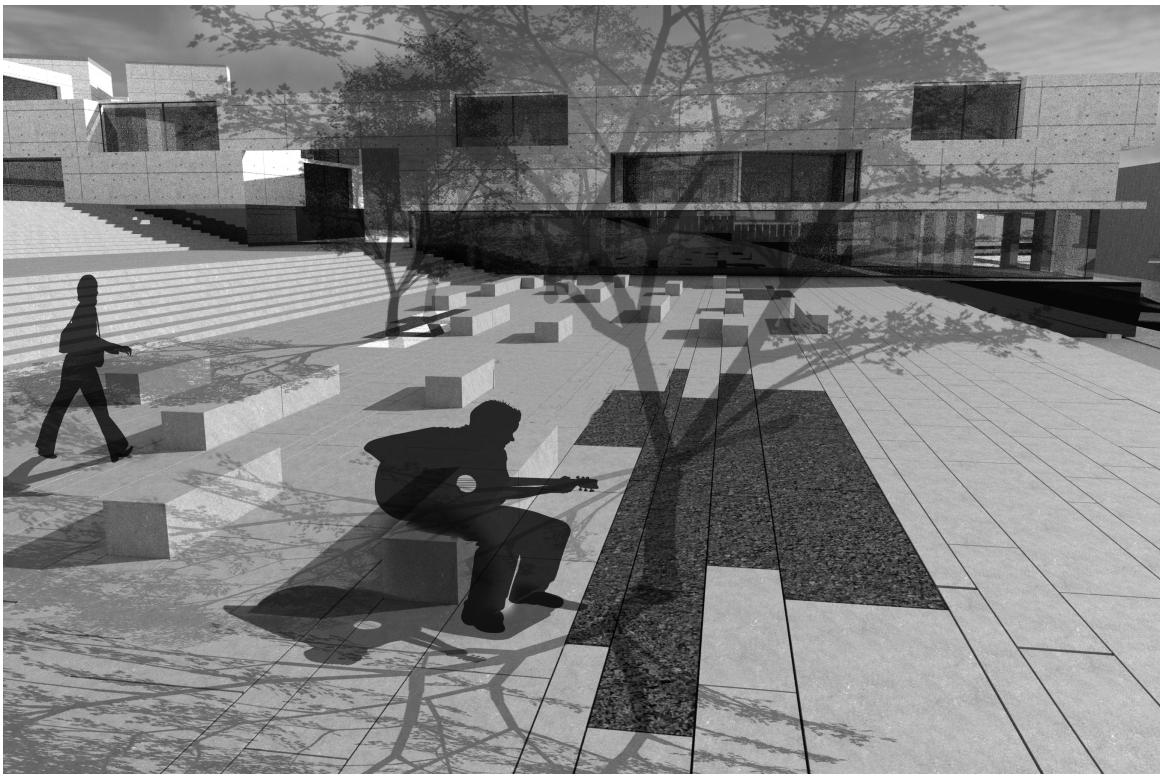


Figura 31 : Imagem sobre a praça
Fonte: Elaboração própria

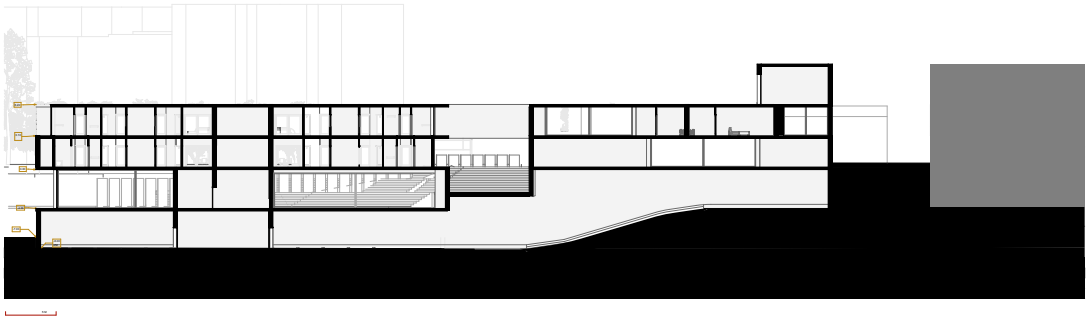


Figura 32 : corte sobre o edifício sentido Este|Oeste
Fonte: Elaboração própria

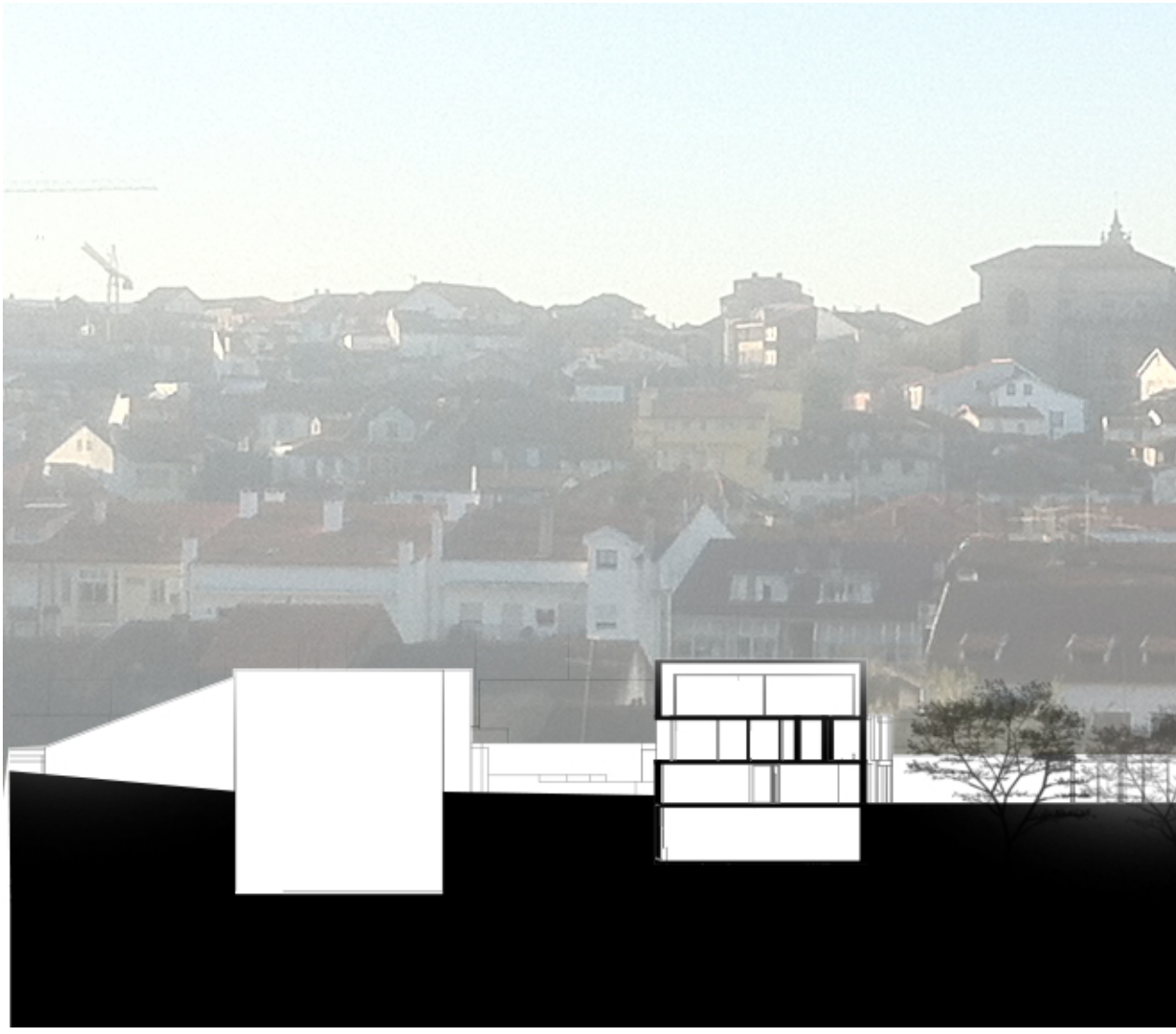


Figura 33: Corte sobre a praça N|S
Fonte: Elaboração própria

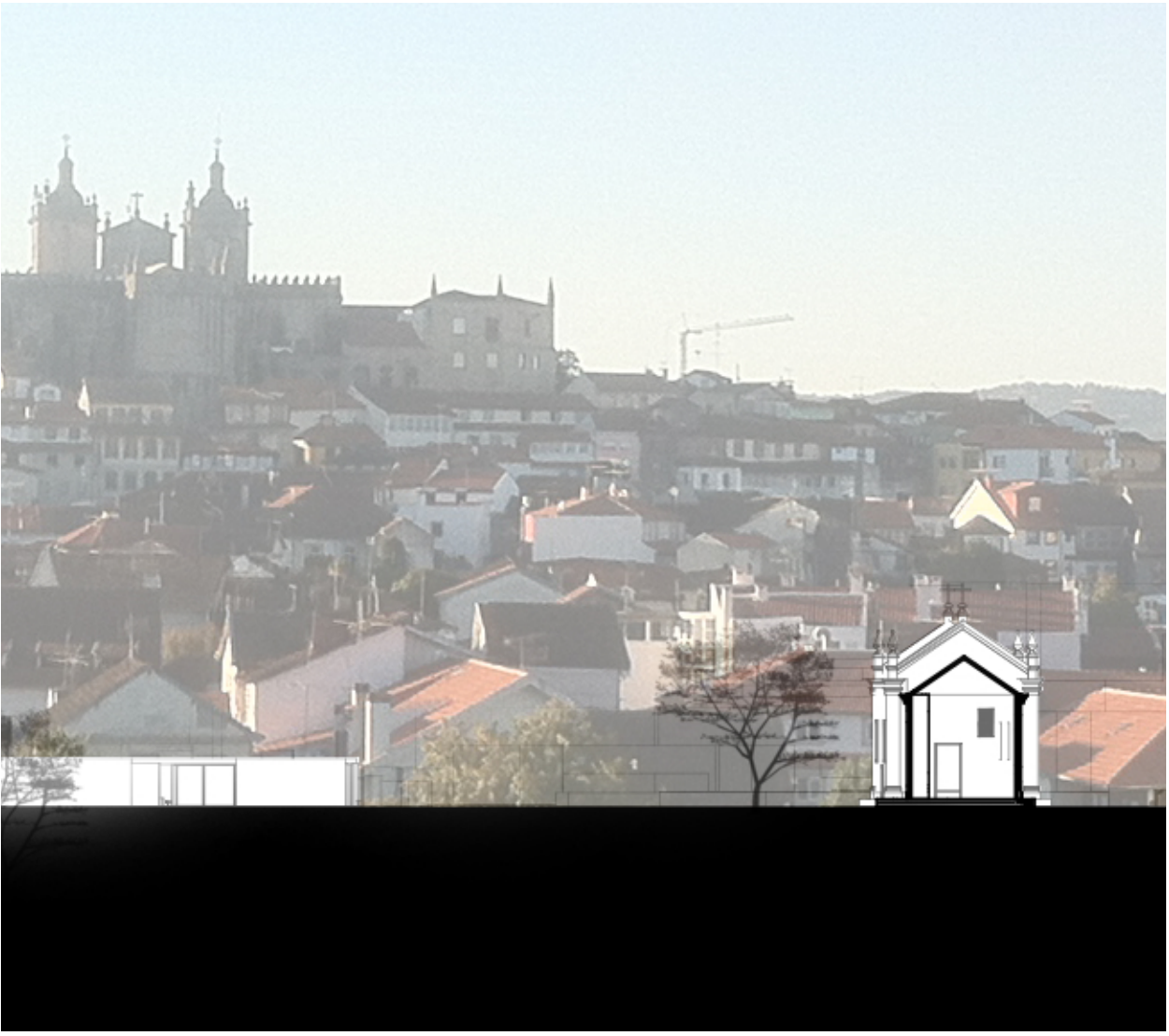




Figura 33: Corte Geral Este|Oeste
Elaboração propria



Habitação:

Ainda ligado aos temas Arquitetura e edificado, ressalve-se que uma das exigências do programa era um projeto de habitação multifamiliar. Na proposta apresentada optou-se por projetar fogos apenas com três tipologias: T1, T2 e T3. A disposição dos fogos pressupôs que a área social da casa pudesse estar virada para a Praça e a sua área privada virada para a rua ou Centro Histórico.

O fogo apresenta um *hall*, com uma porta de acesso à casa de banho comum, garantindo a possibilidade de esta poder ser usada por um indivíduo com mobilidade condicionada, e uma outra porta que permite aceder à área social da habitação. Esta estrutura é transversal a todas as tipologias. No que diz respeito às salas, tanto a de jantar como a de estar, foram estrategicamente dispostas para que fosse sempre possível enquadrar uma vista exterior interessante: a Praça ou a Igreja de S. Miguel. Entre as salas localiza-se o corredor de acesso aos quartos, e por isso considerado área privada. Uma das paredes deste espaço é forrada com armários que ampliam a capacidade de arrumação dentro da habitação e enquadram as portas de entrada nos quartos. Na tipologia T3, existe sempre uma *suite* e dois quartos individuais. O acesso à *suite* é feito através de um pequeno corredor criado pela casa de banho, delimitada apenas por vidro. Este último compartimento da habitação divide-se em dois espaços distintos: num deles encontra-se a sanita e um lavatório; no outro, uma banheira. Na *suite*, a cama está orientada para o Centro Histórico, normalmente com um vão a destacar a paisagem. Nos quartos individuais, mantém-se o corredor antes de entrar na área da cama, mas uma das paredes apresenta armários e a outra a entrada para uma casa de banho partilhada pelos dois quartos. A cozinha, no caso do fogo apresentado na Figura 35, encontra-se direcionada para o Centro Histórico, apresentando uma varanda e uma despensa. Na generalidade, a disposição da cozinha e das salas dos diferentes fogos propostos variou consoante o privilégio que se pretendia dar às vistas atrativas.

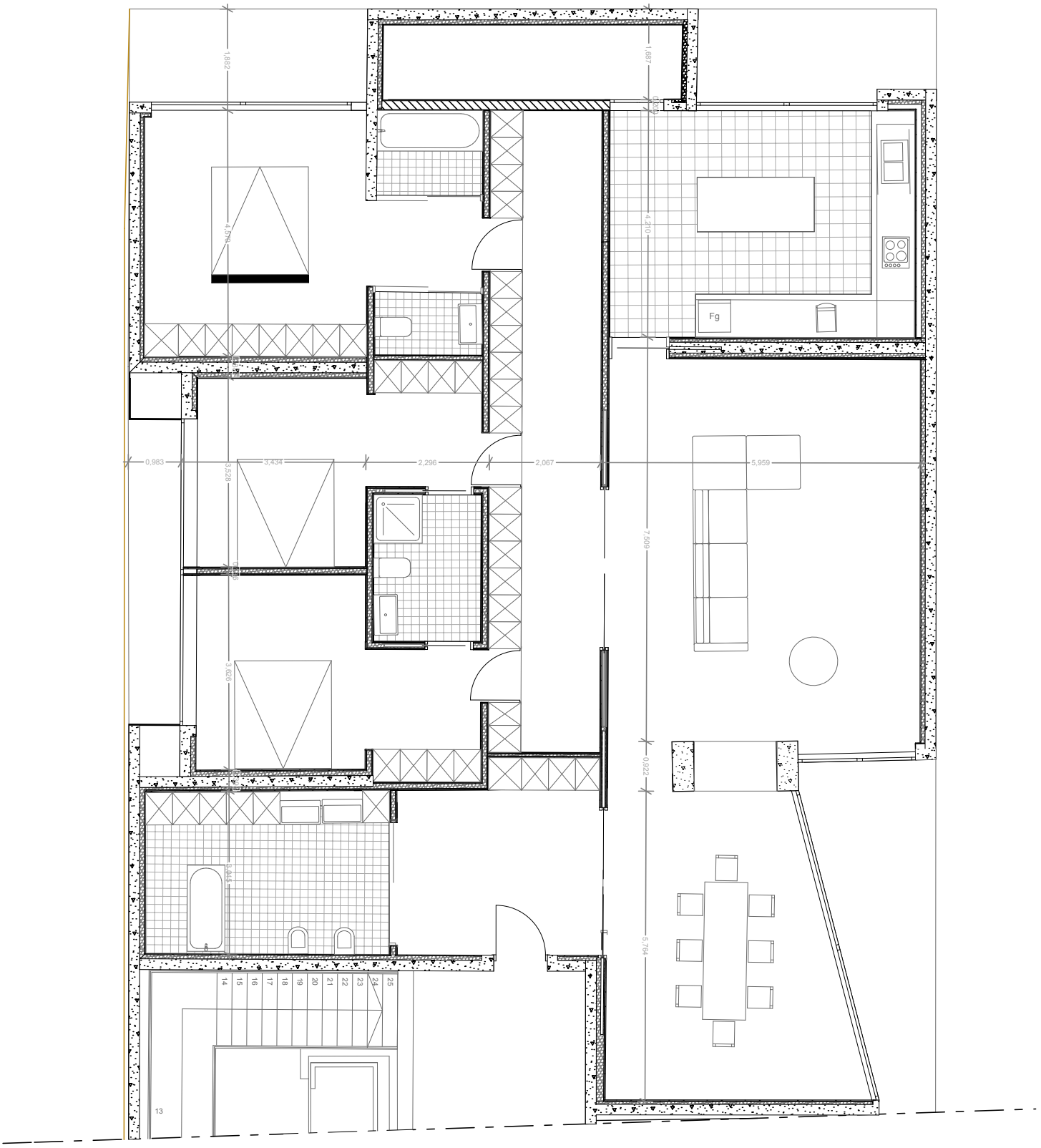


Figura 35 : Planta pormenorizada de um fogo proposto
Fonte: Elaboração própria



Figura 36 : Imagem do Edificado proposto
Fonte: Elaboração própria



Figura 37 : Imagem do Edificado proposto
Fonte: Elaboração própria

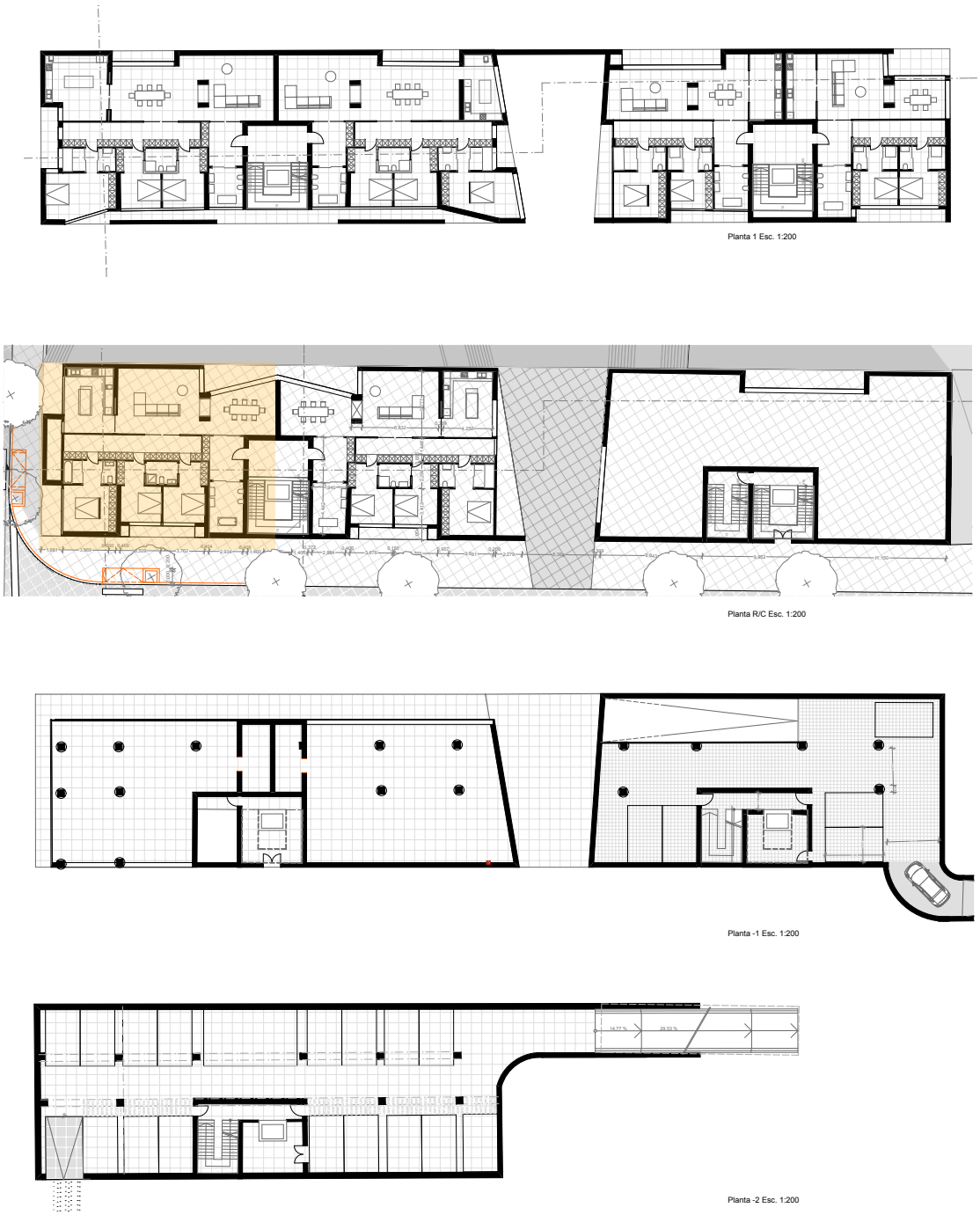


Figura 38 : Plantas Gerais do Edificado proposto
Fonte: Elaboração própria

Tempo e Espaço – Relação dentro / Fora

> " La definición más precisa que se puede dar Hoy de la arquitectura, es aquella que tiene en cuente el espacio interior. La arquitectura bella, será la arquitectura que tiene un espacio interno que nos atrae, nos eleva, nos subyuga espiritualmente; la arquitectura fea, será aquella que tiene un espacio interno que nos molesta y nos repele. Pero lo importante es establecer que todo lo que no tiene espacio interno no es arquitectura." (Zevi, 1948, p. 26)

Espaço interior é aquele que se coloca, cria ou encaixa na forma e, somente nela, encontra a sua expressão e medida. Quando se pensa em espaço interior, espera-se que este seja um abrigo da claridade ofuscante do sol e da escuridão da noite, e que garanta aos seus utilizadores vivências distintas das relacionadas com o espaço exterior. O ambiente interior deve proporcionar o conforto exigível para a ocupação humana, barrando os elementos climáticos como calor, frio, chuva, neve, poeira e vento. Porém, no que diz respeito à luz solar, esta é, não raramente, desejável num espaço interior que se quer confortável, por criar luminosidade natural e otimizar condições térmicas. Esta dualidade será sempre um desafio para qualquer proposta de espaço interior.

No caso concreto desta proposta, e como descrito anteriormente, a vivência e o bem estar da habitação, tendo sempre em conta o direito à privacidade, é uma das premissas defendidas. Contudo, revela-se interessante que o espaço exterior seja uma constante na habitação, seja quase um compartimento da mesma. Por esse motivo, todos os fogos da proposta apresentam varandas de dimensões consideráveis, capazes de acolher várias atividades, aglomeradas a um espaço no interior do qual apenas estão separadas por um vidro, podendo este vão ser aberto e dar lugar a um amplo espaço único. Cativar os indivíduos para viverem o espaço exterior das suas habitações dinamiza o espaço público, conferindo-lhe maior vitalidade e segurança.

Além desta relação física, as relações visuais também foram tidas em conta no desenho do proposto, objetivando proporcionar aos habitantes vistas privilegiadas sobre o espaço público, a paisagem e a cidade, com o intuito ainda de permitir que as pessoas vivam constantemente a envolvente e todas as mais valias que disso podem resultar, tais como a noção de passagem do tempo. A este propósito, houve também preocupação em avançar com sugestões de vegetação para o espaço exterior que reforçassem essa noção de passagem de tempo e conferissem conforto visual. De acordo com Lynch (1972), Espaço e Tempo são dois elementos que

estabelecem uma relação íntima, podendo a passagem do tempo no ambiente urbano ser concretizável de duas formas distintas: através de repetição rítmica e de mudanças progressivas e irreversíveis.

A repetição rítmica compreende a relação que os efeitos dos ciclos (dia/noite; estações do ano) desenvolvem com as atividades resultantes do uso de espaços urbanos, assumindo que estes são encarados e utilizados de formas distintas nos diferentes ciclos e pelas mais variadas pessoas. Um exemplo concreto do que acaba de ser afirmado é o caso das praças que, geralmente, na época de verão apresentam um nível de ocupação superior, porque as condições climatéricas assim o propiciam ou porque se dinamizam diversas atividades ao ar livre. Na opinião de Carmona (2003), independentemente da qualidade desse espaço exterior, no inverno a sua utilização sofrerá uma drástica redução, por ser um espaço que oferece um uso apenas limitado a um determinado período relacionado com um calendário. A periodicidade de utilização de um espaço exterior é, assim, um determinante fator na análise das dinâmicas de transformação do espaço urbano.

No caso da Praça proposta, também se corre esse risco. No entanto, este é atenuado pela continuidade de funções práticas e objetivas do espaço, pela existência da igreja e por ser um ponto de acesso à Escola S. Miguel. Ocorrerá, com efeito, uma diminuição na afluência por parte da população, mas não um abandono total.

No que diz respeito ás Mudanças Progressivas e Irreversíveis**,** estão relacionadas com o processo de mudança, importante para a compreensão das dinâmicas de transformação dos espaços urbanos que, muitas vezes, originam ou antecedem o aparecimento de espaços urbanos obsoletos. Embora os ambientes urbanos sejam alvo de mudanças contínuas, não se deve descurar o facto de o tempo passado ser um dado adquirido e o tempo futuro ser uma incógnita, havendo uma relação direta entre tal facto e as motivações que despoletam a mudança nos espaços exteriores, sejam estas de ordem tecnológica, económica, social ou cultural.

Até à Revolução Industrial, durante o período que antecede a primeira fase da "Modernização", e mesmo durante esse período, os espaços mudavam gradualmente e a uma escala pequena, evoluindo "organicamente" no tempo, através de "processos naturais" (Carmona, 2003). Era inequívoca a existência de um processo de estabilidade e consolidação dos espaços e da sua envolvente física devido a essa noção de "continuidade geracional".

Após a Revolução Industrial, a escala de mudança cresce exponencialmente, bem como o seu processo e impacto, que sofre uma alteração radical e rompe com o que, até então, se considerava ser o "passo de mudança". É no seguimento desta linha que a proposta pretende

dar continuidade á cidade, romper com uma malha que cresceu de forma orgânica até à zona de intervenção mas que estagnou até aos dias de hoje. A nova proposta remata e normaliza as pré-existências de forma a dar continuidade a um urbanismo mais ortogonal e regular.

Estudo de caso

Lar de Idosos em Alcácer do Sal

Aires Mateus – Portugal – 2004/10



Figura 39 : Imagem do Lar de idosos em alcácer do sal
Fonte: adaptação própria

O Lar de Idosos em Alcácer do Sal é um novo edifício que se implanta de forma natural sobre o terreno e estabelece uma relação direta com a área ao ar livre, privilegiando a relação interior/exterior em todas as plantas. A residência é um edifício único que respeita o declive do terreno, elevando-se ao máximo de 3 pisos. Na planta de R/C situam-se os serviços e as zonas lúdicas; as plantas superiores destinam-se, essencialmente, a habitação e zonas de serviços e de relações sociais.

Os pontos descritos foram também essenciais na conceção da proposta em desenvolvimento na cadeira de Projeto de Renovação. A procura de uma forte relação interior/exterior, em que o principal objetivo é transformar o exterior num compartimento na habitação, é conseguido através da subversão da varanda, que deixa de ser um elemento saliente do edifico passa a estar esculpida neste no edifício, criando a noção de que também ela é um espaço interior. Metaforicamente, é como se fosse possível enquadrar o espaço exterior num semiexterior, que convida o utilizador a sair.

Este tipo de solução permite que os utilizadores estabeleçam uma relação maior e mais constante com o exterior e, do ponto de vista do espaço exterior, conferem maior dinamismo ao edifício.

Massachusetts institute of technology

Cambridge, Massachusetts – 1992/02

Arquiteto Steven Hall



Figura 40 : Imagem Masschusetts institute of technology
Fonte: adaptação própria

Trata-se de uma residência com 350 quartos, concebida como parte da forma da cidade e formulário de campus com um conceito de "porosidade". É uma fatia vertical de uma cidade, com altura de dez andares, e 330 metros de comprimento. Entre os dormitórios que ocupam os pisos superiores existem ainda diversos serviços, ao contrário do RC, onde apenas se encontra serviços e comércio.

O edifício é alvo de aberturas de grande escala, às quais Hall atribuiu todas as atividades ao ar livre. Estas, segundo o arquiteto são também dinamizadoras da volumetria do edifício, da sua função e do espaço envolvente.

O anteriormente descrito é responsável por este edifício a ser uma das referências na área de Projeto. Sem dúvida que estes espaços semiexteriores são catalisadores de atividade e vivência constantes com a envolvente e com a cidade. Este conceito de porosidade atribui ao edifício um carácter de acessibilidade visual, bem como a troca de mais valias entre o exterior/interior, como se ambos se comparassem e entreajudassem.

Materiais e Ambientes

> " O que considero o primeiro e maior segredo da arquitectura, é que consegue juntar as coisas do mundo, os materiais do mundo e criar este espaço. Porque para mim é como uma anatomia." (Zumthor,2006 p.23)

Peter Zumthor estabelece um paralelismo entre o corpo humano e a Arquitetura, tendo em conta que, de certa forma, os materiais são constituintes de um todo em que cada um assume o seu papel. São, a par da geometria, uma ferramenta poderosa, capaz de criar espaços, ambientes, despertar os sentidos, despoletar sentimentos e conferir identidade, multiplicando as aptidões de um espaço. Para além disto, tecnicamente os materiais têm grande versatilidade, quer na aplicação quer na composição, podendo um só material, como é o caso da madeira (serrada, limada, cortada, polida), ser trabalhado de múltiplas formas e originar sempre algo diferente e único.

Seguindo esta linha de pensamento, a proposta faz uso do betão, um material sobejamente trabalhado na Arquitetura Moderna e Contemporânea, e que apresentou uma evolução técnica considerável, continuando a surpreender pela sua adaptabilidade às mais diversas aplicações. Assim, este pareceu ser o material que correspondia exatamente ao que se procurava nesta proposta: uma boa resposta técnica, capaz de criar espaços harmoniosos, tendo sido aplicado no espaço público, no exterior e no interior do edificado propostos.

Na Praça proposta opta-se por lajetas de betão com 4 dimensionamentos diferentes, originando um padrão dinâmico, posicionado de forma a reforçar a relação do edifício habitacional e comercial da proposta com a escola e a igreja existentes. Em todo o exterior do edificado novo se aplica betão cofrado, com a mesma tonalidade do aplicado na Praça, para que juntos constituam uma só peça em que o edificado se eleva. No interior das habitações, dá-se um tratamento diferente ao betão que, embora ainda cofrado, é alvo de limpeza, de um tratamento fixante de partículas e de um envernizamento final que lhe confere um acabamento mais brilhante e provoca uma maior sensação de conforto visual.

Ainda no que diz respeito a este tema, por vezes surge a necessidade de conjugar vários materiais completamente distintos e nem sempre o que parece mais certo é o que melhor

resulta. A título de exemplo, cita-se Zumthor (2006, pp.25,26), a propósito da escolha de conjugação de materiais na sua obra Capela Bruder-Klaus, na Alemanha,"...estava completamente seguro que neste edifício de betão aparente não podia utilizar aquele cedro macio para revestimento daquela sala grande, que o cedro era macio demais. Pensei que precisava de uma madeira mais dura, quase tão dura como a madeira de ébano que se consegue opor em termo de densidade e massa ao betão e que tem aquele brilho incrível." No caso desta obra, a opção que pareceu mais adequada foi a conjugação do betão com a madeira mais dura mas, depois da aplicação dos materiais, concluiu-se que seria necessário trocar a madeira de ébano pela madeira mais macia, a de cedro.

Na proposta que se apresenta, opta-se por utilizar a madeira de pinho, por ser abundante na zona, mas também por, em termos técnicos, ser totalmente oposta ao betão, criando um contraste interior confortável. Para além disso, o facto de ser uma madeira com um aspeto rude permite transferir para o interior da habitação um pouco da essência da Natureza, do exterior.



Figura 41 : Imagem interior da sala de estar com vista para a praça
Fonte: adaptação própria

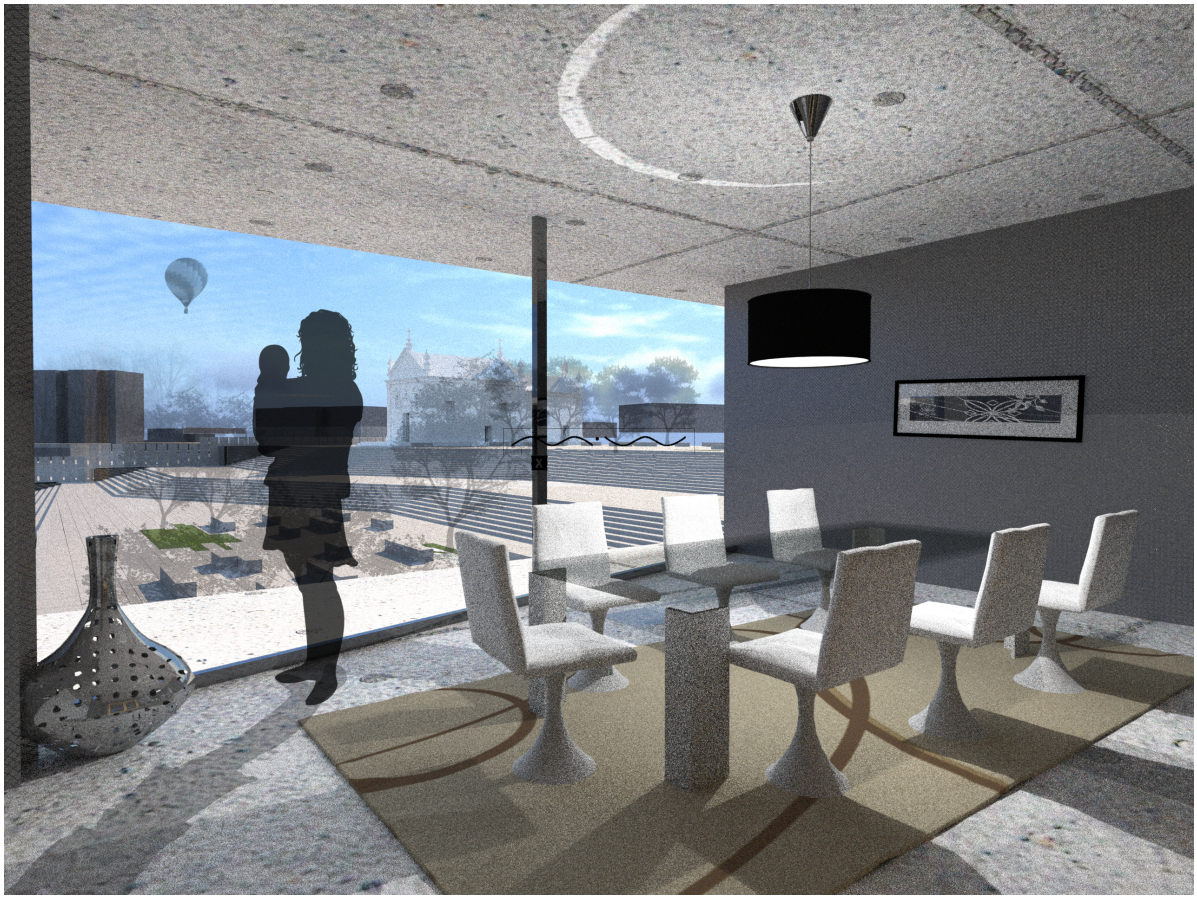


Figura 42 : Imagem interior da sala de jantar com vista para a praça
Fonte: adaptação própria

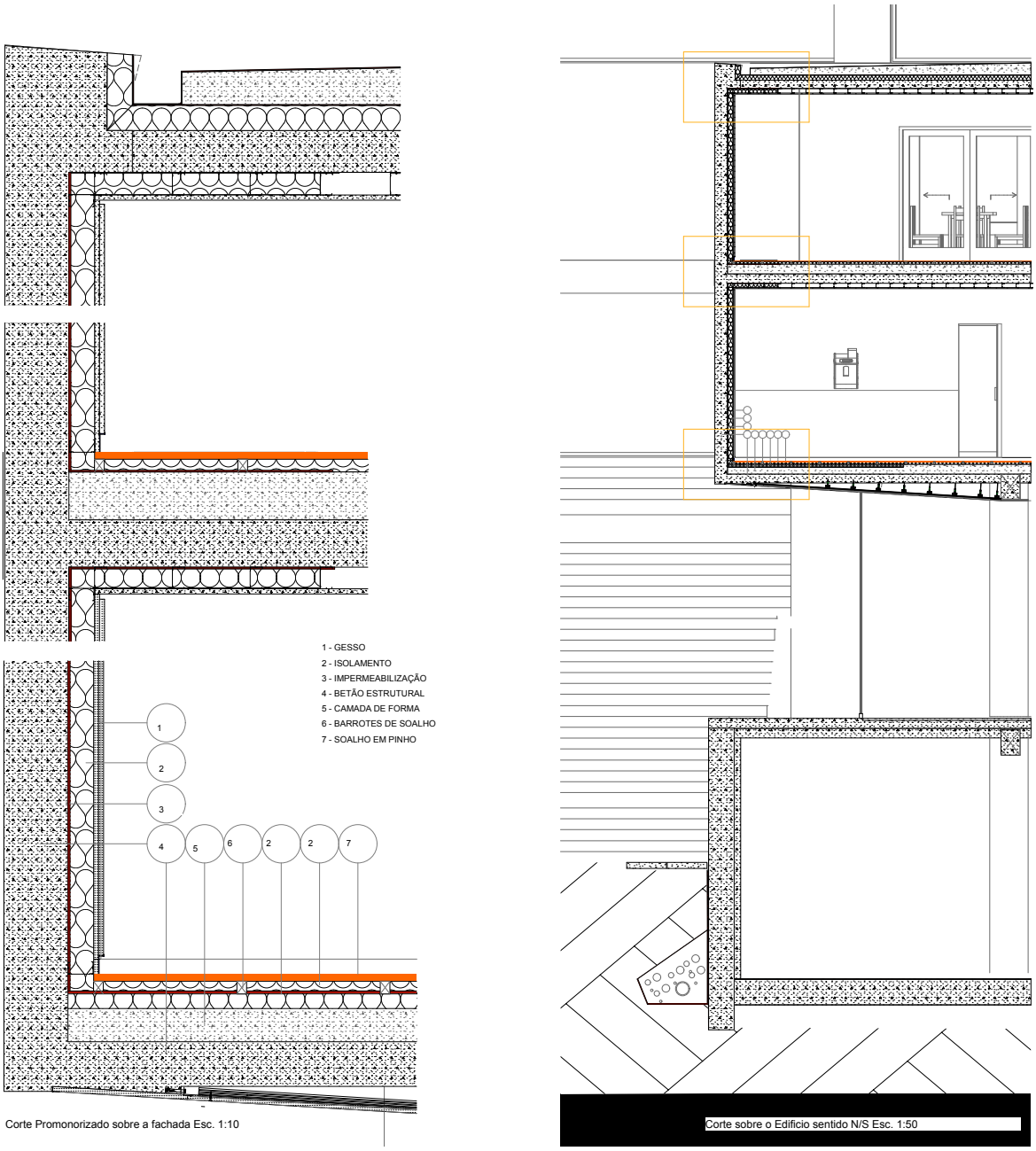


Figura 43 : Pormenor pela fachada
Fonte: Elaboração própria

Conclusão

Este trabalho de projeto, resultado da reflexão feita sobre um terreno considerado vazio urbano, na cidade de um local de Viseu, almejava suprir carências sociais, em termos de ligação com a envolvente e coesão com o espaço público. A cidade cresceu de uma forma radiocêntrica mas o referido terreno estagnou. Embora tenha sido local de cultivo, há muito que a atividade agrícola deixou de ser uma realidade e deu lugar ao crescimento descontrolado de vegetação.

Não obstante, a envolvente da área manteve a sua atividade económica e social, pela proximidade de serviços e comércios essenciais, bem como o seu dinamismo. Porém, todos esses elementos funcionam desfragmentados, apesar da proximidade física, e permanecem espaços que não se cruzam, como se se tratassem de áreas totalmente independentes das circundantes.

No seguimento desta problemática, estabeleceu-se uma linha de investigação teórica e prática focada na criação de centralidade, dinamismo e coesão. Só assim foi possível cruzar os *layers* fundamentais para um desenho e projeto corretos e adequados. Assumir a diversidade social como uma realidade inequívoca possibilitou modelar uma proposta criadora de centralidade morfológica no espaço público e capaz de albergar diferentes serviços e comércios, que passaram a ser pontos comuns de cruzamentos e relacionamentos.

A projeção de uma Praça central, que aglomera diversos espaços passíveis de serem ocupados por comércio e serviços, une o existente na envolvente (igreja, escola, comércio, serviços e habitação) e oferece à cidade um espaço atrativo e cativante.

O remate da malha existente, também constante deste projeto, devolve qualidade ao espaço público, responde a algumas fragilidades, como é o caso das traseiras das ruas envolventes, e abre uma nova via (sem comércio, para que não se corra o risco de desfragmentação), mas que estabelece ligações mais seguras às habitações, à escola, ao Bairros da Misericórdia e, principalmente, à Praça.

Por tudo o que foi anteriormente referido, considera-se que esta proposta contribui para uma resposta adequada à área de intervenção e que responde, de forma objetiva, pertinente e atrativa às carências identificadas na zona.

Bibliografia

- Ascher, F. 2010. Novos compromissos urbanos. Lisboa, Livros Horizonte.
- Ascher, F. 2010. Novos princípios do Urbanismo. Lisboa, Livros Horizonte.
- Brandão, P. 2008. A identidade dos lugares e a sua representação colectiva - Bases de orientação para concepção, qualificação e gestão do espaço público. Lisboa, DGOTDU.
- Brandão, P. 2006. A cidade entre desenhos: profissões do desenho, ética e interdisciplinaridade. Lisboa, Livros Horizonte.
- Brandão, P.; Carrelo, M.; Águas, S. 2002. O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público. Lisboa, CPD.
- Carmona, M.; Heath, T.; Oc,T.; Tiesdel, S.; 2008. Public place and urban spaces, architectural. London
- Domingues, A. 2009. A Rua da Estrada. Porto, Dafne Editora.
- Fortuna, C. (2002). Culturas urbanas e espaço públicos: sobre cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista crítica de Ciências Sociais*, 63, 123-148.
- Fortuna, C. (1997). Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora.
- Fortuna, C. Cidade, cultura e globalização. Ensaios de sociologia. Oeiras, Celta
- Freigat, M. 2004. Arquitectura e Sociedade, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Gehl, J. 2006. La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios. Barcelona, Editorial Reverté
- Gehl, J.; Gemzoe, L. 2002.Novos espaços urbanos. Barcelona, Gustavo Gili.
- Jacobs, J. 2000. The death and life of great American cities. Londres, Pimlico.
- Lynch, K. 1990. A imagem da cidade. Lisboa, Edições 70.
- Lynch, K. 1999. A boa forma da cidade. Lisboa, Edições 70.
- Simmel, G. (2001). A metrópole a vida do espírito. (em Fortuna, C., org., 2001. Cidade, cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia. Oeiras, Celta Editora, 31-41.
- Simões, J. F. et al. 2009. Uma casa para a vida: aplicação de design inclusivo à habitação. Lisboa, Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.
- O'Sullivan, A. 2007. Urban Economics. New York, McGraw-Hill Irwin.
- Távora, F. 2006. Da Organização do espaço. Porto, FAUP Publicações
- Teles, P. 2009. Cidades de desejo entre desenhos de cidades - boas práticas de Desenho Urbano e Design Inclusivo. Porto, Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade.
- Marques, C. 2012. Habitação: da indústria à fabrica da cidade. Caleidoscópio

o Remesar, A.2005. Do projecto ao objecto – Manual de boas práticas de mobiliário urbano em Centros Históricos. Lisboa, Centro Português de Design, 2ª Edição.
o Rodrigues, M.J.M. 2002. O que é arquitectura.quimera. Lisboa,
o Rémy, J.Y., Voyé, L. 1994. A cidade: Rumo a uma nova definição?. Porto, Edições Afrontamento.
o Wirth, L. 2001. O urbanismo como modo de vida. in: fortuna, C., org., 2001. Cidades, cultura e globalização: ensaios de sociologia. Oeiras, Celta Editora, 45-65.
o Zevi, B. 1948. Saber ver la arquitectura. Barcelona, Colección Poseidón
o Corbusier,C.E.J.G 2009. Urbanismo. São Paulo, WMF Martins Fontes
o *FRANCISCO, M, 2006 Espaço público urbano: oportunidade de identidade urbana participada, FCSH, Lisboa*
o *I*NDOVINA, Francesco; 2002 *O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança*; in Cidades, Comunidades e Territórios, n.o 5, CET – ISCTE, 2002.

Bibliogafia Online e PDF

o INE,Instituto Nacional de Estatística, 2012 [online], disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main [consult. 3 de fevereiro de 2012]

o Hanson, J. 2004. The inclusive city: delivering a more accessible urban environment through Inclusive Design. disponível em: http://eprints.ucl.ac.uk/3351/1/3351.pdf [consult. 25 de outubro de 2012]

[consult. 25 de outubro de 2012]

Índice de Figuras

Figura 1 : Imagem aérea de viseu---------- 63
Figura 2 : Limite da área de intervenção---------- 66
Figura 3: Esquema Viário II a. C.---------- 71
Figura 4 e 5: Evolução de Viseu ---------- 71
Figura 6: Fluxos automóvel e pedonais em diferentes horários---------- 77
Figura 7: Fluxos automóvel das 9h – 20h---------- 78
Figura 8: Fluxos automóvel das 22h – 4h---------- 78
Figura 9: Fluxos Pedonal das 9h – 20h ---------- 79
Figura 10: fluxos pedonal das 22h – 4h---------- 79
Figura 11: Rede Viária ---------- 80
Figura 12: Análise do estado de conservação do edificado envolvente ---------- 81
Figura 13: Estado de conservação das vias---------- 83
Figura 14: PDM – Viseu---------- 86
Figura 15: Espaços Verdes---------- 86
Figura 16: planta Geral---------- 90
Figura 17: Ponto de vista com maior amplitude no local de intervenção---------- 95
Figura 18: Corte Geral Este|Oeste---------- 96
Figura 19: Planta da intervenção – remate com a rua João Mendes e Rua 5 de Outubro---100
Figura 20: Imagem do parque proposto---------- 102
Figura 21: Esquema das novas entras no parque proposto, identificação do novo eixo viário ----------103
Figura 22: Planta da intervenção –Praça ---------- 104
Figura 23: Planta da intervenção – Patamares e acesso á escola---------- 106
Figura 24: Elementos com potencial da envolvente---------- 107
Figura 25: Planta da intervençãoo – Bairro da Misericórdia ---------- 108
Figura 26: Corte Este|Oeste – Vista da circunvalação----------111
Figura 27: Planta da intervenção – Edificio A,B e C ---------- 112
Figura 28 : Cortes pelo edifício no sentido Norte|Sul ---------- 115
Figura 29 : Imagem sobre a praça ----------116
Figura 30 : Imagem sobre a praça ----------116
Figura 31 : Imagem sobre a praça ----------117
Figura 32 : corte sobre o edifício sentido Este|Oeste----------117
Figura 33: Corte sobre a praça N|S----------118
Figura 34: Imagem Geral da proposta ----------120

Figura 35: Planta pormenorizada de um fogo proposto----------124
Figura 36 : Imagem do Edificado proposto ----------125
Figura 37 : Imagem do Edificado proposto ----------125
Figura 38 : Plantas Gerais do Edificado proposto ----------126
Figura 39 : Imagem do Lar de idosos em alcácer do sal ---------- 130
Figura 40 : Imagem Masschusetts institute of technology ----------131
Figura 41 : Imagem interior da sala de estar com vista para a praça ----------135
Figura 42 : Imagem interior da sala de jantar com vista para a praça ---------- 135
Figura 43 : Pormenor pela fachada ---------- 136

Índice de esquemas

Esquema 1: **Círculo de elementos geradores de diversidade---------- 24**

Índice de imagens

Fotografia 1: Bairro da Misericórdia---------- 73

Fotografia 2: Rua 5 de Outubro ----------73

Fotografia 3: Área de intervenção---------- 73

Fotografia 4: Rua 5 de Outubro ---------- 73

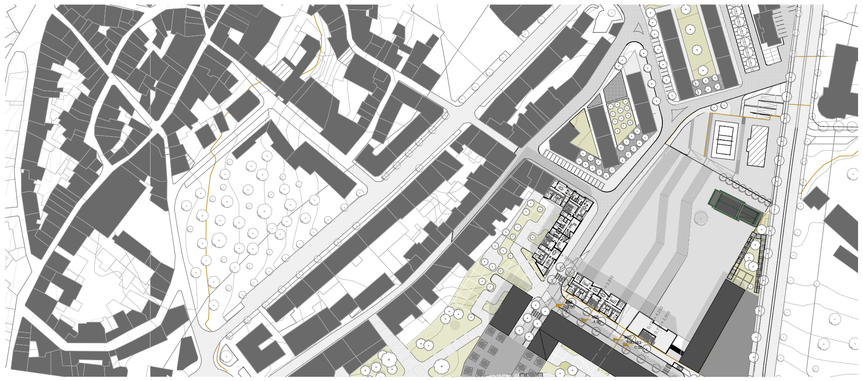
Anexos

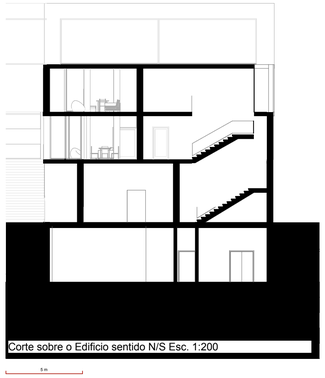
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU" **ARQUITECTURA** RICARDO COSTA **2012-2013** 2º ANO DO MESTRADO 2º SEMESTRE **VISEU** PROJETO RENOVAÇÃO

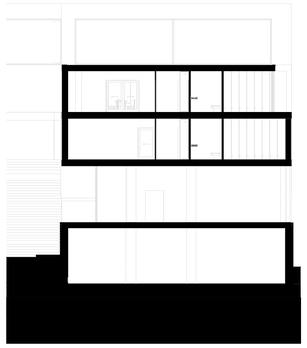
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT
PROFESSOR ARQ. GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO





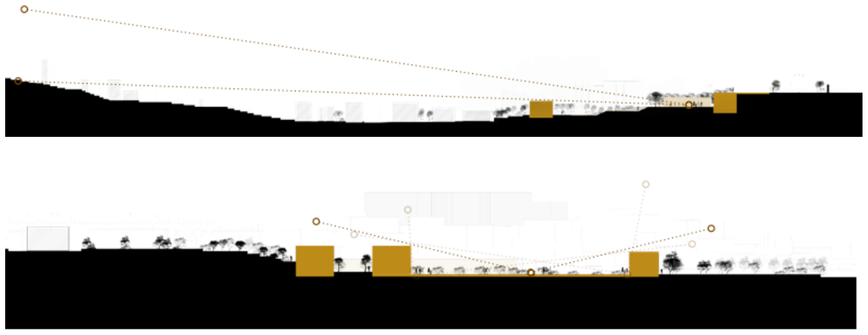






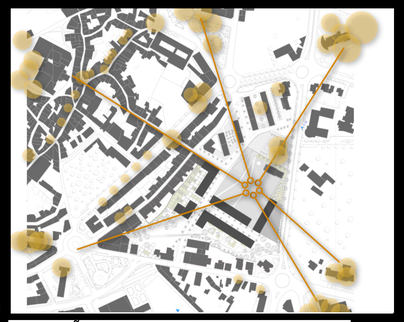
Corte sobre o Edificio sentido N/S Esc. 1:200



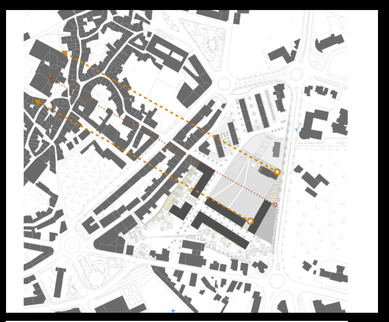




EIXOS VISUAIS E ABERTURAS FISICAS SOBRE A PROPOSTA



INTENÇÃO DE FLUXOS



ENQUADRAMENTO VISUAL DA PRAÇA COM A SÉ



EIXOS MODELADORES DA PROPOSTA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU"

ARQUITECTURA

RICARDO COSTA

2012-2013

2º ANO DO MESTRADO

2º SEMESTRE

VISEU

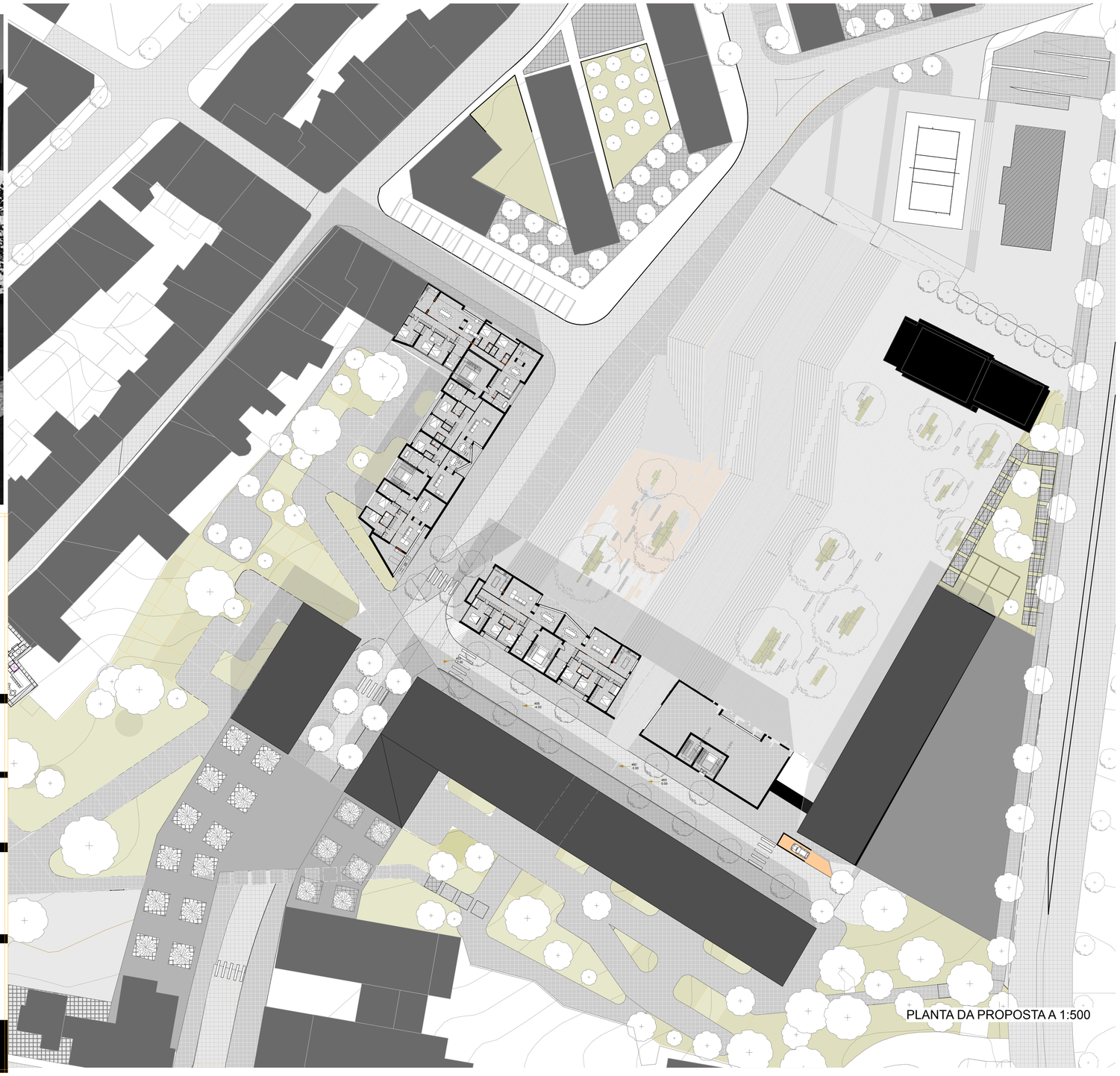
PROJETO RENOVAÇÃO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT

PROFESSOR:ARQ.GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO



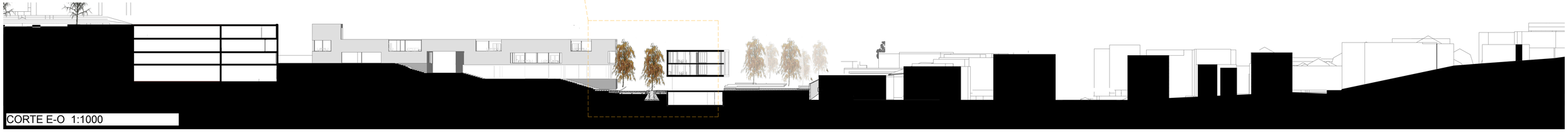
IMAGEM SOBRE A PROPOSTA



PLANTA DA PROPOSTA A 1:500

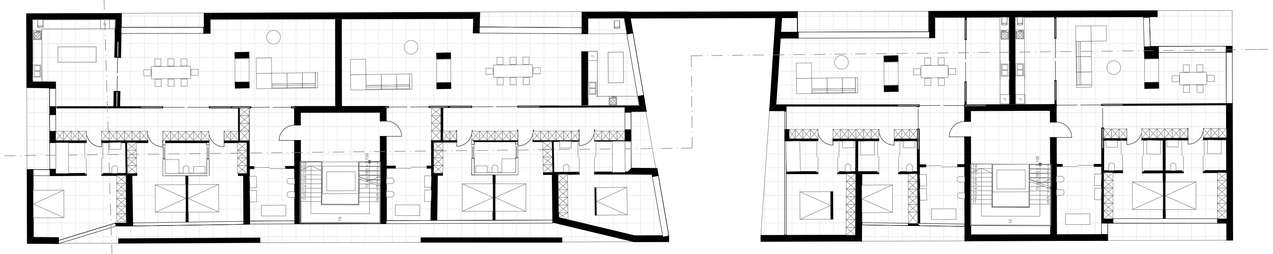


PORMENOR DA VIA 1:100



CORTE E-O 1:1000

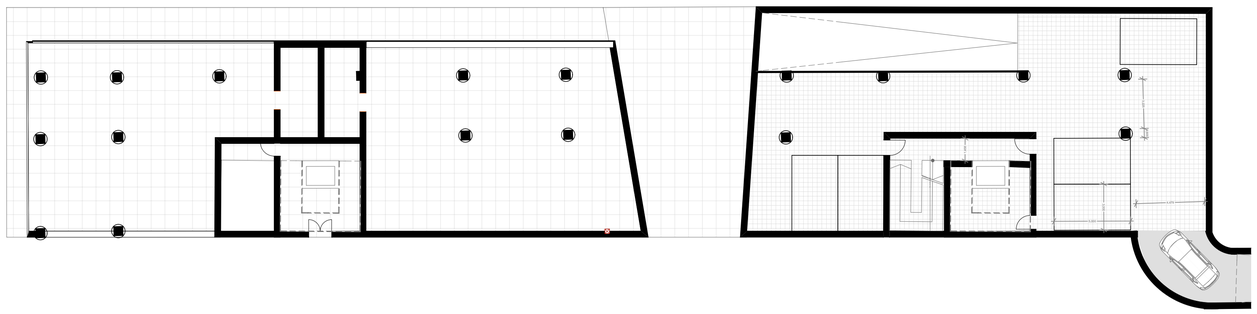
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT



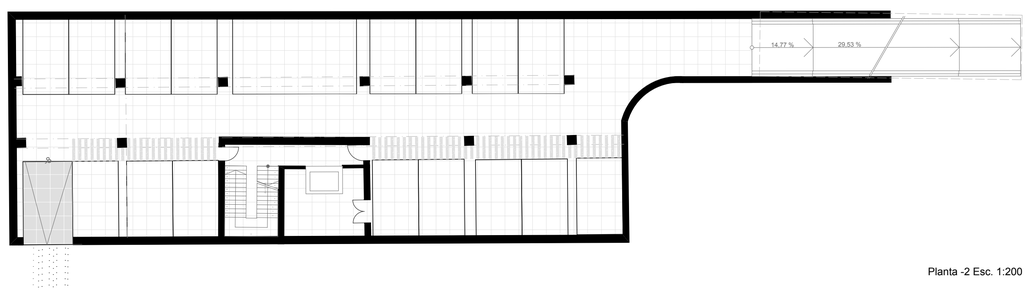
Planta 1 Esc. 1:200



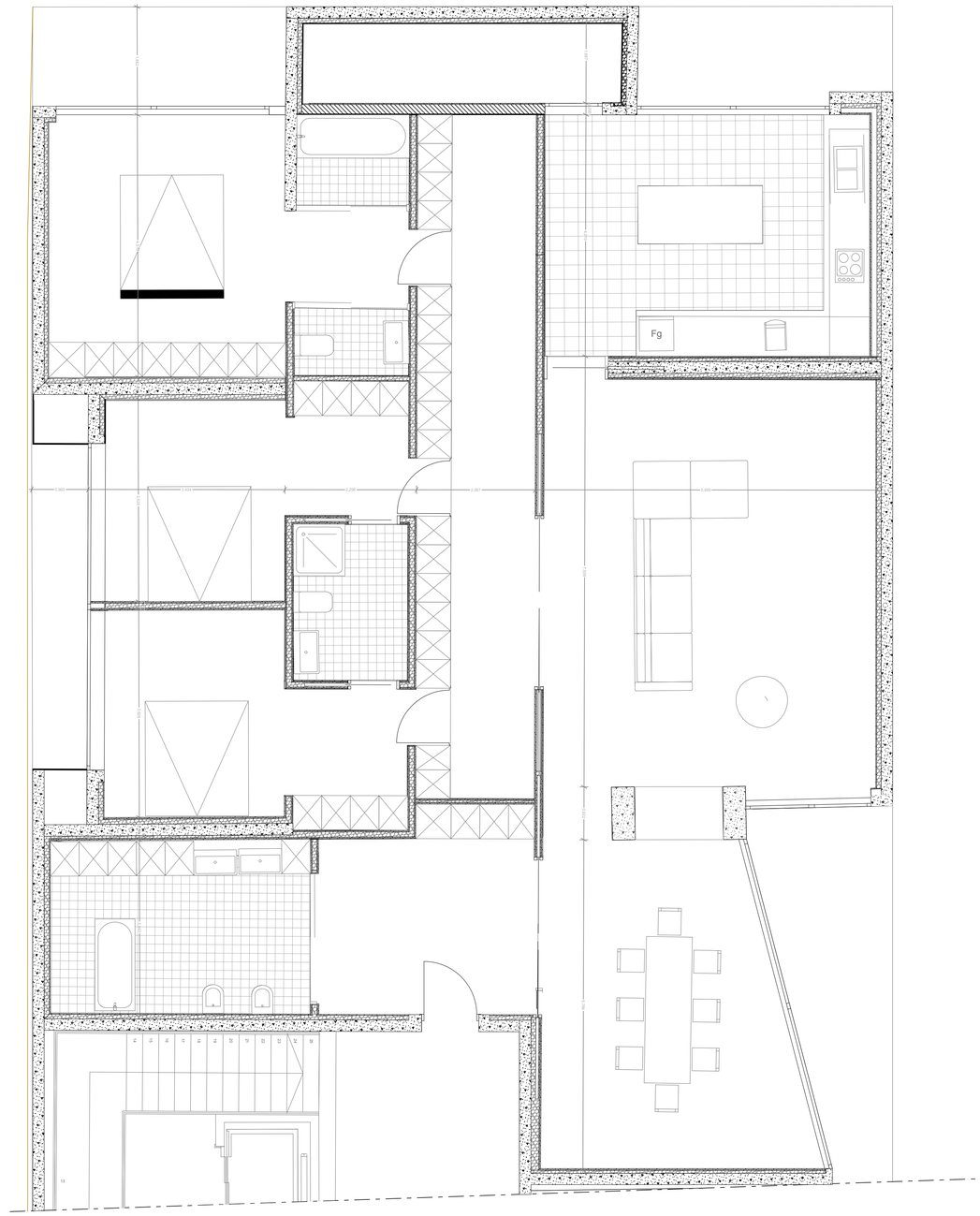
Planta R/C Esc. 1:200



Planta -1 Esc. 1:200



Planta -2 Esc. 1:200



Planta do Fogo Esc. 1:50

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU"

ARQUITECTURA

RICARDO COSTA

2012-2013

2º ANO DO MESTRADO

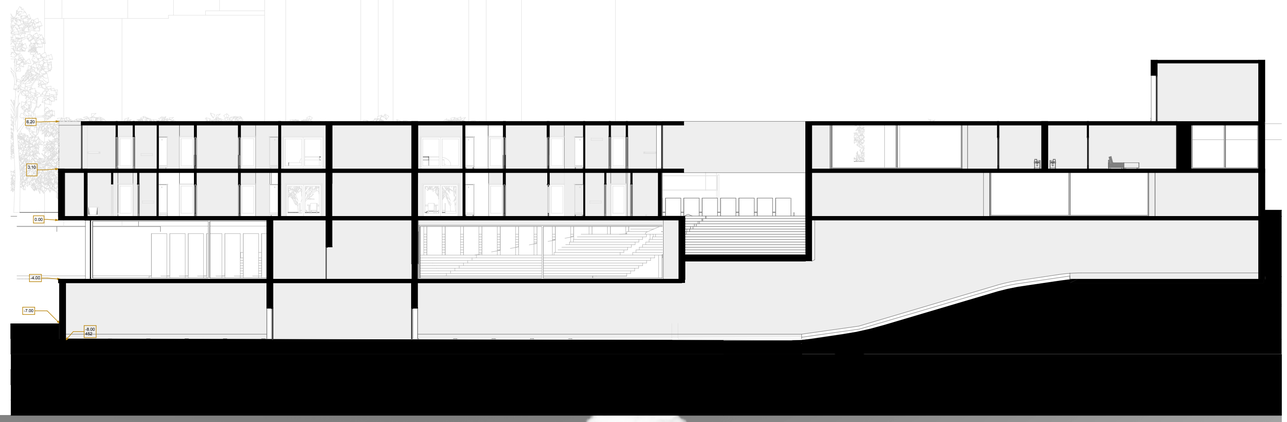
2º SEMESTRE

VISEU

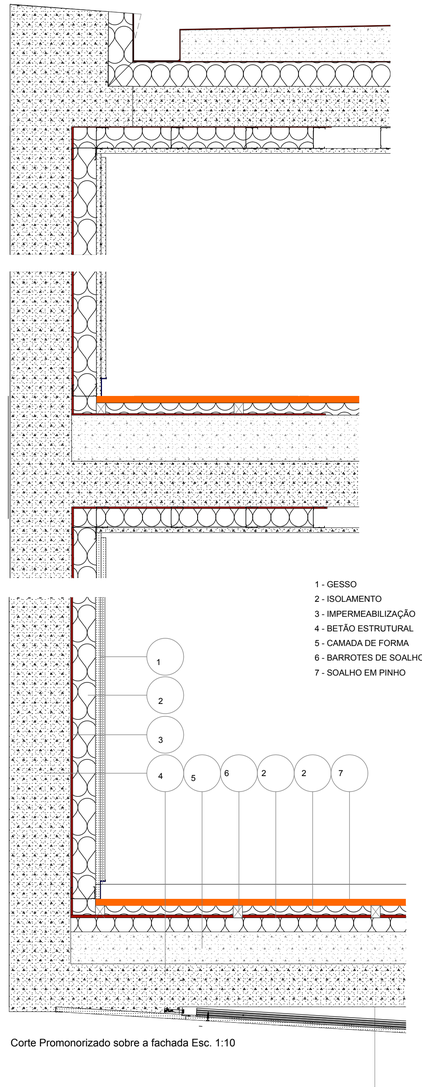
PROJETO RENOVAÇÃO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT

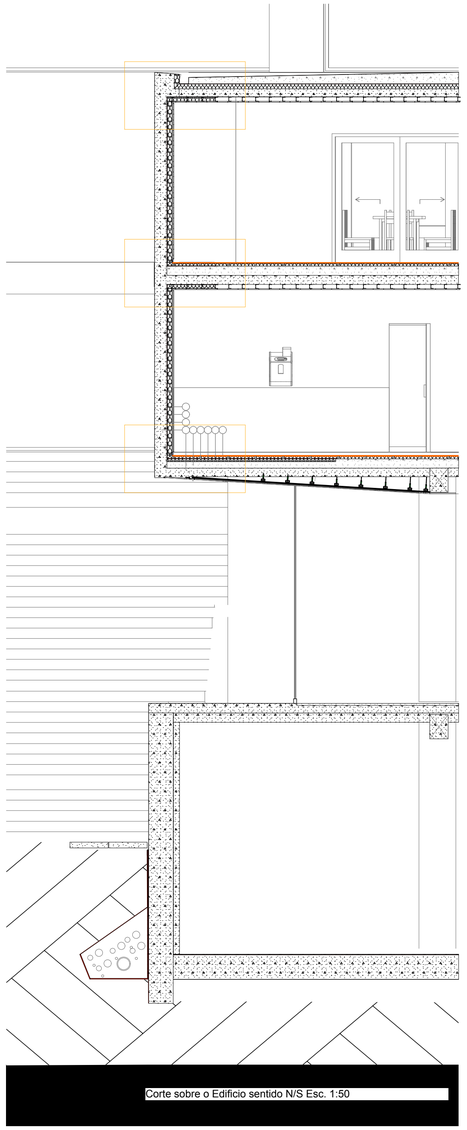
PROFESSOR:ARQ. GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO







Corte Promonorizado sobre a fachada Esc. 1:10



Corte sobre o Edificio sentido N/S Esc. 1:50



Corte sobre a praça sentido N/S Esc. 1:200

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU"

ARQUITECTURA RICARDO COSTA 2012-2013

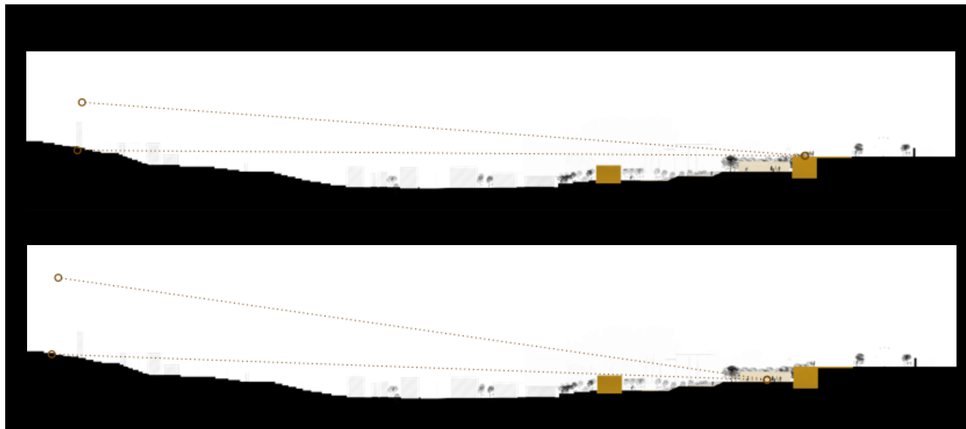
2º ANO DO MESTRADO
1º SEMESTRE

VISEU

PROJETO INTEGRADO URBANO

PROFESSOR ARQ. GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT



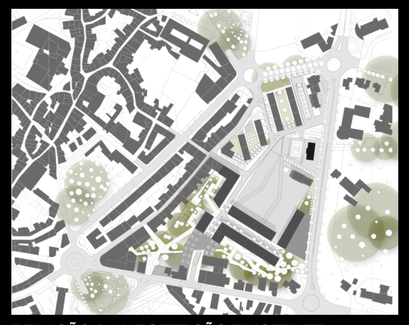




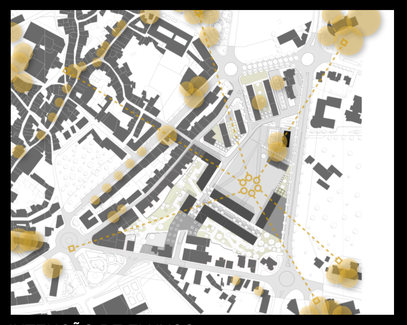
EIXOS VISUAIS DA CIRCUNVALAÇÃO
SOBRE A SÉ / ACESSOS PARA A ESCOLA



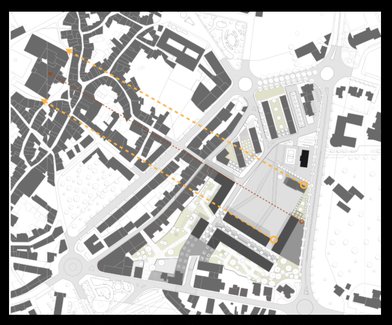
EIXOS VISUAIS E ABERTURAS FISICAS
SOBRE A PROPOSTA



RELAÇÃO DA VEGETEÇÃO EXISTENTE
COM A PROPOSTA



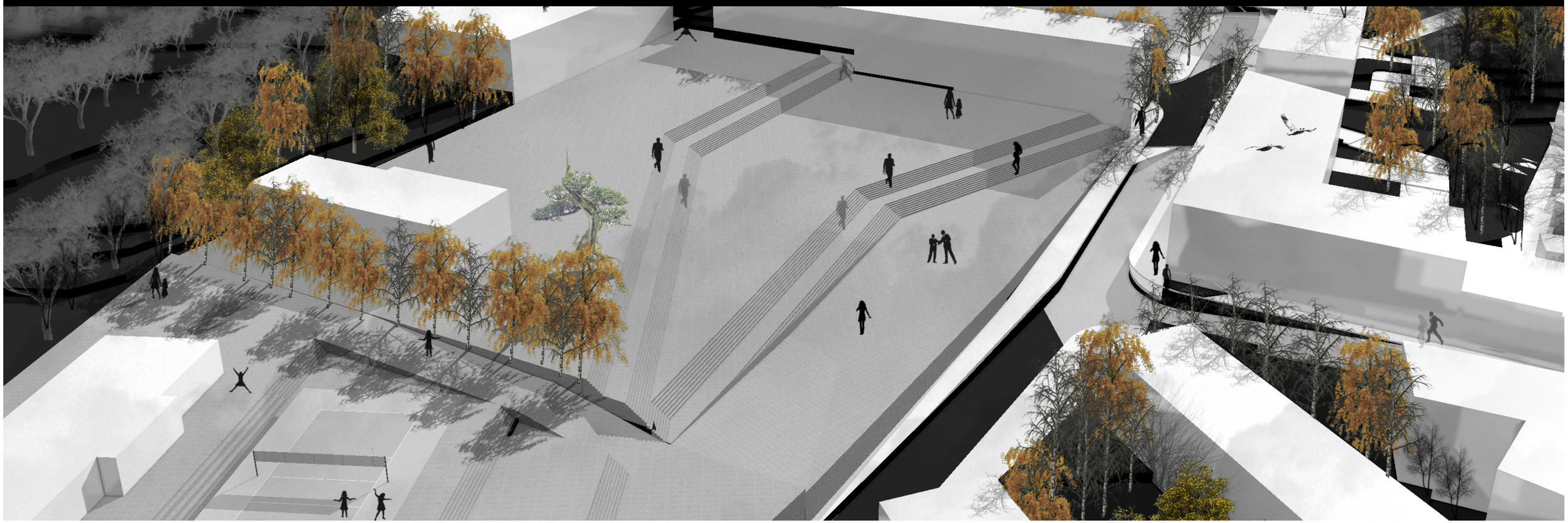
INTENÇÃO DE FLUXOS



ENQUADRAMENTO VISUAL DA PRAÇA
COM A SÉ



EIXOS MODELADORES DA PROPOSTA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU" **ARQUITECTURA** RICARDO COSTA **2012-2013** 2º ANO DO MESTRADO 1º SEMESTRE **VISEU** PROJETO INTEGRADO URBANO

PROFESSOR ARQ. GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT





CASA DAS BOCAS - SERVIÇO

ESPAÇO VERDE

HABITAÇÃO
HABITAÇÃO

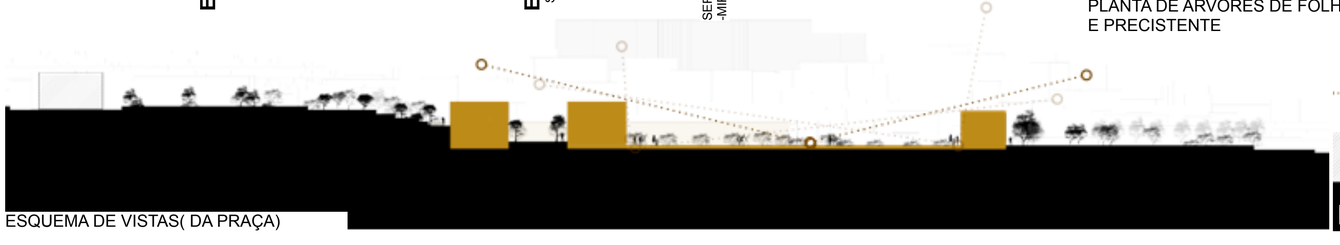
ESPAÇO VERDE
SERVIÇO E HABITAÇÃO

BAIRRO SOCIAL

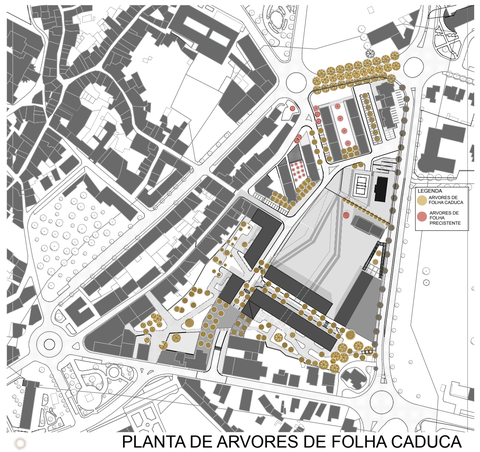
PRAÇA

SERVIÇOS - ESTACIONAMENTO -MIRADOURO

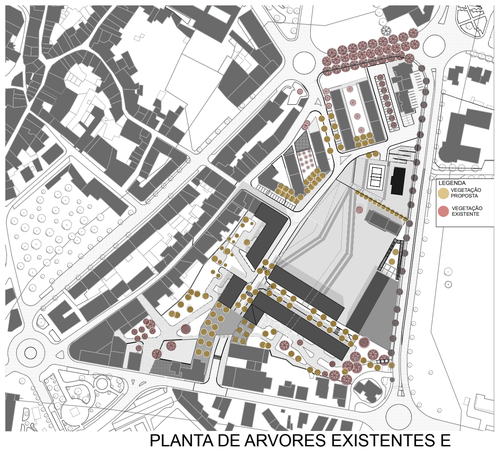
ESCOLA



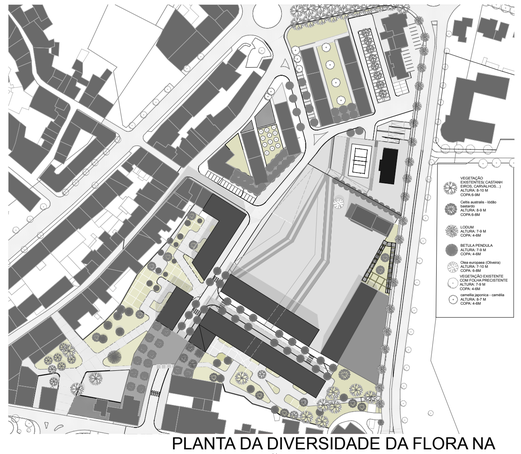
ESQUEMA DE VISTAS(DA PRAÇA)



PLANTA DE ARVORES DE FOLHA CADUCA E PRECISTENTE



PLANTA DE ARVORES EXISTENTES E PROPOSTAS



PLANTA DA DIVERSIDADE DA FLORA NA INTERVENÇÃO

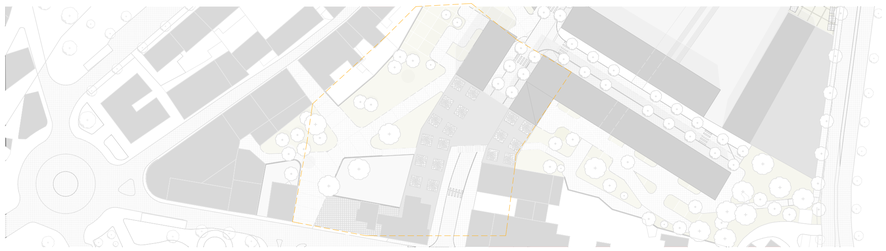


ESQUEMA DE VISTAS(DA PRAÇA)

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU" **ARQUITECTURA** RICARDO COSTA **2012-2013** 2º ANO DO MESTRADO 1º SEMESTRE **VISEU** PROJETO INTEGRADO URBANO

PROFESSOR ARQ. GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT



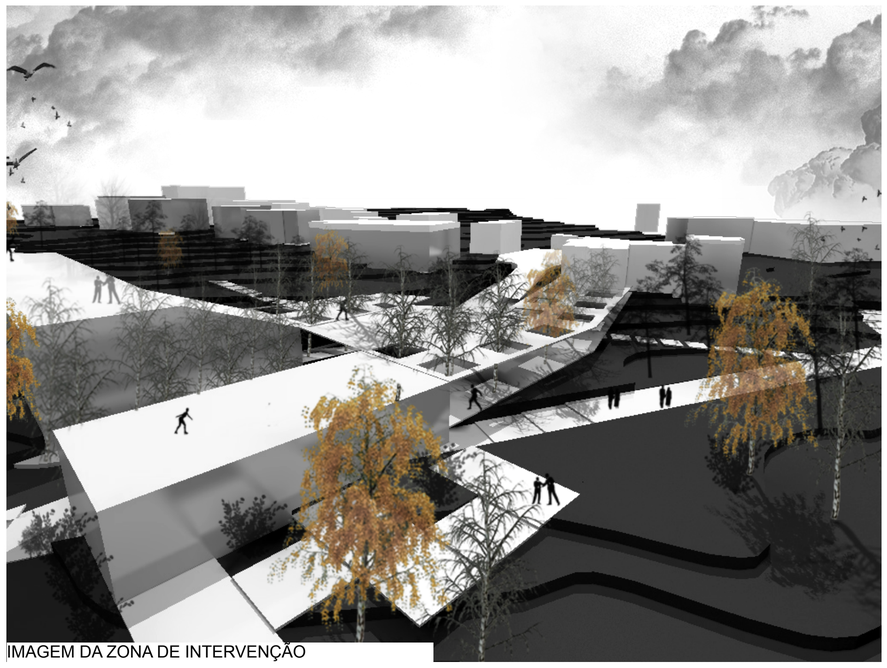
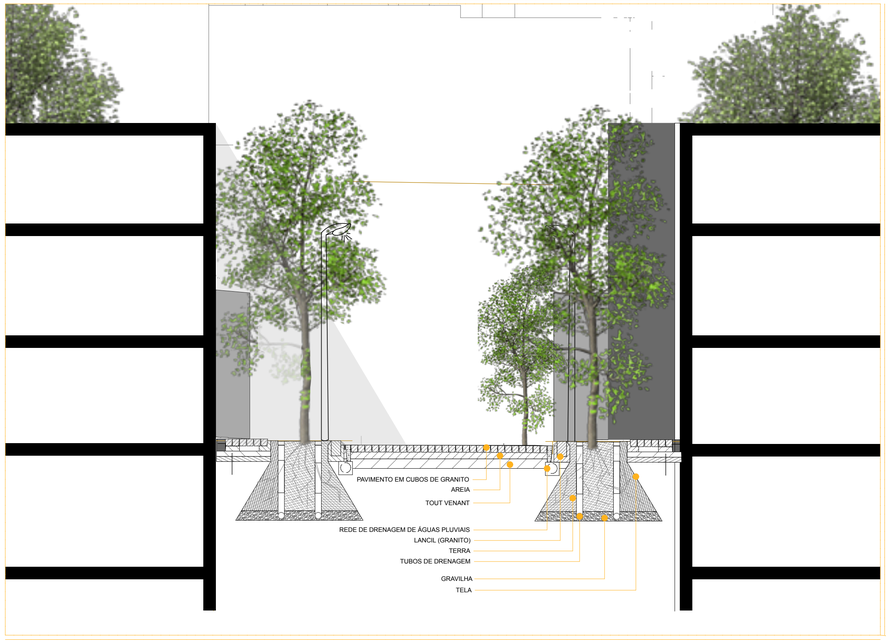


IMAGEM DA ZONA DE INTERVENÇÃO



PORMENOR DA VIA 1:100



PLANTA DA PROPOSTA A 1:1000



Corte N-S 1:1000

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU"

ARQUITECTURA

RICARDO COSTA

2012-2013

2º ANO DO MESTRADO

1º SEMESTRE

VISEU

PROJETO INTEGRADO URBANO

PROFESSOR ARQ. GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT

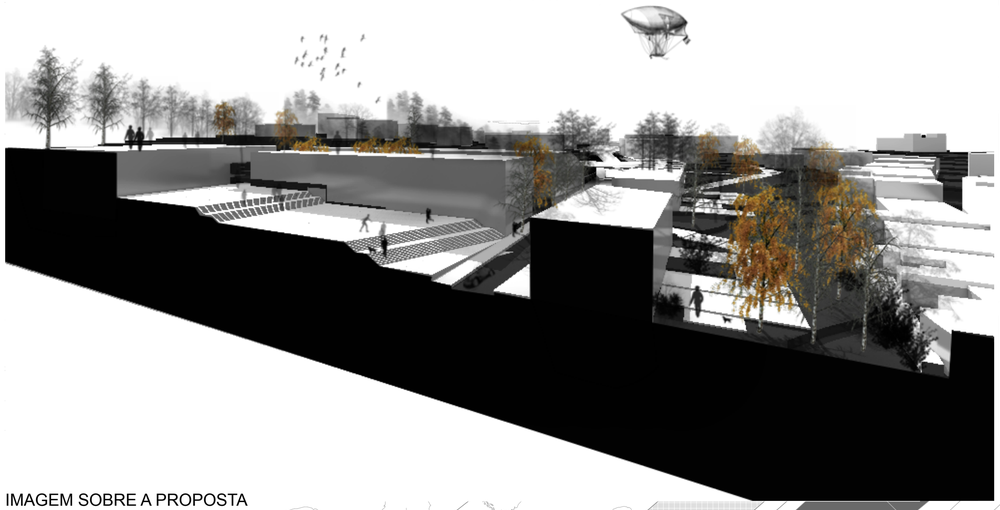
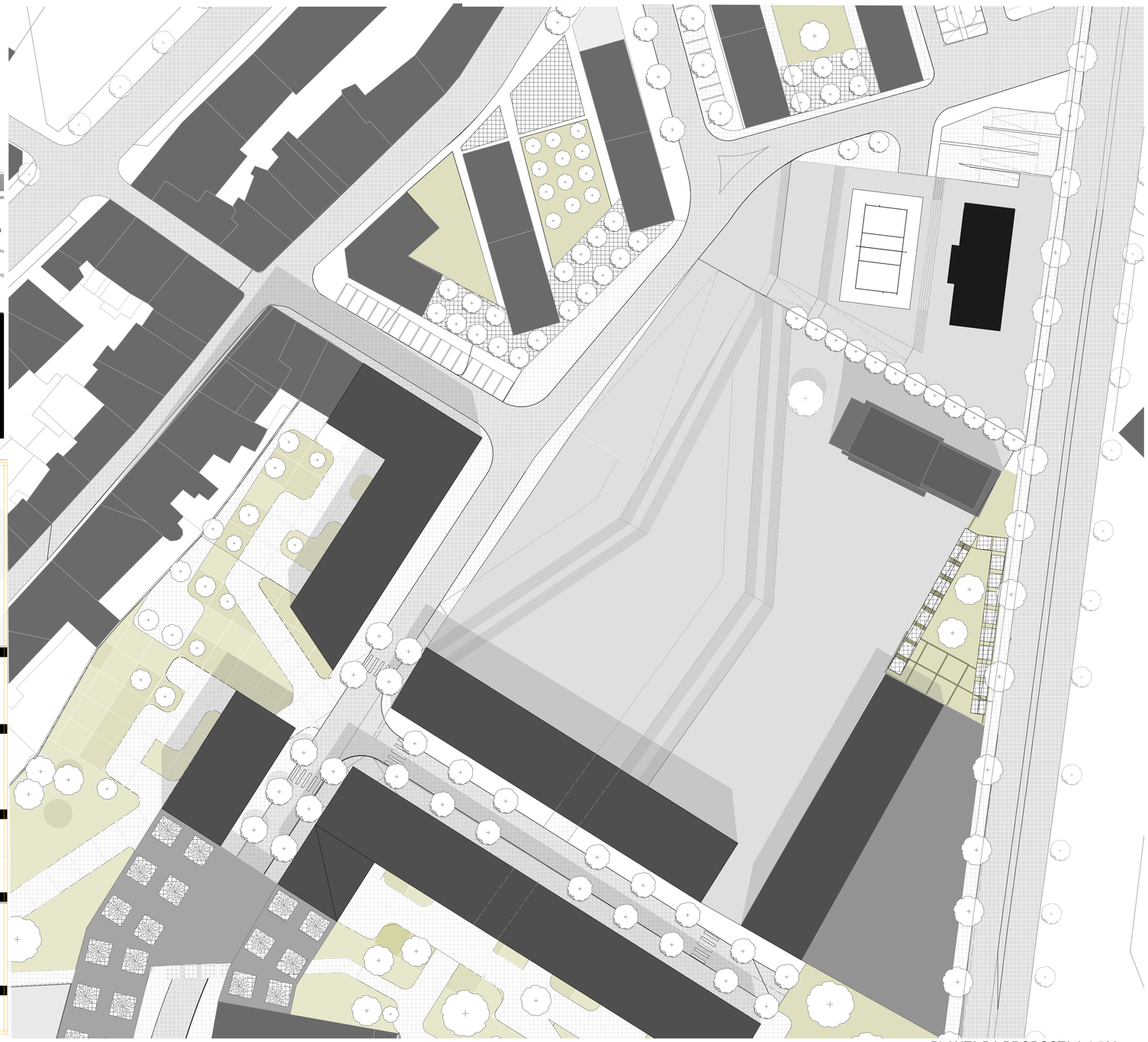


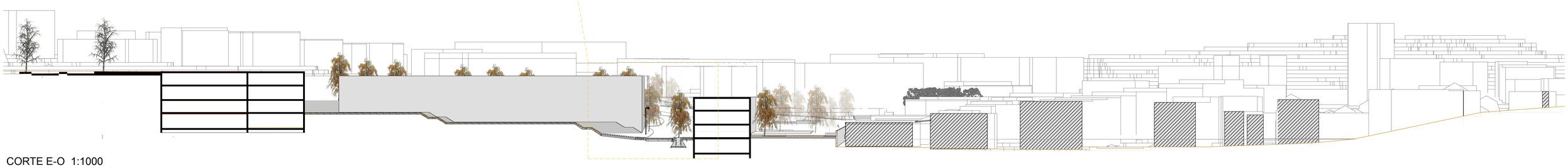
IMAGEM SOBRE A PROPOSTA



PORMENOR DA VIA 1:100



PLANTA DA PROPOSTA A 1:500



CORTE E-O 1:1000

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
OFICINAS CONSERVAÇÃO E RESTAURO

ARQUITECTURA RICARDO COSTA 2012-2013

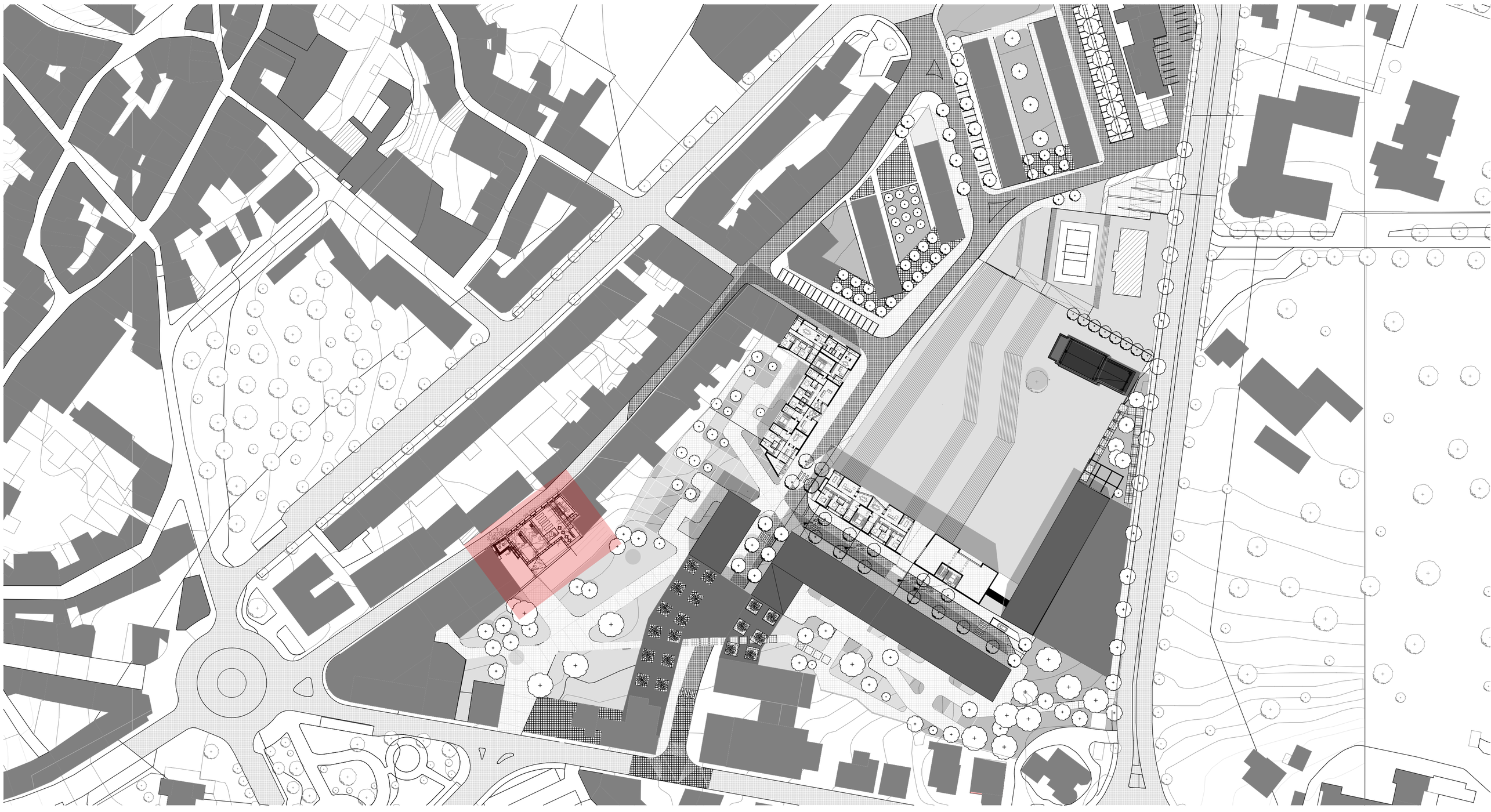
2º ANO DO MESTRADO
2º SEMESTRE

VISEU

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

PROJETO
REABILITAÇÃO

PROFESSORA ARQ. ISABEL FURTADO





UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
OFICINAS CONSERVAÇÃO E RESTAURO

ARQUITECTURA RICARDO COSTA 2012-2013

2º ANO DO MESTRADO
2º SEMESTRE

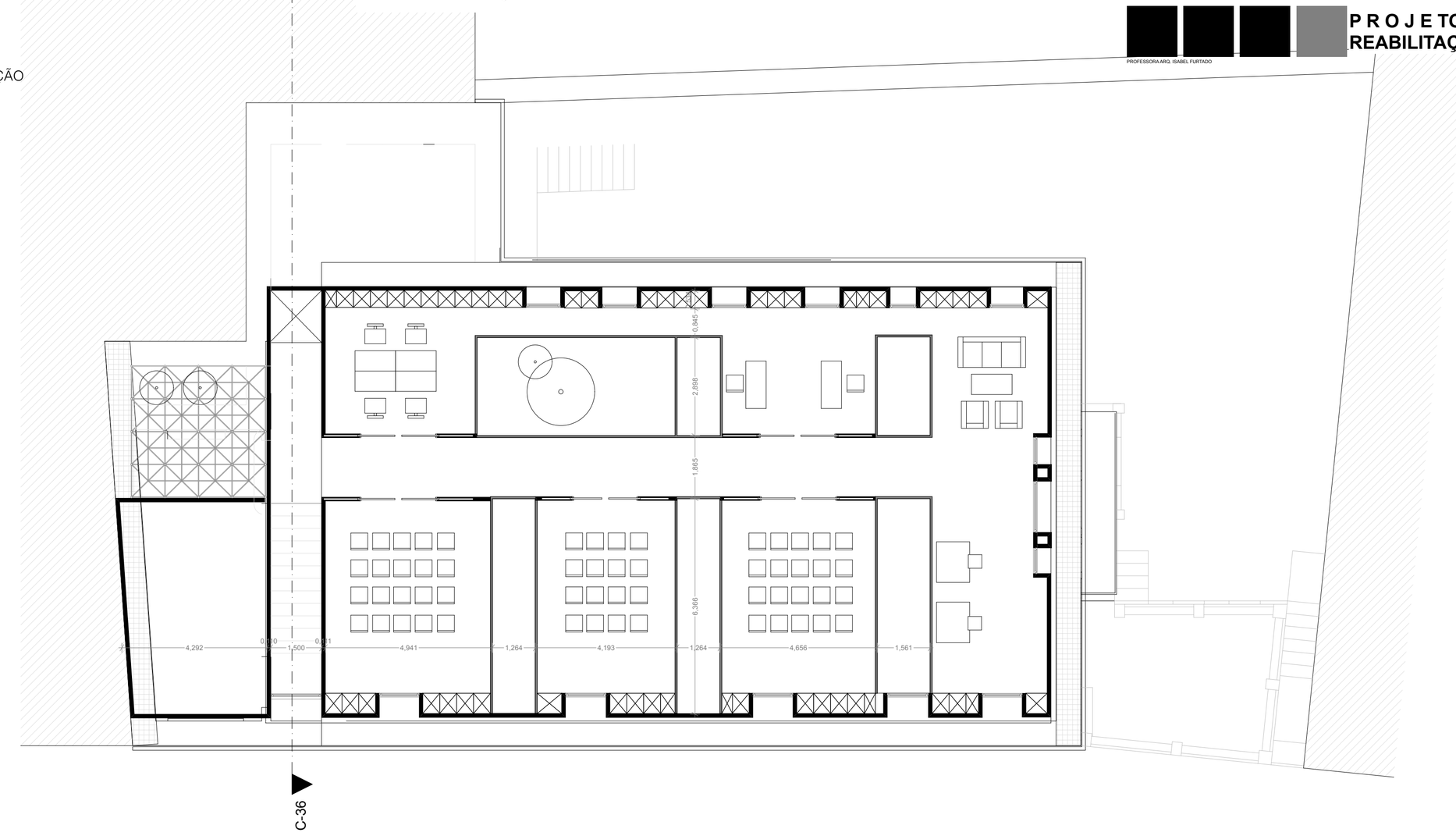
VISEU

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

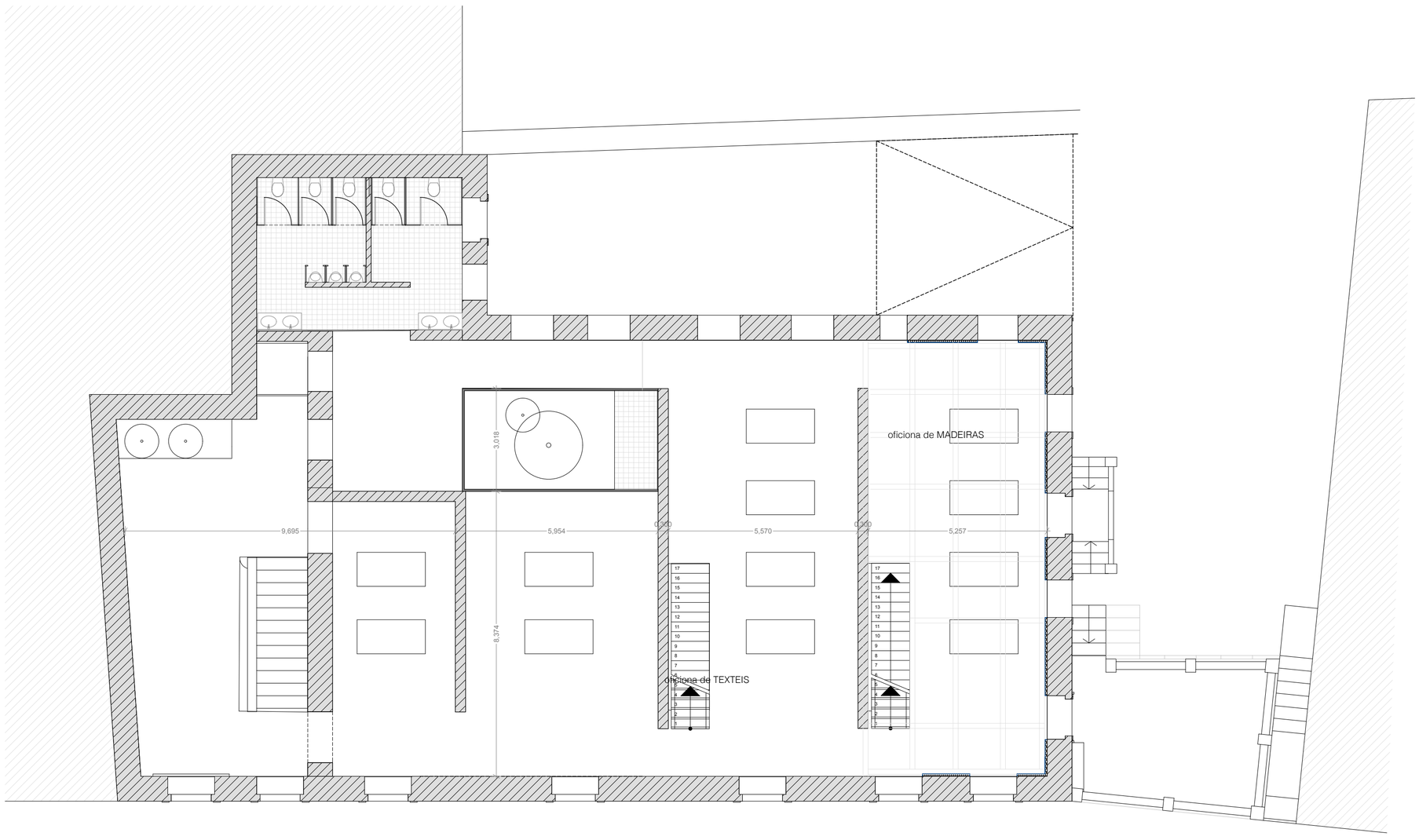
PROJETO REABILITAÇÃO

PROFESSORA ARQ. ISABEL FURTADO

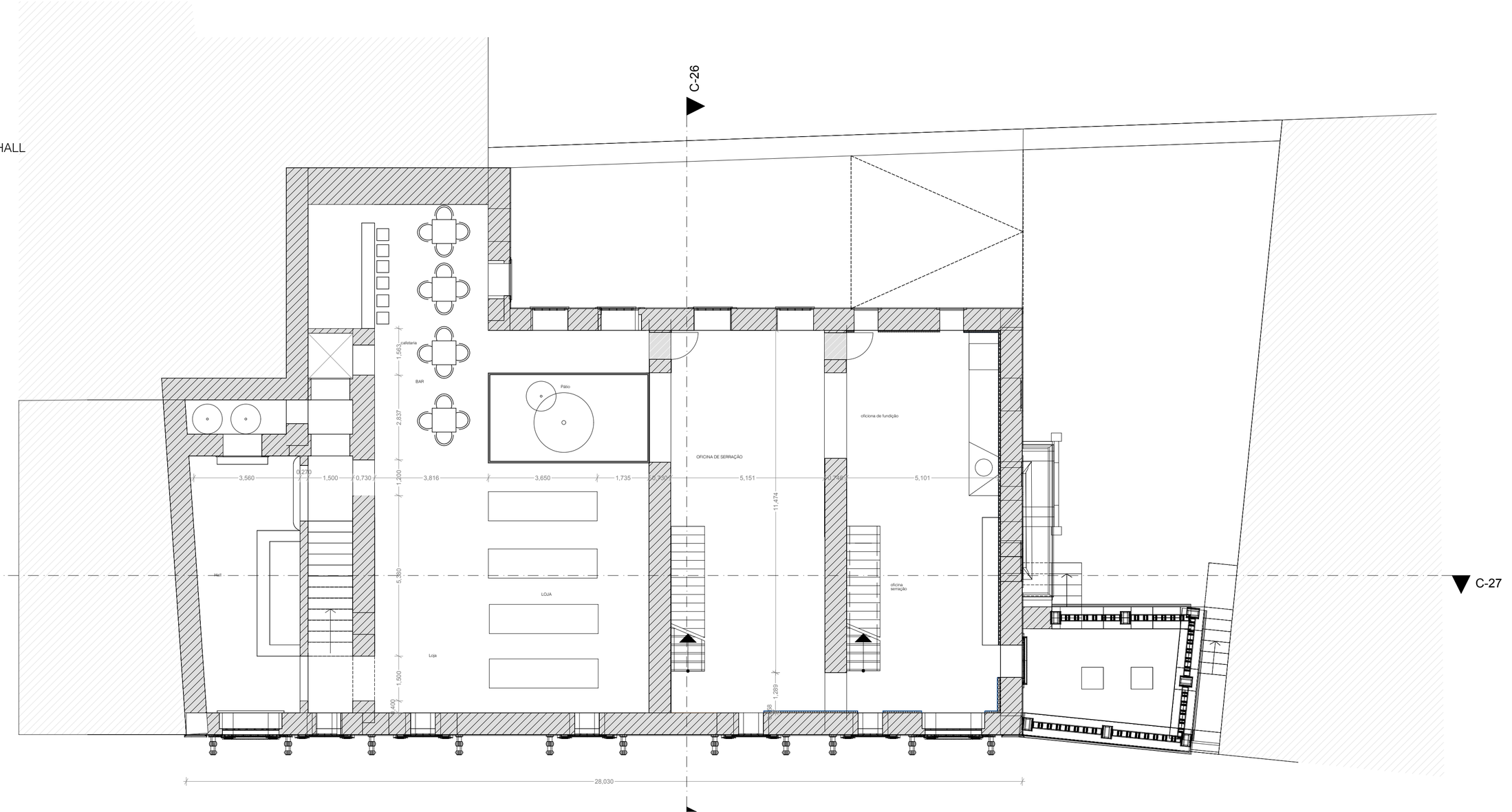
PLANTA PISO 2 - 1/100
SALAS DE AULA E ADMINISTRAÇÃO



PLANTA PISO 1 - 1/100
OFICINAS



PLANTA R/C - 1/100
OFICINAS , BAR , LOJA E HALL



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
OFICINAS CONSERVAÇÃO E RESTAURO

ARQUITECTURA RICARDO COSTA 2012-2013

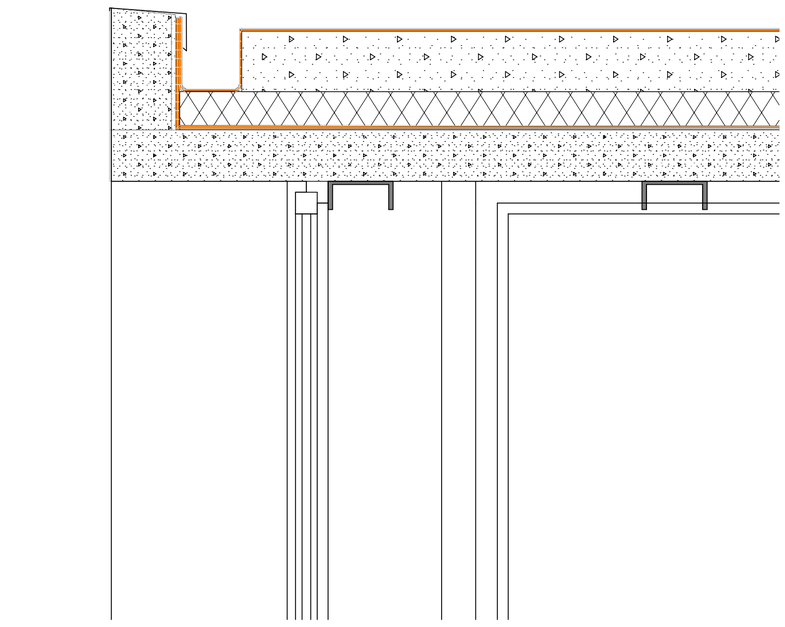
2º ANO DO MESTRADO
2º SEMESTRE

VISEU

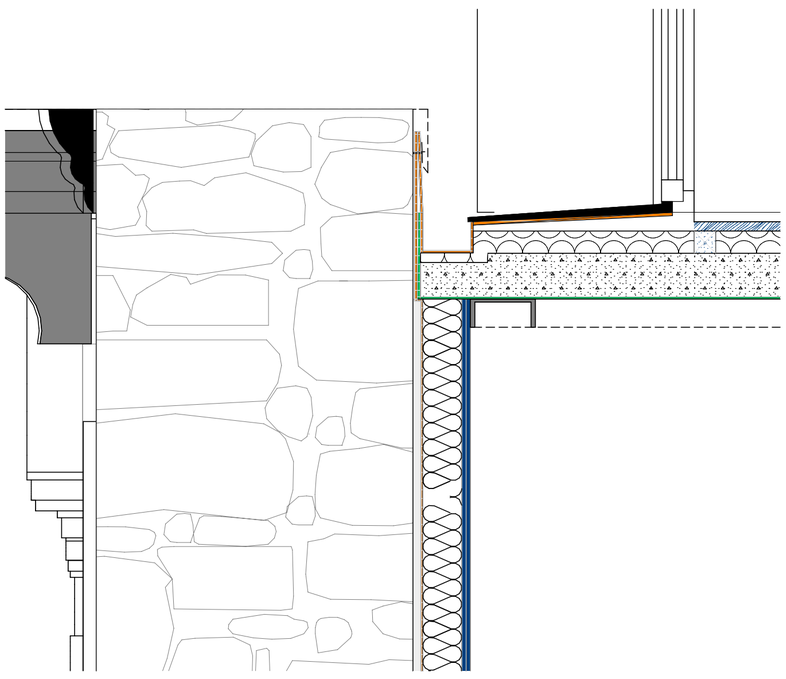
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

PROJETO REABILITAÇÃO

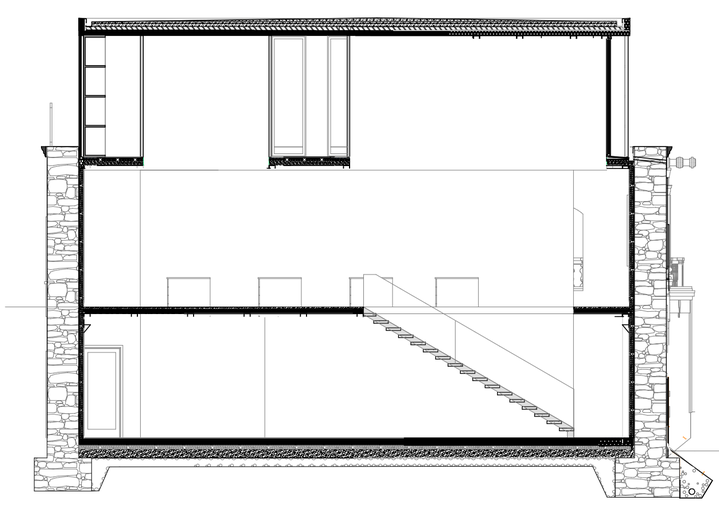
PROFESSORA ARQ. ISABEL FURTADO



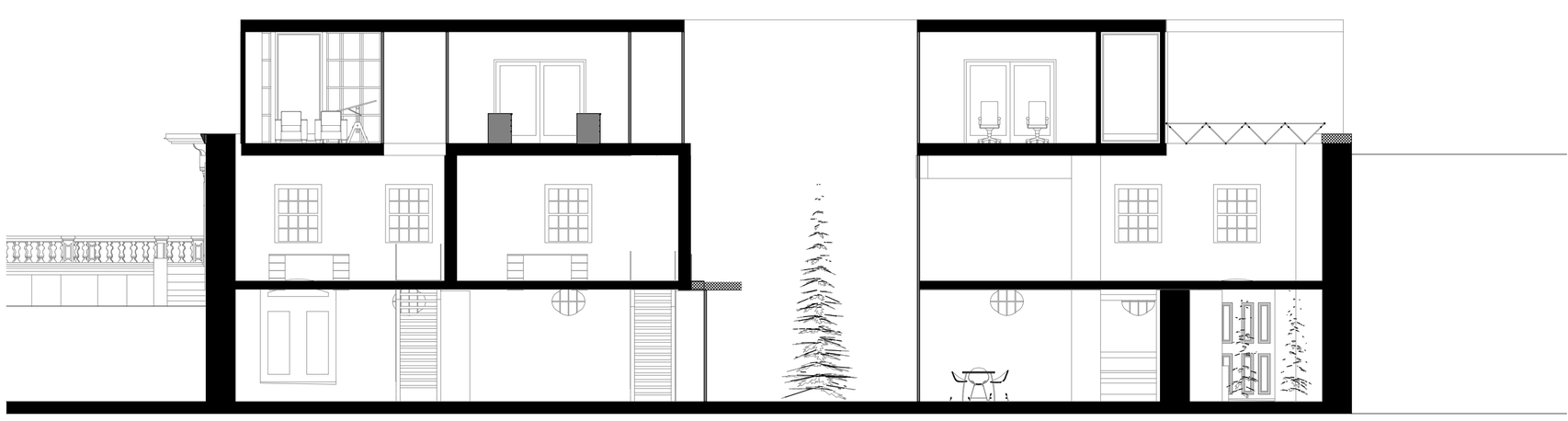






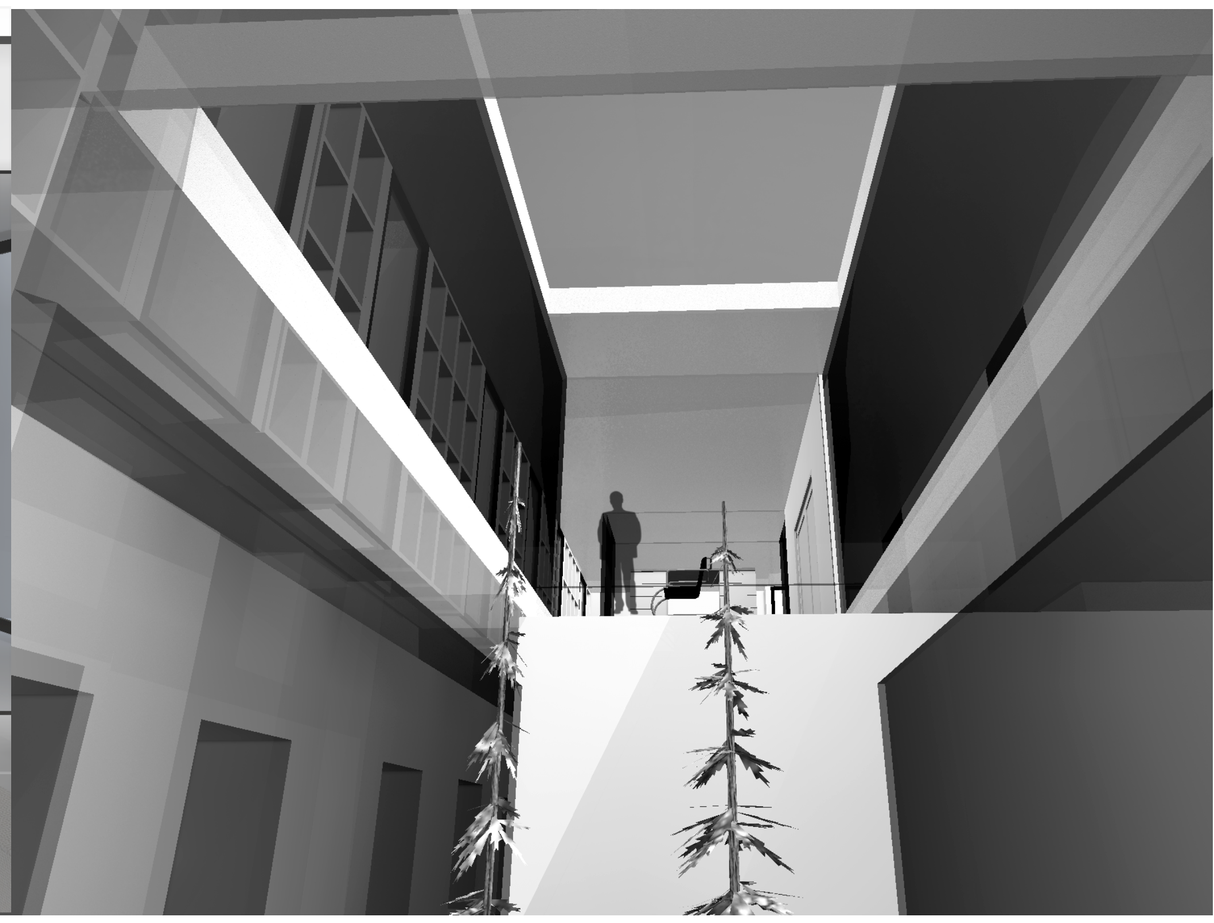


CORTE E-O - 1/100



CORTE N-S - 1/100







CORTE N-S - 1/100



ALÇADO PARA A RUA DAS BOCAS- 1/100

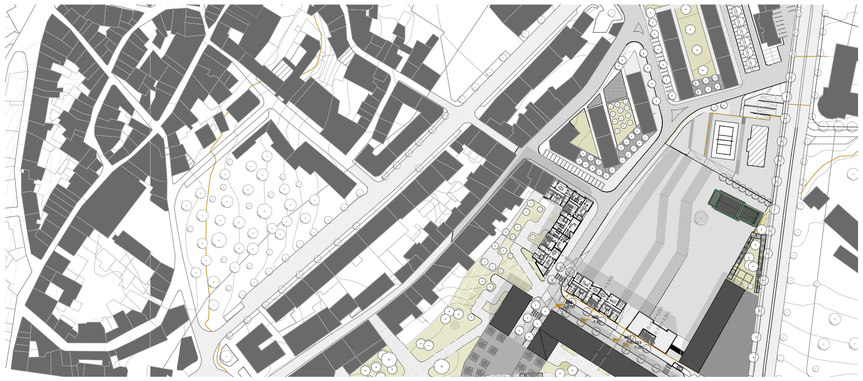
PAINEIS

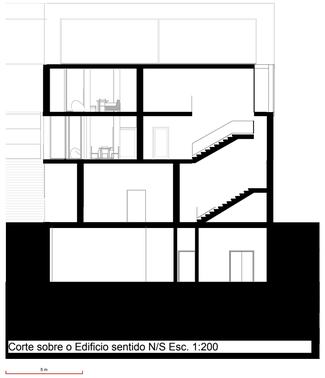
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU" **ARQUITECTURA** RICARDO COSTA **2012-2013** 2º ANO DO MESTRADO 2º SEMESTRE **VISEU** PROJETO RENOVAÇÃO

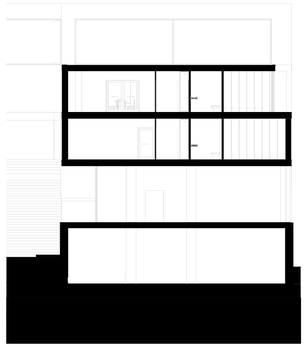
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT
PROFESSOR ARQ. GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO





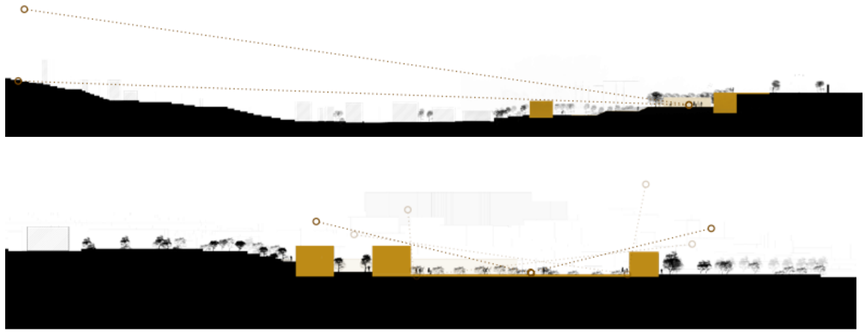






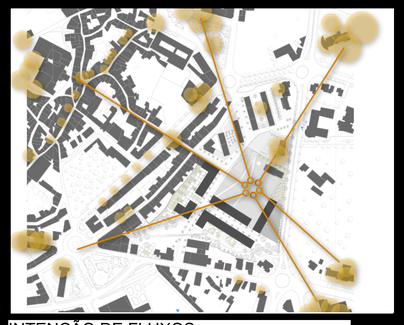
Corte sobre o Edificio sentido N/S Esc. 1:200



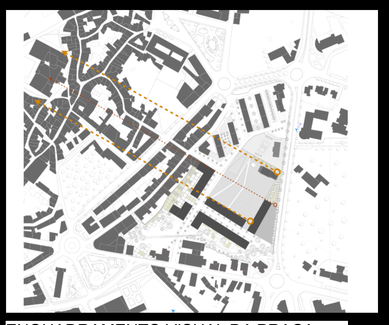




EIXOS VISUAIS E ABERTURAS FISICAS SOBRE A PROPOSTA



INTENÇÃO DE FLUXOS



ENQUADRAMENTO VISUAL DA PRAÇA COM A SÉ



EIXOS MODELADORES DA PROPOSTA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

"ACESSIBILIDADE URBANA EM VISEU"

ARQUITECTURA

RICARDO COSTA

2012-2013

2º ANO DO MESTRADO

2º SEMESTRE

VISEU

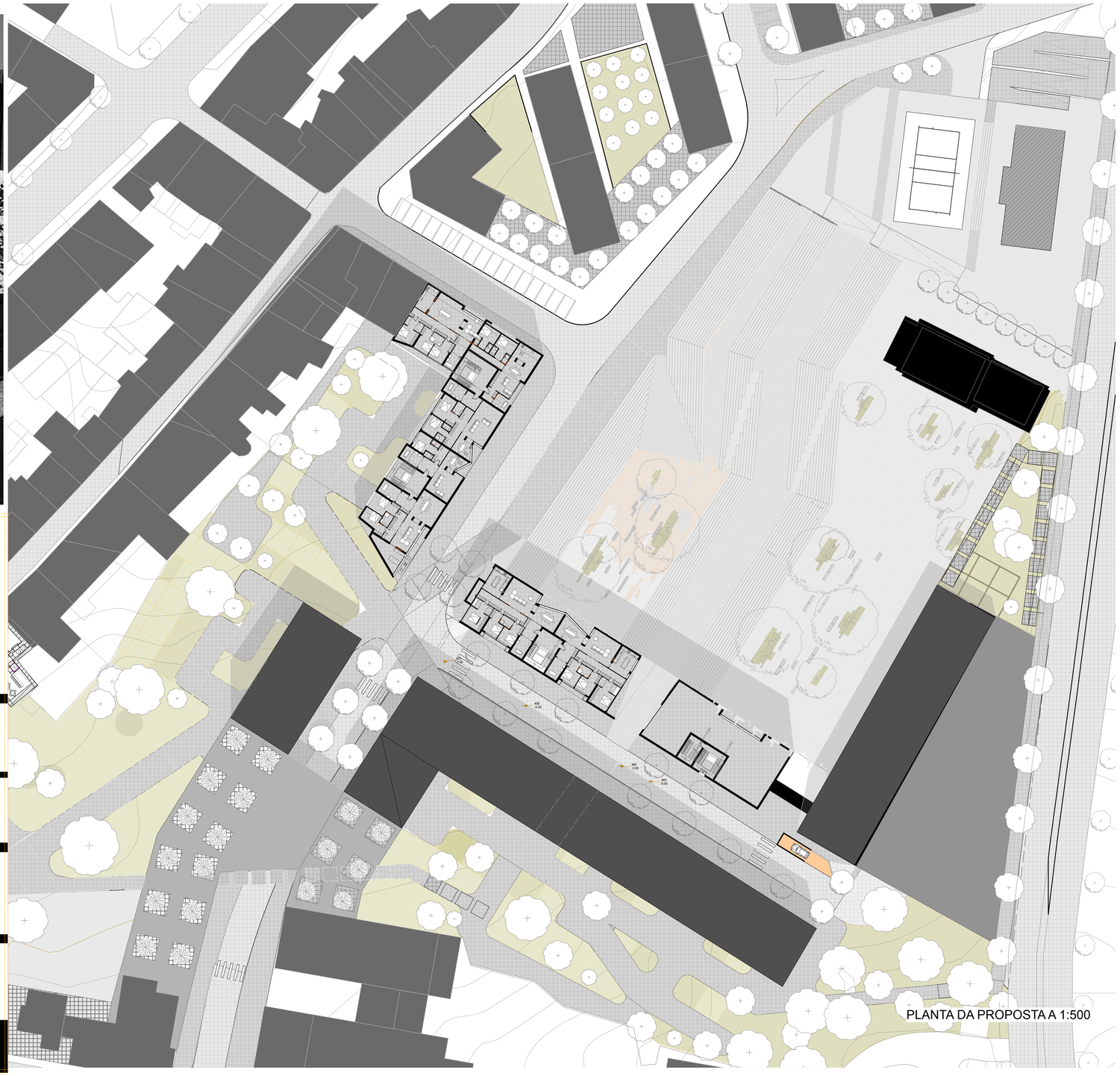
PROJETO RENOVAÇÃO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO GRAPHISOFT

PROFESSOR:ARQ.GONÇALO BYRNE, ARQ.ANTÓNIO CARVALHO



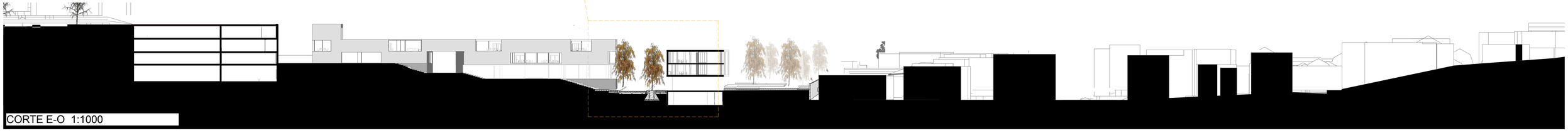
IMAGEM SOBRE A PROPOSTA



PLANTA DA PROPOSTA A 1:500



PORMENOR DA VIA 1:100



CORTE E-O 1:1000